



---

**AVALIAÇÃO DA PRÁTICA ACTUAL DE MEDIÇÃO E  
DOS PERFIS DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES  
NOS ESTADOS-MEMBROS DA SADC**

---

Munkoni Gregory Kambaila

---

*Janeiro de 2019*

# ÍNDICE

---

LISTA DE ABREVIATURAS iv

DETALHES DO RELATÓRIO v

SUMÁRIO EXECUTIVO vi

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 2: DESCRIÇÃO GERAL DO PROJECTO 2

2.1 Objectivo da Consultoria 2

2.2 Objectivos Específicos 2

2.3 Âmbito do Trabalho 2

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA 4

3.1 Recolha de Dados 4

3.2 Cobertura dos Dados 5

CAPÍTULO 4: ORGANIZAÇÃO DO PROJECTO 6

Tabela 4.1: Mapa das Partes Interessadas 6

CAPÍTULO 5: ANÁLISE E CONSTATAÇÕES PRELIMINARES 8

5.1. Descrição Geral dos Inquéritos aos Agregados Familiares nos Países 14

5.2 Componentes e Procedimento de Agregação..... 15

5.3 Consumo de Produtos Não Alimentares (frequentes) 16

5.4 Bens Duradouros..... 19

5.5 Habitação e Serviços de Rede Pública ..... 20

5.6 Ajustamentos devidos as Diferenças na Composição do Agregado Familiar .. 23

5.7 Ajustamentos devido as Diferenças do Custo de Vida..... 26

Tabela 5.1: Descrição Geral das Principais Fontes de Dados, Conceitos e Definições nos Estados-Membros da SADC..... 9

Tabela 5.2: Comparações dos Inquéritos às Despesas dos Agregados Familiares na Região, Descrição por País..... 14

Tabela 5.3: Consumo Agregado de Bens Não Alimentares (Componentes Seleccionadas), Descrição Geral por País..... 18

Tabela 5.4: Tratamento de Habitação e Serviços Públicos, Descrição por País ..... 22

|  |    |
|--|----|
| Tabela 5.5: Ajustamentos devido as Diferenças na Composição dos Agregados Familiares, Descrição Geral por País ..... | 25 |
| Tabela 5.6: Ajustamentos devido as Diferenças de Preços (ao nível do Inquérito), Descrição Geral por País            | 28 |

|   |        |
|---|--------|
| CAPÍTULO 6: LINHA DA POBREZA .....  | 30     |
| 6.1 Considerações Gerais  | 30     |
| 6.2 Determinação da Linha de Pobreza  | 30     |
| 6.2.1 Método do Custo das Necessidades Básicas (CBN)  | 30     |
| 6.2.2 Consideração das necessidades não alimentares ao abrigo da abordagem do Custo das Necessidades Básicas      | 31     |
| 6.2.3 Método da Ingestão de Alimentos Energéticos (FEI) .....   | 32     |
| 6.3 Actualização da Linha de Pobreza ao Longo do Tempo .....  | 39     |
| Figura 6.1: Limite superior e inferior da componente não alimentar ao abrigo da abordagem CBN                     | 31     |
| Figura 6.2: Abordagem da Ingestão da Alimentos Energéticos .....  | 33     |
| Tabela 6.1: Cálculo da Linha de Pobreza, Descrição Geral por País.....  | 36     |
| Tabela 6.2: Detalhes sobre o Cálculo da Linha de Pobreza com base no CBN , Descrição Geral por País               | 38     |
| Tabela 6.3: Actualização da Linha de Pobreza (apenas Linhas da Pobreza com base no CBN), Descrição Geral por País | 41     |
| <br>CAPÍTULO 7: MEDIÇÃO DA POBREZA .....  | <br>42 |
| <br>CAPÍTULO 8: DESIGUALDADE  | <br>44 |
| 8.1 Medição da Desigualdade na Região   | 44     |
| 8.1.1 Renda Média Mensal per Capita .....   | 44     |
| 8.1.2 Renda Média Mensal dos Agregados Familiares.....  | 44     |
| 8.3 Decis de Renda Per Capita.....  | 46     |
| 8.4 Curva de Lorenz .....   | 46     |
| 8.5 Coeficiente de Gini   | 46     |
| Figura 8.1: Curva de Lorenz .....   | 46     |
| Tabela 8.1: Cálculos da desigualdade, Descrição Geral por País  | 45     |
| <br>CAPÍTULO 9: ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL  | <br>48 |
| 9.1 Considerações Gerais  | 48     |
| Figura 9.1: Índice de Pobreza Multidimensional (MPI)  | 48     |
| Tabela 9.1: Cálculos do Índice de Pobreza Multidimensional, Descrição Geral por País                              | 50     |
| <br>CAPÍTULO 10: LIMITAÇÃO E RISCOS   | <br>51 |

10.1 Limitações 51

10.2 Riscos 51

CAPÍTULO 11: HARMONIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NA REGIÃO DA SADC..... 52

11.1 Harmonização da Desigualdade 52

11.2 Linha da Pobreza Harmonizada da SADC 53

11.2.1 Vantagens e Desvantagens de uma Linha da Pobreza Harmonizada da "SADC" 54

11.2.2 Opções para Calcular a Linha da Pobreza Harmonizada da SADC 55

11.2.3 Linha da Pobreza baseada no Consumo Absoluto usando os Métodos do Banco Mundial 55

11.2.4 Linha da Pobreza 'Relativamente Fraca' usando a Abordagem do Banco Mundial ..... 57

11.2.5 Uso das Linhas de Pobreza Nacional para Medir a Pobreza nos Estados-Membros da SADC 58

11.3 Cálculo de um MPI específico da SADC? ..... 59

11.4.....Conclusão 60

CAPÍTULO 12: O PAPEL DO OBSERVATÓRIO REGIONAL DA POBREZA DA SADC NA POBREZA E DESIGUALDADE HARMONIZADAS 62

APÊNDICE 64

Tabela A. LISTA DE RELATÓRIOS DE POBREZA OFICIAIS E DOS PRINCIPAIS RELATÓRIOS DOS INQUÉRITOS AVALIADOS 64

Tabela B. DIFERENTES TIPOS DE MEDIÇÃO DA POBREZA POR VALORES E VALORES DA DESIGUALDADE 65

Tabela C. PESSOAS CONSULTADAS ..... 66

Tabela D. ESCALA DE ADULTO EQUIVALENTE..... 67

Tabela E. ESCALA DE ADULTOS EQUIVALENTE PARA A ZÂMBIA 68

REFERÊNCIAS 69

CONCEITOS E DEFINIÇÕES ..... 71

## LISTA DE ABREVIATURAS

---

|         |  |
|---------|--|
| AES     | Escala de Equivalência de Adulto   |
| COICOP  | Classificação de Consumo Individual por Objectivo  |
| CPI/IPC | Índice de preços ao consumidor   |
| CSO     | Gabinete Central de Estatística  |
| FGT     | Foster-Greer-Thorbecke   |
| GDC     | Cooperação Alemã para o Desenvolvimento  |
| GIZ     | Sociedade Alemã para Cooperação Internacional (Deutsche Gesellschaft für international Zusammenarbeit) |
| GRZ     | Governo da República da Zâmbia   |
| GTZ     | Cooperação Técnica Alemã   |
| JASPA   | Programa de Emprego e Competências para África   |
| OIT     | Organização Internacional do Trabalho  |
| LCMB    | Sector de Monitorização das Condições de Vida  |
| LCMS    | Inquérito de Monitorização das Condições de Vida   |
| MPI     | Índice de Pobreza Multidimensional   |
| NBS     | Bureau Nacional de Estatística   |
| NFNC    | Comissão Nacional de Alimentação e Nutrição  |
| INE     | Instituto Nacional de Estatística  |
| PIC     | Comissão de Preços e Rendimento  |
| RPO     | Observatório Regional da Pobreza   |
| SADC    | Comunidade de Desenvolvimento da África Austral  |
| Stata   | Pacote de Software de Estatística  |
| StatsSA | Serviços de Estatística da África do Sul   |
| PNUD    | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  |
| ONU     | Organização das Nações Unidas  |

# DETALHES DO RELATÓRIO

---

|                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| <b>Secção 1:</b>                      | <b>Informações Bibliográficas</b>  |
| <b>Título:</b>                        | <b>UMA AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS ACTUAIS SOBRE A POBREZA E MEDIÇÃO DE DESIGUALDADE E PERFIS NOS ESTADOS-MEMBROS DA SADC</b> |
| <b>Data do Relatório:</b>             | <b>9 de Julho 2018</b>   |
| <b>Data de Início do Projecto:</b>    | <b>13 de Junho de 2018</b>   |
| <b>Data de Conclusão do Projecto:</b> | <b>31 de Dezembro 2018</b>   |
| <b>Autor:</b>                         | <b>Munkoni Gregory Kambaila</b>  |
| <b>Ano:</b>                           | <b>2018</b>  |
| <b>Região:</b>                        | <b>Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)</b>  |
| <b>Sede Regional:</b>                 | <b>Gaberone, Botswana</b>  |
| <b>País:</b>                          | <b>Zâmbia</b>  |
| <b>Tipo:</b>                          | <b>Estudo Bibliográfico</b>  |
| <b>Parceiros:</b>                     | <b>SADC, em parceria com a Agência Alemã de Cooperação para o Desenvolvimento, GIZ, Escritório de Gaberone</b>           |
| <b>Nr. de Referência:</b>             | <b>83286888</b>  |
| <b>Nr. do Processo:</b>               | <b>95.3548.5-022.00</b>  |
| <b>Título do Projecto:</b>            | <b>UMA AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS ACTUAIS SOBRE A POBREZA E MEDIÇÃO DE DESIGUALDADE E PERFIS NOS ESTADOS-MEMBROS DA SADC</b> |
| <b>Língua do Original:</b>            | <b>Inglês</b>  |

# SUMÁRIO EXECUTIVO

---

O estudo de avaliação das práticas actuais dos perfis e da medição da pobreza e da desigualdade nos Estados-Membros da SADC foi lançado pelo Secretariado da SADC, num esforço que visava definir o perfil da análise da pobreza perfil realizada pelos Estados-Membros na região e definir uma abordagem harmonizada para a medição da pobreza. O estudo foi realizado com o objectivo de identificar formas detalhadas de medição da pobreza e da desigualdade pelos Estados-Membros e também de recomendar uma metodologia harmonizada de medição da pobreza e da desigualdade.

**Definição de Pobreza:** Este Estudo revelou que os diferentes países possuem diferentes percepções sobre a pobreza. Isso faz com que o conceito de pobreza tenha várias definições, principalmente por causa da sua natureza multidimensional e complexa. No entanto, existe um conceito que é tido em conta pela maioria dos Estados-Membros, isto é, que a pobreza refere-se ao bem-estar dos seus membros, e uma pessoa em situação de pobreza é vista como alguém que não se encontra numa boa situação de bem-estar. O estudo concluiu que todos os Estados-Membros definem a pobreza como a incapacidade de consumir alimentos suficientes para manter o corpo vivo ou o consumo abaixo da linha de pobreza definida. A linha de pobreza representa o custo de um cabaz alimentar e de bens não-alimentares que uma pessoa deve consumir para viver.

**Metodologia de Medição da Pobreza Pecuniária:** O estudo concluiu que todos os Estados-Membros usam a metodologia de Foster-Greer-Thorbecke (FGT) que considera os dados da despesa ou do consumo para calcular a pobreza, excepto no caso das Seychelles que usa dados da renda, embora adira mesmo assim à metodologia FGT. Na óptica da despesa agregada, todos os Estados-Membros, incluem a educação e a saúde, excepto as Seychelles e a Tanzânia. Seychelles usa dados da renda, portanto, não considera as despesas da educação e saúde, enquanto a Tanzânia exclui tanto as despesas da educação assim como as despesas de saúde, com o fundamento de que a introdução da recuperação de custos nos sectores sociais na década de 1990 poderá comprometer a comparabilidade a longo prazo das estimativas da pobreza.

**Colecta de Dados:** A maior parte da recolha de dados feita pelos Estados-Membros baseia-se em métodos de memorização e do registo dos dados, excepto na Zâmbia e Madagáscar, que usam apenas o método de memorização. A recolha de dados por um período de 12 meses, com recurso ao método de registo é o melhor método porque leva em conta os desafios da sazonalidade a que os Estados-Membros estão expostos, enquanto, por outro lado, o método de memorização sofre do lapso de memória de alguns dos inquiridos e não leva em conta os desafios da sazonalidade que afectam determinados Estados-Membros. Para uma abordagem harmonizada é recomendada a utilização de uma combinação do método de memorização e do método de registo. Ao se usar o método de registo, os dados devem ser recolhidos por um período de um ano para acautelar os desafios da sazonalidade a que os agregados estão expostos.

O estudo constatou que os Estados-Membros realizam os inquéritos em intervalos médios de cinco anos. Alguns países, realizam-nos após um período de mais de cinco anos que consideramos ser demasiado tempo para medir a pobreza e a desigualdade. Cinco anos é o

período ideal, pois isso permitirá a captação de algumas mudanças nos níveis de pobreza que estejam a ocorrer na sociedade. Menos do que dois anos, ou de dois em dois anos, também seria bom, mas não seria viável para muitos Estados-Membros devido por causa das restrições orçamentais.

**Questionários:** Todos os Estados-Membros da SADC têm vindo a realizar a medição da pobreza, com o apoio do Banco Mundial, que providencia a formação de capacitação técnica e humana. Como resultado, a maioria dos Estados-Membros têm o seu pessoal formado nas mesmas áreas de conhecimento. Na sequência do apoio técnico do Banco Mundial, a maioria dos Estados-Membros tem questionários semelhantes, com pequenas diferenças, em alguns casos. Como passo seguinte, há necessidade de padronizar os questionários para que sejam iguais em todos os Estados-Membros. Isso significa que eles vão recolher a mesma informação em todos os Estados-Membros.

### **Consumo Agregado:**

**Bens Alimentares:** O consumo de alimentos compreende por todos os bens alimentares que são consumidos pelos membros do agregado familiar. Isso inclui os alimentos adquiridos no mercado e consumidos fora, a comida produzida pelo agregado e os alimentos recebidos de outras fontes. Os Estados-Membros foram consistentes na agregação dos bens alimentares, pelo que isso se encontra harmonizado.

**Consumo de Produtos Não Alimentares Frequentes:** O consumo agregado procurou captar todos os consumos de bens não-alimentares que melhoram o bem-estar. A componente não alimentar consiste de combustível, materiais de limpeza, produtos de cuidados pessoais, vestuário, calçado, consertos em casa e outros. Outras despesas a serem incluídas são as despesas com a educação e a saúde. As despesas com a saúde são incluídas porque estão ligadas ao bem-estar da pessoa, enquanto as despesas com a educação melhoram o bem-estar de uma pessoa. Os dados mostram que todos os Estados-Membros da SADC incluiu as despesas com a educação e a saúde, como parte das despesas gerais contidas na cesta alimentar. A fim de harmonizar as despesas em bens não-alimentares todos os Estados-Membros devem padronizar as suas despesas, incluindo e excluindo bens semelhantes. Neste caso, recomenda-se a inclusão das despesas com a educação e saúde por parte de todos os Estados-Membros.

**Bens Duradouros:** O consumo de bens duradouros deve ser medido com cautela visto que os mesmos perduram por vários anos, depois de terem sido adquiridos. Os Estados-Membros indicaram que consideram o consumo de bens duradouros, adicionando o valor de uso à excepção da Tanzânia, que não contempla o valor de uso. Isto é consistente em todos os Estados-Membros, portanto, é algo já harmonizado.

**Habitação e Serviços de Rede Pública:** A utilização de habitação, água e electricidade deve ser incluída nas agregações das famílias. Se as famílias não relatam a utilização desse consumo, então a abordagem deve ser imputar um valor 'hipotético' de arrendamento baseado nas principais características do agregado familiar, como o tamanho dos quartos, os materiais das paredes/cobertura/piso, etc. Isto deve ser feito usando a regressão hedónica da habitação, e usando uma subamostra de habitações em relação as quais as rendas são relatados. Da mesma forma, a água e a electricidade devem ser imputadas utilizando características semelhantes, de acordo com um modelo estatístico. A maioria dos Estados-

Membros da SADC incluiu as despesas com o alojamento, excepto a Tanzânia, que exclui as rendas dos seus agregados de consumo. Relativamente aos serviços públicos, o consumo de água, electricidade e gás por todos os Estados-Membros está incluído no consumo agregado, excepto nos casos da Tanzânia e Seychelles, que não os incluíram. A fim de harmonizar as despesas decorrentes da utilização desses serviços públicos, recomenda-se que todos os Estados-Membros tratem o consumo desses bens utilitários da mesma forma.

**Ajustamento do Consumo dos Agregados Familiares:** Durante a construção do indicador de bem-estar, a medição do padrão de vida é definida partindo do nível do agregado familiar até o nível individual, porque o objectivo final é fazer uma comparação entre indivíduos e não entre agregados familiares. As escalas de equivalência são os factores que convertem o consumo real dos agregados familiares em consumo real dos indivíduos ao corrigirem as diferenças na composição demográfica e tamanho dos agregados familiares. Isso torna o consumo adulto equivalente ao das crianças e considera a diferença entre homens e mulheres. Este estudo constatou que os diferentes Estados-Membros utilizam a escala de equivalência de forma diferente com alguns apenas ajustando com relação as crianças e adultos, sem levar em consideração o sexo enquanto outros ajustam o consumo dos agregados em relação as crianças e adultos e também em relação ao sexo.

Malawi e Moçambique ajustam em função das diferenças na composição dos agregados familiares tendo em conta o número de membros do agregado familiar, obtendo o consumo per capita, enquanto os restantes Estados-Membros da SADC utilizam as escalas por adulto equivalente, considerando as diferenças nas necessidades por idade. Para harmonizar, torna-se necessário padronizar a metodologia sobre o Consumo dos Agregados Familiares e o presente estudo recomenda a metodologia de escala por adulto equivalente.

**Ajustamentos devido as Diferenças do Custo de Vida:** A análise da pobreza contemporânea exige que o consumo nominal dos agregados familiares seja ajustado em função das diferenças temporais e espaciais do custo de vida porque os agregados familiares em momentos e locais diferentes, deparam-se com preços diferentes. Diferentes Estados-Membros usam diferentes índices como o índice de Paache, o índice de Laspeyre e o índice de Fisher, por diversas razões. A melhor prática de A. Deaton e S. Zaidi recomenda o uso do índice de Paasche, pois tem pesos específicos dos agregados que correspondem ao conceito de utilidade métrica monetária e tem uma interpretação conveniente na teoria da escolha do consumidor. No entanto, a maioria dos países usa o índice de Laspeyre por causa de sua ligação mais estreita para o índice de preços no consumidor, e é fácil de calcular. Angola e Tanzânia usam o índice de Fisher para ajustar as diferenças de custo de vida enquanto o Malawi usa o índice de Paasche. Os restantes Estados-Membros da SADC utilizam o índice de Laspeyre para ajustar o custo de vida.

Para fins de harmonização, o estudo recomenda o uso do índice de Laspeyre porque é o mais usado por muitos Estados-Membros. No entanto, deve-se permitir que se chegue a um consenso com relação a este assunto.

**Determinação da Linha de Pobreza:** A abordagem do custo das Necessidades Básicas é a abordagem comumente usada na determinação de linhas de pobreza absoluta. O factor chave é definir uma cesta de bens que reflecte as necessidades de consumo mínimo dos agregados e estimar a linha de pobreza nesta "Cesta de Necessidades Básicas". A linha de pobreza total é composta por duas componentes principais: alimentar e não alimentar. A linha de pobreza alimentar representa o custo de um cabaz alimentar suficiente para o consumo de uma pessoa, acima do custo total dos alimentos na cesta de alimentos. Diferentes países usam diferentes métodos para estimar o consumo não-alimentar. A maioria dos Estados-Membros deriva a linha de pobreza não alimentar estimando não-parametricamente a média do consumo não-alimentar da população, cujo consumo total aproxima-se da linha de pobreza alimentar. A linha de pobreza total é a soma da linha de pobreza alimentar e da linha de pobreza não-alimentar. Para calcular a pobreza, a maioria dos Estados-Membros utiliza a pobreza absoluta, excepto o Botswana e as Maurícias, que utilizam o conceito de pobreza relativa para calcular a pobreza. O Botswana usa a linha de pobreza de USD 1,90 para determinar quem é pobre, enquanto as Maurícias usam 50% do rendimento mediano mensal do agregado familiar por adulto equivalente para o cálculo da linha de pobreza. Os restantes Estados-Membros da SADC usam a abordagem do Custo de Necessidade Básica (CBN) para o cálculo da linha de pobreza. O estudo considerou que havia necessidade de harmonizar as metodologias por forma a determinar os cabazes que compõem a Cesta de Alimentos, usando uma metodologia padronizada em todos os Estados-Membros, de acordo com as melhores práticas internacionalmente aceites.

A outra abordagem para a definição da linha de pobreza alimentar baseia-se no método da Ingestão de Alimentos Energéticos (FEI). Este método está ancorado na ingestão de alimentos

que satisfaçam as necessidades nutricionais básicos ou as calorias necessárias para manter o corpo humano vivo. A FEI baseia-se na relação total entre a ingestão de alimentos energéticos e o consumo total. O consumo total é então traduzido em valor monetário, que representa a linha de pobreza alimentar. No entanto, a linha de pobreza total também tem uma componente não alimentar. Esta metodologia foi condenada por muitos estudiosos que argumentam que o consumo de alimentos está sujeito aos gostos e aos preços relativos ou estrutura de emprego. Devido à sua inconsistência, não foi considerado o método ideal para determinar a linha de pobreza.

**Harmonização da Pobreza:** Para harmonizar as medições da pobreza, três metodologias de medição da pobreza têm sido estudadas, a saber: (i) Uma Linha de Pobreza Absoluta usando os métodos do Banco Mundial de US\$ 1,90 por dia, (ii) A Linha de Pobreza Pouco Relativa, usando a abordagem do Banco Mundial; e (iii) as Linhas de Pobreza Nacionais usadas para medir a pobreza nos Estados-Membros da SADC. Uma avaliação dos três métodos constatou que o terceiro método seria adequado para a medição da pobreza na região.

O terceiro método, que usa as Linhas de Pobreza Nacionais para medir a pobreza, depois de padronizar todas as metodologias de apuramento dos dados. Isto envolve a definição dos agregados de consumo. Esta seria uma boa medição harmonizada da pobreza para a região porque os dados da pobreza obtidos estariam muito próximos dos dados nacionais sobre a pobreza dos respectivos Estados-Membros. Este método não sofre dos problemas associados à Paridade de Poder de Compra, que ocorrem com a linha de pobreza absoluta de US\$ 1,9 dólar por dia.

O estudo recomendou o cálculo harmonizado da Métrica Monetária da Pobreza na SADC, utilizando as Linhas de Pobreza Nacionais, calculadas por cada Estado Membro, utilizando uma metodologia padronizada que será aplicada em todos os Estados-Membros.

**Medição da Desigualdade:** O estudo revelou que os Estados-Membros da SADC usam as despesas ou o rendimento para medir a desigualdade. Alguns países usam ambos enquanto outros usam um dos dois. Todos os Estados-Membros da SADC calculam o coeficiente de Gini como medição da desigualdade. O coeficiente de Gini mede a distribuição do rendimento do agregado familiar usando o índice da desigualdade. O coeficiente apresenta um grau numérico do qual a Curva de Lorenz se afasta da linha de distribuição do rendimento. Todos os Estados-Membros, em seguida, usam a Curva de Lorenz para retratar a desigualdade de rendimento na medida em que se afasta da linha de distribuição do rendimento. Isso é ilustrado pela representação de diferentes proporções do rendimento total que cabem a diferentes proporções da população, através de uma representação gráfica da distribuição do rendimento de uma população.

Todos os Estados-Membros da SADC usam o rendimento para medir as despesas excepto o Botswana, África do Sul e Zimbabwe, que calculam dois tipos de desigualdade a partir do rendimento e das despesas enquanto a Tanzânia calcula apenas a desigualdade das despesas.

O argumento é sobre o que é melhor entre despesas e rendimento para medir a desigualdade. Os que usam apenas as despesas argumentam que o consumo está prontamente disponível, uma vez que a maioria das pessoas nos Estados-Membros da SADC não têm rendimentos. Eles também alegam que o consumo pode ficar nivelado com o passar do tempo e, portanto, é

menos volátil e menos dependente da variação sazonal do que o rendimento, especialmente em sociedades agrícolas (Deaton e Grosh 2000). Um outro argumento a favor do consumo é que o bem-estar (utilidade) é uma função dos bens e serviços efectivamente consumidos. A outra razão para utilizar o consumo e não o rendimento é que a medição do rendimento em África é problemática devido, entre outras razões, à sazonalidade do emprego, à declaração deficitária do rendimento e a maioria das populações residentes nas zonas urbanas terem empregos informais sem salário mensal, mas sobrevivem em situação precária.

Outros argumentam ainda que o consumo está mais estreitamente relacionado com o rendimento permanente ou recursos da vida inteira do que o rendimento corrente. Isto significa que as despesas revelam desigualdades profundas e de longa data, enquanto o rendimento revela apenas a desigualdade da componente transitória. No entanto, os argumentos a favor do rendimento são que o rendimento confere o poder económico real que um indivíduo ou agregado familiar possui, enquanto a despesa ou o consumo retractam o padrão de vida real. As pessoas só gastam os rendimentos que tiverem auferido, pelo que o consumo é apenas uma parte do que se auferiu. Também pode-se argumentar que as despesas não reflectem todo o rendimento auferido, pois parte dele é guardado em bancos e, por conseguinte, não é consumido imediatamente.

Para fins de harmonização, recomenda-se que todos os países calculem a medição da desigualdade utilizando a metodologia padronizada, e neste caso recomendamos que se faça o cálculo a partir dos dados do rendimento. Aqui, no entanto, poderia permitir-se alguma flexibilidade no sentido de que a desigualdade calculada a partir dos dados do rendimento também considerasse os dados das despesas.

**Índice de Pobreza Multidimensional (IPM):** O IPM mede a pobreza com base nas privações. O IPM Global calculado pelo PNUD usa o indicador sobre a saúde, educação e padrão de vida. A África do Sul, Seychelles e as Maurícias são os Estados-Membros que distribuem o seu próprio Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), enquanto os restantes países recorrem ao IPM Global calculado pelo PNUD e OPHI. No entanto, alguns Estados-Membros, como a Tanzânia e outros, têm o seu IPM em preparação e, no final deste ano, muitos outros Estados-Membros terão também calculado o seu. Ao calcular o IPM, os Estados-Membros acrescentaram mais uma dimensão, designada actividade económica, enquanto a maioria deste focaliza-se mais no emprego. O emprego é um dos factores necessários na luta contra a pobreza e este complementa a educação. Isso também cria uma metodologia exclusiva apenas para os Estados-Membros da SADC. Este estudo concluiu que seria de todo interesse que o Secretariado da SADC começasse por calcular o Índice de Pobreza Multidimensional dos seus Estados-Membros utilizando os dados já disponíveis existentes, tais como o Inquérito Demográfico e de Saúde ou os dados dos censos. Poderia calcular dois diferentes índices utilizando dois conjuntos de dados diferentes. Este estudo recomenda que a SADC adopte a metodologia do IPM usada pela África do Sul e pelas Maurícias, que inclui o indicador de emprego como uma das variáveis que tem sido vista como uma privação. Esta será a mais fácil e melhor maneira de harmonizar o IPM na região.

**O Papel do Comité do RPO:** A Estratégia da Integração Económica Regional da SADC tem uma componente de erradicação da pobreza que visa alcançar o desenvolvimento sustentável na região. Isto será conseguido através do Quadro Regional de Redução da Pobreza que será supervisionado pelo Observatório Regional da Pobreza (RPO).

O Comité do Observatório Regional da Pobreza (ORP) iria coordenar os Estados-Membros com vista ao desenvolvimento de metodologias padronizadas de pobreza, através da harmonização da medição da pobreza seguindo as melhores práticas internacionalmente aceites.

O ORP utilizando dados harmonizados da pobreza através do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) vai reforçar o quadro regional que vai orientar a SADC para alcançar os seus objectivos de desenvolvimento através de um crescimento económico robusto e sustentável e da integração económica mais aprofundada. O RISDP deve conceber programas virados para a erradicação da pobreza no âmbito da sua prioridade global de integração regional da SADC, e serem capazes de monitorizar o seu desempenho através dos dados da pobreza harmonizados.

O ORP deve contribuir para a capacitação dos Estados-Membros através da formação dos técnicos de estatística da área da pobreza nos Institutos Nacionais de Estatística (INE) para implementarem o sistema harmonizado de medição da pobreza e para compreenderem a importância do uso de medições da pobreza harmonizadas na região.

# CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

---

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma comunidade regional de 16 Estados-Membros, nomeadamente Angola, Botswana, Comores, República Democrática do Congo (RDC), Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zimbabwe e Zâmbia. Ela existe desde 17 de Agosto de 1992 data da sua criação, em Windhoek, na Namíbia. A SADC é sucessora da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), constituída em Abril de 1980, com os mesmos objectivos de alcançar o desenvolvimento económico, a paz e segurança, e o crescimento económico, a redução da pobreza, a melhoria do padrão e da qualidade de vida dos povos da África Austral, e de apoiar a grupos socialmente desfavorecidos, através da integração regional.

O objectivo derradeiro da SADC é erradicar a pobreza e melhorar o bem-estar dos seus cidadãos através da integração e da cooperação regional. O objectivo de longo prazo da SADC é reduzir a pobreza na região, através do crescimento económico, bem como promover a paz, a democracia e a estabilidade. Em reconhecimento do facto de que a pobreza e a desigualdade continuam a ser os maiores desafios que afectam a região, a SADC convocou uma Conferência Consultiva sobre Pobreza e Desenvolvimento nas Maurícias em 2008. O objectivo da conferência era intensificar o diálogo sobre as dimensões regionais da pobreza e da desigualdade, fortalecer os esforços colectivos de combate a pobreza e desigualdade. O principal resultado da conferência foi a assinatura da Declaração sobre a Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável na região.

Com relação a Declaração sobre a Erradicação da Pobreza e as iniciativas de redução das desigualdades, a declaração destacava a criação do Observatório da Pobreza Regional (RPO), com o mandato de monitorizar o progresso feito na redução dos altos níveis de pobreza e desigualdade. A declaração referia-se ainda a necessidade de adquirir e desenvolver a capacidade adequada tanto no Secretariado assim como a nível dos Estados-Membros, a fim de garantir a implementação eficaz dos programas de erradicação da pobreza. Com vista a acompanhar os progressos registados no alívio da pobreza e na redução dos níveis de desigualdade na região, o RPO identificou a necessidade de se realizar um estudo sobre a medição da pobreza e da desigualdade feita pelos Estados-Membros e sobre a sua harmonização para tornar mais fácil medir a pobreza e a desigualdade em toda a região.

# CAPÍTULO 2: DESCRIÇÃO GERAL DO PROJECTO

---

## 2.1 Objectivo da Consultoria

Os objectivos da Consultoria encontram-se descritos nos Termos de Referência do documento do projecto, inserido com a Referência Nr.: 83286888. O principal objectivo da presente avaliação das práticas correntes de medição e dos perfis da pobreza e da desigualdade nos Estados-Membros da SADC era apresentar uma abordagem harmonizada da medição da pobreza com base na avaliação dos Estados-Membros da SADC. O estudo providenciou os dados para a linha de base dos Estados-Membros e incluiu um roteiro para permitir a monitorização sustentável e comparativa da pobreza na região, incluindo recomendações para que os Estados-Membros melhorem os seus Sistemas Nacionais com vista a alcançar este objectivo.

## 2.2 Objectivos Específicos

Os principais objectivos do estudo eram os seguintes:

- i. Avaliar o ponto de situação actual dos dados estatísticos, medições e capacidades relacionadas com a pobreza nos sistemas nacionais dos Estados-Membros da SADC para a produção sustentável de dados estatísticos fiáveis sobre a pobreza;
- ii. Formular uma definição robusto e harmonizada da pobreza para a região da SADC, incluindo uma abordagem para medir a pobreza ao nível regional, acordada pelos Estados-Membros da SADC e levando em conta as melhores práticas internacionais;
- iii. Avaliar possíveis lacunas nos Estados-Membros para providenciar dados que permitam uma medição comparável da pobreza ao nível regional;
- iv. Avaliar a Estratégia Regional de Redução da Pobreza e o papel do RPO. Com base nos resultados elaborar um roteiro para monitorização da pobreza de forma sustentável a nível regional; e
- v. Organizar um seminário regional para validar as conclusões do estudo e acordar sobre os passos seguintes.

## 2.3 Âmbito do Trabalho

O âmbito do trabalho encontra-se explanado nos Termos de Referência, e deve ser implementado dentro de um período de quatro meses. Especificamente, o âmbito contempla o seguinte para a consultoria:

- i. Realização de um estudo bibliográfico amplo do ponto de situação da pobreza nos Estados-Membros da SADC, com foco na definição, busca de dados, metodologias e padrões usados por todos os Estados-Membros, para compilar as estatísticas sobre a pobreza;

- ii. Determinar o nível da comparabilidade das estatísticas sobre a pobreza e desigualdades existentes, e as tendências entre os Estados-Membros da região;
- iii. Avaliar a variabilidade dos formatos existentes de disseminação das estatísticas e dos indicadores sobre a pobreza e as desigualdades ao nível dos Estados-Membros, com foco particular na produção de atlas ou mapas sobre a pobreza e as desigualdades;
- iv. Determinar a adesão às melhores práticas e padrões internacionalmente aceites para a compilação, análise e disseminação das estatísticas sobre a pobreza e desigualdades pelos Estados-Membros;
- v. Com base na avaliação detalhada, sugerir uma definição comum da pobreza e uma metodologia para a sua medição;
- vi. Elaborar um roteiro que permita a medição comparável da pobreza numa base regional, incluindo uma revisão detalhada da Estratégia Regional de Redução da Pobreza e do papel de RPO.
- vii. Apresentar recomendações com vista a melhorar as iniciativas existentes para a adopção de sistemas estatísticos robustos, para a recolha, análise e disseminação das estatísticas sobre a pobreza e desigualdades, incluindo a criação e manutenção de bases de dados das estatísticas sobre a pobreza e desigualdades ao nível nacional e regional;
- viii. Providenciar estimativas de implicações em termos de custos para a implementação das intervenções propostas no roteiro; e
- ix. Apresentar um relatório com as conclusões e recomendações relativas a situação actual das estatísticas e a capacidade dos sistemas estatísticos nacionais dos Estados-Membros da SADC a reunião do Grupo Regional de Peritos para validação.

Durante a fase inicial da presente consultoria e como parte da elaboração do Relatório inicial, o Consultor manteve encontros com departamentos/divisões relevantes e com alguns actores com interesse particular no projecto. Esses departamentos/divisões incluíam o Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a GIZ e a Southern African Trust. O objectivo destes encontros era dar oportunidade ao consultor de discutir o relatório inicial do projecto, explicar a abordagem proposta para o projecto, e anotar as preocupações e os pontos de vista dos principais participantes.

# CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

---

O estudo foi realizado através de uma combinação de um estudo bibliográfico dos Relatórios dos Inquéritos sobre as Condições de Vida ou dos Inquéritos das Receitas e Despesas realizados pelos Institutos Nacionais de Estatística (INE) dos Estados-Membros, questionários administrados enviados aos INE bem como de entrevistas telefónicas com especialistas da área da pobreza dos INE. Foi feita a análise das metodologias usadas para medir a pobreza e a desigualdade retratadas nos relatórios que serviram de base para o estudo bibliográfico. O estudo procurou compreender como se definia a pobreza e a desigualdade nos diferentes Institutos Nacionais de Estatística. Os questionários usados para a recolha dos dados no terreno vão também ser analisados para compreender como os dados foram recolhidos e como os questionários foram concebidos.

O estudo também envolveu a realização de visitas a alguns Institutos Nacionais de Estatística para entrevistar algumas pessoas que compilaram os dados para perceber melhor como os inquéritos são administrados e conduzidos. Durante a recolha de dados, as seguintes questões foram tomadas em consideração:

## 3.1 Recolha de Dados

O estudo usou três métodos diferentes de colecta de dados. Métodos de recolha de dados apropriados foram usados, em função da disponibilidade de dados. Nas situações em que os dados estavam prontamente disponíveis usando um método isso foi suficiente salvo quando se considerasse necessário utilizar os outros dois. Os métodos de recolha de dados foram os seguintes:

- i. Internet: O estudo usou a internet para recolher dados relativos aos Estados-Membros. A maioria dos Estados-Membros possui páginas na internet a partir de onde os seus estudos e relatórios detalhados sobre a pobreza podem ser baixados.
- ii. Entrevista: Estas foram usadas para a recolha directa e pormenorizada de informação, através da interacção entre os compiladores dos dados sobre a pobreza dos Institutos Nacionais de Estatística e o Consultor. Isso deu a oportunidade aos Institutos Nacionais de Estatística de fornecerem aos consultores as respostas às questões que não obtiveram resposta através dos seus dados disponíveis na internet. As entrevistas foram conduzidas telefonicamente e, em alguns casos, presencialmente, com os compiladores de países seleccionados que foram visitados pelo consultor. O consultor também visitou as Comissões de Planeamento e manteve entrevistas para perceber como os dados recolhidos e as informações geradas são usadas.
- iii. Questionário: um questionário estruturado foi usado para a recolha de dados dos Institutos Nacionais de Estatística e das Comissões/Departamentos de Planeamento. O questionário foi usado para a colecta de respostas padronizadas, e também serviu de lista de verificação daquelas que deveriam ser as perguntas comuns. O questionário foi utilizado para a recolha de informações sobre a expectativa dos Estados-Membros relativamente ao papel da SADC na criação do consenso sobre a monitorização da pobreza na região e quanto a uma definição regional harmonizada de pobreza.

## 3.2 Cobertura dos Dados

A cobertura do presente estudo baseou-se na disponibilidade dos dados necessários em todos os Institutos Nacionais de Estatística (INE) e referentes aos Estados-Membros. Visto que o presente estudo visava harmonizar a definição de pobreza e da desigualdade nos Institutos Nacionais de Estatística, mostrou-se necessário analisar todos os Estados-Membros da região e determinar a melhor forma de padronização da medição da pobreza. Todos os Estados-Membros que têm vindo a realizar estudos sobre a pobreza na região tiveram as suas metodologias analisadas para perceber quais eram as práticas e foram feitas recomendações visando a harmonização com os restantes Estados-Membros da SADC. Durante a recolha de dados, foi constatado que todos os Estados-Membros efectuavam a recolha dos dados e calculavam a pobreza nos seus respectivos países, excepto na República Democrática do Congo (RDC), que tinha planeado lançar o seu primeiro exercício de recolha e análise de dados sobre a pobreza na província de Kinshasa antes de cobrir todo o país na segunda fase. Com o apoio do Banco Mundial, a RDC já havia concebido os seus instrumentos e estava a preparar-se para iniciar a recolha de dados em 2019.

# CAPÍTULO 4: ORGANIZAÇÃO DO PROJECTO

## 4.1 Mapa dos Intervenientes

| INTERVENIENTES   | PRINCIPAIS INTERVENIENTES   | IMPORTÂNCIA PARA O PROJECTO   | INFLUÊNCIA SOBRE O PROJECTO (Baixa, Média, Alta)                                | PARTICIPAÇÃO   |
|--|---|---|---|--|
| Secretariado da SADC                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Comparar os níveis de pobreza na região para uma boa formulação de políticas.</li> <li>Direccionar as políticas e os recursos para as áreas grande necessidade.</li> </ul>   | Alta Providenciará liderança geral e apoio político   | Alta Terá influência em todos os aspectos da política                           | Responsável pela implementação geral do projecto   |
| Ponto de Contacto Nacional da SADC                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenar as políticas da SADC destinadas a pôr fim a pobreza e intensificar a integração regional nos ministérios dos respectivos Estados-Membros.</li> <li>Coordenar os programas da SADC nos países.</li> </ul> | Alta Prestará orientação e apoio nos respectivos países.  | Alta Terá influência na Função Pública quanto a política e integração regional. | Beneficiários da implementação bem-sucedida do projecto, pois usarão os resultados para promover ainda mais a integração regional. |
| Responsáveis dos INE                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Cálculos harmonizados da pobreza na região.</li> <li>Uso mais alargado dos seus dados</li> </ul>   | Alta Providenciará elementos a incorporar em todos os sistemas e orientação   | Alta Terá influência no tipo de dados a recolher.                               | Providenciar os dados necessários e validação do relatório   |
| Ministérios/Departamentos do Plano dos Estados-Membros | <ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar políticas nacionais e regionais com base em dados comparáveis.</li> <li>Concepção de políticas regionais com base no entendimento correcto dos níveis de pobreza da região.</li> </ul>                 | Alta Vai integrar as lições aprendidas em todos os projectos quando se integrarem as conclusões em consonância com os planos regionais. | Alta Vai ter influência na planificação e orientação.                           | Beneficiários da implementação bem-sucedida do projecto, pois usarão os resultados para promover ainda mais a integração regional. |
| GIZ Cooperação Alemã para o Desenvolvimento            | <ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperar com base em dados empíricos.</li> <li>Canalizar recursos para áreas de necessidade na região.</li> <li>Formular políticas com base em dados empíricos.</li> </ul>   | Alta Vai providenciar apoio financeiro e de desenvolvimento para apoiar a região  | Alta Vai influenciar em função da natureza do apoio prestado.                   | Providenciar recursos e responsável pela implementação geral do projecto   |
| Sector Privado   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar o desenvolvimento com base nos resultados testados e no feedback</li> <li>Compreender as decisões tomadas em relação a cooperação com terceiros</li> </ul>  | Alta Vai providenciar apoio político à região   | Alta Terá influência em todos os aspectos da política                           | Prevê a utilização eficaz dos recursos para o desenvolvimento resultantes do pagamento dos impostos                                |
| Comunidade de doadores                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperar com base em dados empíricos.</li> <li>Canalizar recursos para áreas de necessidade na região.</li> </ul>  | Alta Vai providenciar apoio político e técnico à região   | Alta Terá influência em todos os aspectos da política                           | Beneficiários da implementação bem-sucedida do projecto, pois usarão os resultados para  |

| INTERVENIENTES   | PRINCIPAIS INTERVENIENTES   | IMPORTÂNCIA PARA O PROJECTO  | INFLUÊNCIA SOBRE O PROJECTO (Baixa, Média, Alta)   | PARTICIPAÇÃO  |
|------------------|---|--|--|---|
|                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formular políticas com base em dados empíricos.</li> </ul>                         |  |  | promover ainda mais a integração regional.  |
| Cidadãos da SADC | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parceria com a SADC e com os Doadores para reduzir a pobreza na região.</li> </ul> | Alta Providenciará níveis elevados de cooperação.                      | Alta Terá influência em todos os aspectos da política e ajuda a ser canalizada por Governos, Doadores e pela SADC. | Cooperar com os INE na recolha de dados futuramente. Apreciar os resultados dos recursos dos doadores e providenciar apoio aos projectos. |
| Sociedade Civil  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parceria com a SADC e com os doadores para reduzir a pobreza na região.</li> </ul> | Alta Providenciará voz contra todos os vícios que agravam a pobreza.   | Alta Advogará a favor da adopção de políticas viradas para a redução da pobreza.                                   | Mobilizar os cidadãos dos Estados-Membros na luta contra a pobreza  |
| Banco Mundial    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parceria com os Estados-Membros e com o FMI para a redução da pobreza</li> </ul>   | Alta Providenciará conhecimentos técnicos sobre como reduzir a pobreza | Alta Ajudará na formulação de políticas macroeconómicas que contribuem para a redução da pobreza                   | Prestação de apoio técnico na luta contra a pobreza.  |

**Fonte:** Estudo dos documentos correspondentes pelos consultores

## CAPÍTULO 5: ANÁLISE E CONSTATAÇÕES PRELIMINARES

---

Definir a pobreza não tem sido uma tarefa fácil considerando que a pobreza é multidimensional e complexa por natureza. Por isso, não há uma definição universalmente aceite de pobreza. No entanto, globalmente, a pobreza é vista como um conceito multidimensional que busca medir o nível de privação em áreas como renda, alimentação, acesso à habitação, acesso a serviços como água e electricidade, educação, saúde e assim por diante e que afecta uma pessoa, família ou comunidade. A escolha dos indicadores para medir os níveis de privação muitas vezes pode ser arbitrária e, portanto, pode não reflectir a medição da escala completa das Necessidades Básicas não satisfeitas em diferentes contextos sociais.

A maioria dos Estados-Membros da SADC utiliza a Abordagem do Custo das Necessidades Básicas para medir a pobreza através da formulação da linha de pobreza. Isso envolve a formulação de uma linha de pobreza com base nos requisitos nutricionais, determinados na forma de calorias, e convertendo isso em orçamento para alimentos e fazendo uma provisão para bens não-alimentares. O método do Custo das Necessidades Básicas (CBN) é ancorado no custo local de um cabaz alimentar que proporciona um certo nível de nutrição.

Os Inquéritos de Medição das Condições de Vida são maioritariamente realizados utilizando dados sobre a despesa ou sobre o consumo em quase todos os Estados-Membros da SADC, excepto nas Seychelles que utiliza a renda, embora o país efectue a colecta de dados sobre as despesas. Os dados são recolhidos a partir do agregados seleccionado dos países membros e, em seguida, eles são processados para chegar a valores de consumo ou da renda, que são submetidos a uma linha de pobreza para determinar o valor da pobreza. Importa notar que as Seychelles foram incluídas na análise dos dados das despesas embora o país use os dados de renda para calcular a pobreza porque este recolhe dados das despesas no decurso do mesmo inquérito.

Devido ao facto de a pobreza ser por natureza multidimensional e complexa, diferentes Estados-Membros definem a pobreza de forma diferente embora usem o mesmo conceito de Custo das Necessidades Básicas (CBN). A tabela abaixo tenta apresentar mais detalhadamente as diferentes definições de pobreza pelos diferentes Estados-Membros da SADC. A tabela também contém informações relativas às principais fontes de dados, conceitos e definições, metodologia e estratégias de divulgação utilizadas para as estatísticas sobre a pobreza. Outros importantes relatórios sobre dados estatísticos encontram-se resumidos na tabela abaixo.

**Quadro 5.1: Panorâmica das Principais Fontes de Dados, Conceitos e Definições a nível dos Estados-membros da SADC**

| ESTADO-MEMBRO   | CONCEITOS E DEFINIÇÕES  | METODOLOGIA UTILIZADA  | PRINCIPAIS FONTES DE DADOS   | ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO  |
|-----------------|---|--|--|---|
| <b>Angola</b>   | <p>Pobreza: Refere-se a uma situação de privação evidente de uma ou mais dimensões do bem-estar de um indivíduo, como o acesso aos serviços de saúde, baixo capital humano, habitação inadequada, subnutrição, falta de certos bens e serviços, falta de capacidade de expressão de pontos de vista políticos ou de fé religiosa, etc. A pobreza é geralmente definida como a falta de recursos para garantir condições básicas de subsistência e bem-estar, de acordo com os padrões da sociedade. O coeficiente GINI é utilizado para medir as desigualdades.</p> | <p>A metodologia dos indicadores de pobreza foi concebida com a assistência técnica do Banco Mundial. Foi utilizada a Abordagem do Custo das Necessidades Básicas. A metodologia produz um índice multidimensional que agrega através da combinação de indicadores individuais, entre outros, de bem-estar, linhas de pobreza.</p> | <p>Inquéritos de agregados familiares, incluindo os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Relatório sobre a Pobreza para Angola, (IDR) 2018-2019</li> <li>(ii) Inquérito Integral sobre o Bem-Estar da População (IBEP), 2008/2009;</li> <li>(iii) Inquérito sobre despesas e rendimentos, DR1 2000/2001.</li> </ul> | <p>O Instituto de Estatística realiza seminários de divulgação de dados através dos quais relatórios são partilhados com o público, tanto em cópias electrónicas como em suporte de papel. A imprensa escrita e electrónica está engajada na divulgação de dados sobre a pobreza.</p> |
| <b>Botswana</b> | <p>Uma pessoa/agregado familiar cujo consumo total seja inferior à linha de dados de pobreza é considerada pobre. Os indivíduos devem ter a capacidade básica para se alimentarem e vestirem-se; devem poder trabalhar se quiserem; devem ser alojados de forma a não prejudicar a saúde; devem</p>   | <p>Estimativa do custo de um cabaz pré-determinado de bens e serviços para calcular a(s) linha(s) de dados da pobreza (PDL) e fazer comparações com as despesas de consumo das famílias. Aqueles que estiverem abaixo do PDL</p>   | <p>Inquéritos de agregados familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias 2002-3</li> <li>(ii) Inquérito aos Indicadores Essenciais de Bem-Estar do Botswana, 2009-10</li> <li>(iii) Inquérito Multitemático às Famílias do Botswana de 2015/16</li> </ul>                     | <p>Divulgação de estatísticas e indicadores de pobreza através de vários meios, incluindo website, conferências de imprensa, meios de comunicação electrónicos e impressos, serviços de radiodifusão e seminários de divulgação.</p>  |

| ESTADO-MEMBRO                                      | CONCEITOS E DEFINIÇÕES  | METODOLOGIA UTILIZADA   | PRINCIPAIS FONTES DE DADOS  | ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO  |
|--|---|---|---|---|
|  | <p>poder desfrutar de educação; e devem poder ocupar o seu lugar na sociedade. Tudo isto deve ser alcançado a um custo mínimo.</p>  | <p>são considerados pobres.</p>   |   |   |
| <p><b>Comores</b></p>                              | <p>La pauvreté identifiée en Union de Comores est un problème multidimensionnel : monétaire, éducation, santé, le bien-être de la population, l'accès à l'eau potable ect... Pour mesurer les inégalités, le coefficient de GINI est utilisé.</p>   | <p>La méthodologie de l'approche du coût de besoin a été utilisé et ceci a permis une analyse conjointe de la pauvreté monétaire et la pauvreté non monétaire (pauvreté des conditions de vie et pauvreté subjective) dans la mesure où elle permet de dresser une typologie des ménages selon qu'ils soient pauvres en se référant à la pauvreté monétaire, subjective et des conditions de vie.</p> | <p>(i) Enquête budget consommation de 1995,<br/>(ii) Enquête intégrale de 2004<br/>Enquête 1-2-3 de 2014</p>  | <p>La diffusion des données se fait par :<br/>-Un atelier de dissémination invitant l'ensemble de l'administration publique, le secteur privé et la société civile.<br/>-Publication du rapport dans le site web de l'Institut de la statistique (<a href="http://www.inseed.km">www.inseed.km</a>)<br/>-Organisation d'une conférence de presse invitant l'ensemble des medias du pays</p> |
| <p><b>República Democrática do Congo (RDC)</b></p> | <p>Trabalho sobre conceitos e definições de pobreza numa proposta de inquérito para o início de 2019. Identificaram a pobreza como um dos maiores desafios que o país enfrenta, daí a necessidade de a medir. Isto ajudará na elaboração de estratégias que melhorarão o padrão de vida da população.</p> | <p>O Banco Mundial está a trabalhar com o Instituto Nacional de Estatística na concepção de um inquérito sem precedentes sobre a medição da pobreza no país. Os dados serão recolhidos em Kinshasa como um projecto-piloto. Metodologia métrica do dinheiro utilizando uma abordagem baseada no consumo.</p>  | <p>Inquéritos de agregados familiares a ser realizado pela primeira vez em áreas nos arredores de Kinshasa em 2019. Com o apoio do Banco Mundial, este será o primeiro da sua espécie e será lançado para as outras províncias na segunda ronda nos anos seguintes.</p> | <p>O Instituto Nacional de Estatística divulga geralmente relatórios estatísticos através de workshops, briefings e relatórios dos meios de comunicação social. Tanto os relatórios em formato electrónico como àqueles em suporte de papel são partilhados com membros do público.</p>   |

| ESTADO-MEMBRO | CONCEITOS E DEFINIÇÕES   | METODOLOGIA UTILIZADA  | PRINCIPAIS FONTES DE DADOS  | ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO  |
|---------------|--|--|---|---|
| Eswatini      | Define a pobreza como ter menos comida, saúde precária, baixo nível de educação e baixo padrão de vida. Relativamente ao Índice Nacional Multidimensional de Pobreza, a definição globalmente acordada de pobreza abrange três dimensões da pobreza, nomeadamente (a) Saúde (nutrição e mortalidade); (b) Educação (anos de escolaridade e frequência escolar); (c) Padrão de vida (combustível para cozinhar, saneamento melhorado, água potável segura, electricidade, pavimentos e bens) é utilizada. Foram também concebidos índices de pobreza multidimensional infantil separados. | Utiliza metodologia concebida com a ajuda do Banco Mundial. O método Foster Greer da métrica do dinheiro, promovido pelo Banco Mundial, tem sido utilizado ao longo dos anos. Relativamente ao IPM Nacional - Metodologia concebida por Alkire e Foster da Universidade de Oxford, Reino Unido. Relativamente à pobreza infantil - Análise de Sobreposição de Privação Múltipla. | A maioria dos Estudos de Pobreza foram realizados a partir do Inquérito às Despesas Familiares e de Rendimento da Suazilândia e outros inquéritos foram fundamentais nos estudos de privações como abaixo indicado:<br><br>(i) Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (2000/1);<br><br>(ii) Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (2009/10);<br><br>(iii) Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (2016/17);<br><br>(iv) Censo da População e Habitação (2017);<br><br>(v) O Inquérito de Indicadores Múltiplos (2014) | Divulgação de relatórios e resultados sobre a pobreza aos interessados a nível nacional, regional e além através de CDs, cópias impressas. As impensas escritas e electrónicas são também amplamente utilizadas.  |
| Lesoto        | Define os agregados familiares pobres como aqueles que não conseguem pagar um pacote de bens considerado suficiente para satisfazer as necessidades básicas.   | O método do custo das necessidades básicas (CBN) é utilizado para determinar uma linha de pobreza baseada no consumo. A metodologia foi concebida com a ajuda do Banco Mundial   | Seis rondas de Inquéritos aos Orçamentos Domiciliares (HBS) foram realizadas até à data desde a década de 1970.<br>(i) 1972/1973 HBS<br>(ii) 1986/1987 HBS<br>(iii) 1994/1995 HBS<br>(iv) 2002/2003 HBS<br>(v) 2010/2011 HBS, e   | Os relatórios e resultados sobre a pobreza são divulgados através de resumos dos meios de comunicação e Workshops de divulgação, bibliotecas de estatísticas, meios de comunicação social impressos e electrónicos, bem como no website do Gabinete de Estatística. Os relatórios são divulgados tanto em cópias impressas como de suporte em papel |

| ESTADO-MEMBRO     | CONCEITOS E DEFINIÇÕES   | METODOLOGIA UTILIZADA   | PRINCIPAIS FONTES DE DADOS  | ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO  |
|-------------------|--|---|---|---|
|                   |  |   | (vi) 2017/2018 HBS  |   |
| <b>Madagáscar</b> | Identificou a pobreza como um dos maiores desafios que o país enfrenta. Definiu a pobreza como um desafio multidimensional na educação, saúde e bem-estar dos seus cidadãos.   | Trabalha com o Banco Mundial na concepção da metodologia. Utiliza a abordagem baseada no consumo para medir a pobreza. A utilização da Abordagem do Custo de Necessidades Básicas na Medição da Pobreza   | Inquérito sobre rendimentos e despesas realizado a partir de agregados familiares seleccionados ao longo de um período de cada cinco anos. O último inquérito foi realizado em 2012 - 2013.         | Divulgações utilizando cópias em formato electrónico, tais como CD e de suporte em papel, utilizando publicações, sites, a imprensa de rádio e televisão.   |
| <b>Malawi</b>     | Define a pobreza como indisponibilidade de recursos e presença de condições necessárias para uma vida razoavelmente confortável, saudável e segura. O bem-estar é visto em termos de suficiência ou insuficiência do consumo alimentar, cuidados de saúde, habitação, etc.   | Os inquéritos integrados aos agregados familiares (IHS) foram implementados com a assistência técnica do Instituto Internacional de Investigação das Políticas Alimentares (IFPRI) e do Banco Mundial (WB). Segue a metodologia de Foster Greer e Thorbecke, baseada em despesas para calcular a pobreza. | Inquéritos Integrados ao Agregado Familiar que vão de IHS (I) a IHS (IV). O IHS IV foi realizado em 2016 - 2017. Estes inquéritos devem ser realizados, em média, em cada três anos.                | O Instituto Nacional de Estatística realiza seminários de divulgação. Briefing com os Media, bem como a distribuição de relatórios, tanto em formato electrónico como de suporte em papel.  |
| <b>Maurícias</b>  | Não existe uma linha nacional de pobreza. No entanto, com base no inquérito aos agregados familiares, a pobreza é avaliada com base na medição relativa do rendimento familiar. Avalia a situação de pobreza no país com base no rendimento familiar. Os apontamentos não apresentam quaisquer definições claras de pobreza, | Com o apoio técnico do Banco Mundial, as medidas de pobreza relativa foram derivadas utilizando dados de rendimento familiar equivalente.   | (i) Inquéritos dedicados ao orçamento das famílias sobre rendimentos e despesas que servem, entre outros, para a análise da pobreza realizada em cada cinco anos, sendo o último realizado em 2017. | Os dados estatísticos sobre pobreza divulgados essencialmente no portal da Estatísticas das Maurícias em séries de dados, relatórios analíticos, mapas temáticos, etc. Os Meta dados são sempre incluídos em qualquer relatório que o Gabinete de Estatísticas das Maurícias divulga. |

| ESTADO-MEMBRO     | CONCEITOS E DEFINIÇÕES   | METODOLOGIA UTILIZADA  | PRINCIPAIS FONTES DE DADOS   | ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO  |
|-------------------|--|--|--|---|
|                   | mas articulam vários índices de pobreza calculados pelas Maurícias supostamente baseados essencialmente nas definições e directrizes do Banco Mundial e de outras instituições internacionais relativas à medição da pobreza. O IPM para as Maurícias é chamado Índice de Privação Multidimensional. |  |  |   |
| <b>Moçambique</b> | Define a pobreza e o bem-estar como um conjunto de dimensões na saúde, educação, habitação, consumo alimentar, posse de bens duradouros.   | Com a assistência do Banco Mundial, Moçambique construiu capacidade técnica na condução do HBS ao longo de um período de tempo. Compete ao Instituto Nacional de Estatística, a responsabilidade pela recolha de dados, enquanto o cálculo da linha de pobreza e as avaliações da pobreza competem ao Departamento Nacional de Estudos Políticos e de Desenvolvimento do Ministério da Economia e Finanças (MEF). Eles calculam o limiar de pobreza nacional e 13 linhas de pobreza regionais. | <p>Uma série de Inquéritos aos Orçamentos Familiares foi realizada ao longo de um período de vários anos, tendo o último sido realizado em 2014/15. Alguns dos inquéritos e anos são conforme se segue:</p> <p>(ii) Inquérito aos Orçamentos Familiares II 1996/97</p> <p>(iii) Inquérito aos Orçamentos Familiares II 2002/03</p> <p>(iv) Inquérito aos Orçamentos Familiares III 2008/09</p> <p>Inquérito aos Orçamentos Familiares IV 2014/15</p> | O Instituto Nacional de Estatística realiza seminários de divulgação de dados onde os relatórios são partilhados com o público, tanto em cópias impressas como de suporte em papel. As impressas escritas e electrónicas estão engajadas na divulgação de dados sobre a pobreza. (MEF disseminam dados sobre a pobreza) |
| <b>Namíbia</b>    | Os pobres são definidos como pessoas que são incapazes de agregar recursos suficientes   | Trabalha com o Banco Mundial na concepção  | (i) Os Inquéritos às Receitas e Despesas das Famílias são realizados em cada cinco anos,   | As publicações estatísticas são divulgadas através de briefs dos meios de comunicação,  |

| ESTADO-MEMBRO        | CONCEITOS E DEFINIÇÕES  | METODOLOGIA UTILIZADA  | PRINCIPAIS FONTES DE DADOS   | ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO   |
|----------------------|---|--|--|--|
|                      | para satisfazer necessidades básicas. São contados como o número total de pessoas que vivem abaixo de um nível mínimo especificado de rendimento ou abaixo de um limiar nacional de pobreza. A Namíbia utiliza três linhas nacionais de pobreza (linha de pobreza limite superior, linha de pobreza limite inferior, bem como a linha de pobreza alimentar)   | da metodologia. Utiliza a abordagem baseada no consumo para medir a pobreza. A Abordagem do Custo das Necessidades Básicas utilização na Medição da Pobreza.   | tendo o último sido realizado em 2015 -2016.   | Workshops e através do portal na Internet. Mapas estatísticos, power points e faixa-publicitárias são utilizados para exibir informação ao público.  |
| <b>Seychelles</b>    | A pobreza é uma questão multifacetada e como tal tem mais do que uma definição. A pobreza é vista como um desafio multidimensional que a população enfrenta nos domínios da saúde, educação, bem-estar social. No entanto, a falta de rendimento para satisfazer as necessidades é considerado como sendo pobre. O rendimento tem sido utilizado para calcular o valor da pobreza, ao mesmo tempo que a despesa é também recolhida. Calcula o IPM utilizando a metodologia concebida por Alkire e Foster da Universidade de Oxford. | Foram implementados estudos sobre a pobreza em parceria com o Banco Mundial e o Gabinete Nacional de Estatística. O Banco Mundial fornece assistência técnica. Este é o único país da sub-região da SADC que utiliza o rendimento para estimar a sua pobreza nacional. | O país tem vindo a realizar Relatórios de Inquérito ao Orçamento Familiar há algum tempo até à data presente que outras fontes de dados são:<br><br>(ii) Inquérito ao Orçamento das Famílias<br><br>(i) O perfil de pobreza da República das Seychelles. | A divulgação dos resultados da pobreza e outros relatórios estatísticos são feitos através de comunicados de imprensa, workshops e distribuições de cópias impressas e de suporte em papel dos relatórios. As apresentações em <i>Power Point</i> são feitas durante os workshops de disseminação. O mapeamento da pobreza foi concebido para a nação insular. |
| <b>África do Sul</b> | A África do Sul adoptou também um Índice de Pobreza Multidimensional que é a versão do país do Índice   | Relativamente às linhas nacionais de pobreza - Abordagem do Custo das Necessidades   | Desde 1995, os Inquéritos de agregados familiares incluem o seguinte:  | Relatórios técnicos e analíticos sobre a pobreza difundidos principalmente através de conferências mediáticas,   |

| ESTADO-MEMBRO | CONCEITOS E DEFINIÇÕES   | METODOLOGIA UTILIZADA   | PRINCIPAIS FONTES DE DADOS  | ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO  |
|---------------|--|---|---|---|
|               | <p>Multidimensional de Pobreza (IPM) mundial, que é uma medida internacional de pobreza aguda cujo principal objectivo é registar privações graves que cada pessoa ou agregado familiar enfrenta no que diz respeito à saúde, educação e padrões de vida. O Índice de Pobreza Multidimensional Sul-africano (IPM-Africa do Sul) inclui a quarta dimensão, ou seja, as dimensões da Actividade Económica. Permite comparações entre e dentro de regiões, países e regiões/províncias dentro de países, entre outros usos. Os agregados familiares são classificados como pobres se forem privados, no mínimo, menos um terço de todos os indicadores do IPM-Africa do Sul.</p> <p>A África do Sul mede igualmente a pobreza utilizando medidas monetárias e métricas. Esta medida utiliza três linhas nacionais de pobreza, ou seja, a linha de pobreza alimentar (limiar de privação absoluta). Representa a quantidade de dinheiro necessária para adquirir o mínimo de consumo de energia diária necessária.</p> | <p>Básicas que liga o bem-estar ao consumo de bens e serviços. São estimados três limiares de pobreza, nomeadamente, a pobreza alimentar, o limiar superior e o limiar inferior de pobreza.</p> <p>A metodologia da Pobreza Baseada no Consumo, utilizando a Abordagem de Custo de Necessidades Básicas é utilizada para calcular a pobreza.</p> <p>Relativamente ao índice de pobreza multidimensional - metodologia concebida por Alkire e Foster da Universidade de Oxford, Reino Unido.</p> | <p>(ii) Inquéritos sobre Receitas e Despesas</p> <p>(iii) Inquéritos sobre os Padrões de vida</p> <p>(iv) Inquéritos Comunitários</p> <p>Censos de Potação de População e Habitação</p> | <p>cópias impressas e de suporte em papel. São também disponibilizados ao público e também encontrados no portal Stats SA. O Gabinete de Estatística produz também os relatórios de mapeamento da pobreza que denunciam a pobreza a pequenos níveis da população.</p> |

| ESTADO-MEMBRO          | CONCEITOS E DEFINIÇÕES  | METODOLOGIA UTILIZADA   | PRINCIPAIS FONTES DE DADOS  | ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO  |
|------------------------|---|---|---|---|
|                        | <p>Linha de Pobreza Inferior (limiar austero abaixo do qual se tem de escolher entre produtos alimentares e não alimentares importantes) e a Linha de Pobreza Superior (limiar de privação relativa abaixo do qual as pessoas não podem pagar o estilo de vida mínimo desejado pela maioria dos sul-africanos).</p> |   |   |   |
| <p><b>Tanzânia</b></p> | <p>Define a pobreza como quando o consumo individual está abaixo da "linha de pobreza das necessidades básicas". Significa ter menos para consumir significa que alguém está na pobreza.</p>  | <p>A metodologia utilizada foi concebida com a ajuda do Banco Mundial e tem vindo a ser aplicada ao longo dos anos, com a actual sendo a HBS 4, 2017-18. Utiliza a Abordagem do Custo das Necessidades Básicas e calcula a pobreza para a área urbana e rural, bem como para a Nacional. Existe uma linha de pobreza nacional e um agregado de consumo ajustado às diferenças do custo de vida.</p> | <p>Os Inquéritos aos Orçamentos Familiares têm sido recolhidos em série ao longo de um período de tempo. O actual é HBS 4 2017-18.</p>  | <p>Estatísticas sobre a pobreza divulgadas no portal Estatísticas da Tanzânia em séries de dados, relatórios analíticos, mapas temáticos, etc. Os seminários são sempre organizados onde os dados sobre a pobreza são divulgados ao público, envolvendo a audiência durante o seminário e, por vezes, transmitidos tanto nas estações de televisão como nas de rádio.</p> |
| <p><b>Zâmbia</b></p>   | <p>Em termos conceptuais, um indivíduo é considerado pobre se sofrer de alguns níveis de privação económica e/ou social. A pobreza é definida como sendo a incapacidade de satisfazer as</p>  | <p>A metodologia utilizada concebida pelo Banco Mundial. O Banco Mundial prestou apoio técnico no cálculo das estatísticas actuais sobre a pobreza do país.</p>   | <p>Principalmente os Inquéritos de Monitorização das Condições de Vida (LCMS) têm sido realizados desde 1990, declarando com os Inquéritos Prioritários I e II e depois LCMS I a V. A Actual é o LCMS 2015.</p> | <p>Os relatórios e resultados sobre a pobreza são divulgados através de Workshops de divulgação, bibliotecas de estatísticas, imprensa escrita e electrónica, website e portal de dados. Os dados são divulgados em</p>   |

| ESTADO-MEMBRO   | CONCEITOS E DEFINIÇÕES   | METODOLOGIA UTILIZADA   | PRINCIPAIS FONTES DE DADOS | ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO   |
|---|--|---|----------------------------|--|
|   | necessidades humanas básicas mínimas, incluindo alimentação e artigos não alimentares, dado todo o seu rendimento total. | Utiliza a abordagem do custo da Necessidades Básicas baseada na abordagem do consumo. |                            | relatórios, tanto em cópias impressas como em cópias em papel, divulgações em power point e mapas de pobreza |
| <p><b>Fonte:</b> Avaliação das práticas actuais sobre medições e perfis de pobreza na SADC, Secretariado da SADC e Dados de Investigação do Autor.</p>  |  |   |                            |  |
| <p><b>Nota:</b> Os dados sobre a pobreza são recolhidos pelos Estados-membros em momentos diferentes, sendo que a maioria dos países o faz a intervalos regulares de cada cinco anos. Contudo, importa notar que alguns Estados-membros só recolhem dados sobre a pobreza quando existem recursos disponíveis para realizar o inquérito</p> |  |   |                            |  |

A expectativa é que todos os Estados-Membros realizem estudos sobre a pobreza seguindo os melhores padrões internacionalmente aceites. No entanto, deve notar-se que poderiam existir algumas diferenças num ou outro aspecto que teriam de ser analisadas e, depois, proceder-se a harmonização para se chegar a uma medição padrão aceite em toda a região. Com vista a harmonizar os estudos sobre a pobreza na região, é importante compreender como os conceitos importantes da pobreza foram abordados. Todos os países incluídos no estudo foram primeiramente analisados para a verificação da consistência preliminar na recolha de dados e na definição dos termos que são utilizados para a recolha e manipulação dos dados.

A tabela abaixo mostra que a maioria dos Estados-Membros da SADC procedeu a revisão das suas ferramentas de recolha de dados, utilizando a Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP).

A Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP) é uma classificação usada para classificar as despesas de consumo individual e o consumo individual efectivo. A maioria dos países usa esta norma, o que significa uniformidade e os melhores padrões internacionalmente aceites. No geral, todos os Estados-Membros procederam a revisão e padronizaram os seus instrumentos de recolha de dados de acordo com a COICOP.

Para a recolha de dados, os países usam o método de memorização ou do registo da informação num diário. Um diário é um registo com a anotação separada da informação, organizada em função da data e que descreve as ocorrências verificadas ao longo de um período de tempo definido. No que diz respeito à IES e LCS, os diários registam todas as aquisições feitas pelo agregado familiar diariamente durante o período definido para o uso do diário. Isso incluía a descrição do produto, o seu valor, origem, finalidade, a área de compra e do tipo de retalhista. Por outro lado, o método de memorização é aquele em que se espera que a pessoa entrevistada use a memória para se lembrar do que ela terá comprado durante um determinado período de tempo, conforme solicitado pelo entrevistador. Todos os países recolhem informações sobre as despesas usando o método do diário, tendo os dados sido recolhidos ao longo de um período de um ano, excepto na Zâmbia e Madagáscar, que utilizaram o método de memorização pelo período de um mês. Os dados recolhidos durante o período de um ano levam em conta as diferentes estações durante o ano enquanto ao se usar um período de memorização os dados recolhidos durante um mês não levam em conta a sazonalidade e também enferma de problemas de credibilidade devido a perda de memória.

Todos os Estados-Membros indicaram que os dados sobre bens foram obtidos utilizando a abordagem de aquisição enquanto a informação sobre serviços recebidos foi recolhida usando a abordagem do pagamento. A abordagem da aquisição é uma abordagem que leva em linha de conta o valor total dos bens e serviços adquiridos durante um determinado período, quer tenham sido totalmente pagos ou não durante esse período. A abordagem de pagamento é uma abordagem que leva em conta o pagamento total efectuado por todos os produtos e serviços num determinado período, quer o agregado familiar tenha começado a consumi-los ou não.

Os dados da própria produção foram recolhidos usando a abordagem de consumo. Os bens de produção própria são aqueles bens produzidos ao nível do agregado familiar. Um bom exemplo de produção própria são as hortaliças que as famílias produzem nos seus quintais. A

abordagem do consumo leva em conta o valor total de todos os bens e serviços consumidos (ou usados) durante um determinado período.

## 5.2: Descrição Geral dos Inquéritos aos Agregados Familiares nos Países

**Quadro 5.2: Comparações dos Inquéritos sobre as Despesas Domiciliares na Região, visão geral por País**

| País e Inquérito                               | Classificação do Tipo de Despesa | Ano(s) de referência | Dimensão da amostra | Metodologia          | Abordagem de recolha de dados sobre despesas |                        |                      |
|--|----------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|--|------------------------|----------------------|
|  |                                  |                      |                     |                      | Produtos                                     | Serviços               | Produção própria     |
| <b>Angola</b><br>(IDR 2018-2019)               | COICOP                           | 2018/19              | 12,500 HHs          | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Botswana</b><br>(BMTHS 2015/16)             | COICOP                           | 2015/16              | 7,188 HHs           | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Comores</b>                                 | COICOP                           | 2014                 |                     |                      |  |                        |                      |
| <b>Eswatini (Swazilândia)</b><br>(IES 2009/10) | COICOP                           | 2009                 | 3,167 HHs           | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| Lesoto (HBS 2017/18)                           | COICOP                           | 2017/18              | 4,295 HHs           | Diário e Recordação  | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Madagáscar</b><br>(ENSOMD 2012 -2013)       | COICOP                           | 2012/2013            | 19,200 HHs          | Recordação           | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Malawi</b><br>(IHS4 2016/17)                | COICOP                           | 2016/2017            | 12,480 HHs          | Recordação           | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Maurícias</b><br>(HBS 2017)                 | COICOP                           | 2017                 | 7000 HHs            | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Moçambique (IOF 2014/2015)</b>              | COICOP                           | (IOF 2014/2015)      | 11000 HHs           | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Namíbia</b><br>(NHIES 2015/16)              | COICOP                           | 2015/16              | 10368 HHs           | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Seychelles</b><br>(HBS 2013 )               | COICOP                           | 2013                 | 3100 HHs            | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>África do Sul</b><br>(LMS 2014/2015)        | COICOP                           | 2014/2015            | 30,818 DUs          | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Tanzânia</b><br>(HBS 2017/18)               | COICOP                           | 2017/18              | 9552 HHs            | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Zâmbia</b><br>(LCMS 2015)                   | COICOP                           | 2015                 | 12260 HHs           | Recordação           | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |
| <b>Zimbabwe</b><br>(PICES 2011/12)             | COICOP                           | 2011/2012            | 31248 HHs           | Diário e Recordações | Abordagem de aquisição                       | Abordagem de pagamento | Abordagem de consumo |

**Fonte:** Relatórios oficiais sobre a pobreza e documentos correspondentes (vide as referências A)

## 5.2 Componentes e Procedimento de Agregação

### i. Fonte dos Dados

O estudo analisou como as estimativas oficiais da pobreza são calculadas a partir de dados recolhidos no âmbito dos Inquéritos de Medição dos Padrões de Vida (LSMS) ou Inquéritos do Rendimento e Despesas (IES) dos Estados-Membros que são inquéritos aos agregados familiares em larga escala conduzidos numa base regular. Os inquéritos são representativos de regiões (províncias ou distritos) de cada país individualmente, bem como no nível rural-urbano e cobrem um número significativo de indivíduos pertencentes aos agregados familiares.

Os dados das seguintes secções de LMS são usados, para derivar o agregado de consumo:

- (a) Lista dos membros do agregado familiar: Informações sobre o tamanho do agregado familiar, localidade, características do chefe do agregado familiar, e a composição demográfica do agregado familiar;
- (b) Activos do agregado familiar: Informações sobre a propriedade dos activos;
- (c) Comodidades domésticas e condições de habitação: Informações sobre as condições de habitação, uso de energia eléctrica, acesso à água, habitação, electricidade, e as despesas de água; e
- (d) Despesas do Agregado Familiar: Informações sobre compras em dinheiro, o consumo da própria produção, bens recebidos sem pagamento.

### ii. Componentes do Módulo

O agregado de consumo é construído a partir destes quatro módulos. O processo de criação deste agregado de consumo é guiado por um certo número de considerações. Primeiro de tudo, há um interesse em ter uma medição abrangente do consumo, tanto quanto possível, visto que a medição deve espelhar o bem-estar. Uma medição estritamente definida implicaria que as componentes omitidas não contribuem de forma alguma para o bem-estar.

No entanto, muitas vezes é impossível adicionar todos as componentes de consumo de forma igualmente simples. Isto porque, para muitas componentes, torna-se necessário introduzir pressupostos adicionais, a fim de ser capaz de adicioná-los ao agregado de consumo. Isso aumenta a complexidade do processo de agregação e pode ameaçar a transparência do processo. Além disso, como a medição da pobreza baseia-se na credibilidade do agregado de consumo subjacente, é extremamente importante não sacrificar a credibilidade no processo de adicionar ao agregado de consumo algumas componentes específicas de consumo causadoras de divisão.

Ao determinarem o seus agregados de consumo, os serviços nacionais de estatística mantêm os objectivos da abrangência e credibilidade como o foco central. O agregado de consumo final capta tanto consumo alimentar como o consumo não alimentar.

### **a. Consumo de alimentos**

Ao nível do agregado familiar, o agregado de consumo capta (i) as compras em dinheiro de alimentos e as refeições fora de casa, (ii) o consumo da própria produção e (iii) alimentos recebidos sem pagamento (ofertas, comida pelo trabalho, etc.). Quanto as compras em dinheiro, quase todos os Estados-Membros apresentaram a despesa total relacionada com tais compras. Relativamente a sua própria produção e aos produtos recebidos sem pagamento, os agregados relataram a quantidade consumida/recebida e o respectivo preço unitário. Em tais casos, o valor de consumo é derivado multiplicando as quantidades indicadas pelo preços unitários relatados. O consumo total de alimentos é derivado pela soma entre as três categorias. As melhores práticas concordam que todo o consumo captado na pesquisa deve integrar o agregado do consumo de alimentos (Deaton e Zaidi, 2002).

### **b. Consumo de bens não alimentares**

O agregado do consumo de bens não alimentares capta as despesas com bens frequentes e menos frequentes (mas mesmo assim regulares) não alimentares que servem a finalidade de consumo (em contraste com os fins de produção). Este inclui os seguintes bens e serviços: as despesas de educação, despesas médicas, bens de consumo pessoal (incluindo bebidas alcoólicas e cigarros), e serviços pessoais. Capta também as despesas relacionadas com a habitação, tais como a renda, água e electricidade, e a tendência era a mesma em todos os Estados-Membros.

As remessas enviadas, sempre que possível, foram tratados como transferências, mas foram excluídas do agregado de consumo dos agregados familiares que enviavam, o que se conforma com as melhores práticas internacionais, e todos os Estados-Membros aderiram a essa prática conforme recomendado pelo Banco Mundial. Isso ajuda a evitar a dupla contagem, se os agregados familiares que as recebem usam tais transferências para fins de consumo, mas também para alinhar a medição de consumo de LCMS com a prática da Contabilidade Nacional.

Além disso, as despesas com os activos financeiros (por exemplo, o pagamento da dívida, pagamentos de juros) não foram consideradas como sendo estritamente de melhoria do bem-estar e foram, por isso, excluídas do agregado de consumo usado para calcular as estimativas da pobreza.

## **5.3 Consumo de Produtos Não Alimentares (frequentes)**

O agregado de consumo global procurou incluir todos os bens não alimentares comumente comprados, como os materiais de limpeza, combustíveis, bens para o cuidado pessoal, e alguns outros bens menos frequentemente (mas ainda assim regularmente) comprados como roupa, calçado, e consertos em casa. As despesas mais comumente incorridas, como o transporte de e para o trabalho, e o consumo dos serviços de comunicação, foram incluídas embora não melhorem o bem-estar (Lanjouw, 2005). Outras despesas, tais como de fertilizantes e sementes, não foram incluídas visto que não são para fins de consumo. A tendência é a mesma na maioria dos Estados-Membros.

Alguns dos bens não-alimentares não incluídos são as despesas decorrentes das remessas,

impostos e taxas, uma vez que muitas vezes são despesas que não melhoram o bem-estar, mas sim meras reduções da renda, excepto nos casos em que os impostos locais são usados para a provisão de bens públicos locais (Deaton e Zaidi, 2002). Outras despesas cuja inclusão não se previa são despesas relacionadas com os activos financeiros, o reembolso das dívidas e o pagamento de juros. Os pagamentos irregulares, tais como os pagamentos decorrentes de cerimónias (casamentos, funerais e dotes) também foram excluídos não só por serem irregulares, mas, às vezes, também porque podem ser inconsistentes.

As despesas com a saúde e a educação foram agregadas a outras despesas embora a situação seja ambígua. O argumento para a inclusão das despesas de saúde é que se trata de uma necessidade e que indica o bem-estar. Os custos incorridos pela pessoa que adoece são tratados como uma despesa e uma pessoa doente sofre a perda de bem-estar. Para a mitigação dos problemas de saúde, algumas pessoas compram o seguro de saúde para cobrir os custos de tratamento e da medicação, enquanto outros têm de ser eles próprios a suportar as despesas. Deaton e Zaidi (2002) recomendam a exclusão das despesas de saúde por causa da sua natureza ambígua no sentido de que eles são inconsistentes e irregulares, a menos que a sua elasticidade em relação ao total das despesas seja suficientemente alta.

As despesas de educação também geram um argumento semelhante no sentido de que as despesas de educação são irregulares, tal como as despesas de saúde (Deaton e Zaidi, 2002). Quando alguém frequenta a escola, os benefícios não são directos visto que não afectam o seu nível de bem-estar actual, o que alguns podem usar como motivo para a sua exclusão. No entanto, deve-se notar que a educação aumenta o nível de bem-estar de uma pessoa, por exemplo, por via do valor intrínseco da educação ou porque permite a socialização dos alunos entre si (Lanjouw, 2005). Além disso, a prática de contabilidade nacional padrão incorpora as despesas relacionadas com a educação no consumo privado e, nesse sentido, Deaton e Zaidi (2002) recomendam a inclusão das despesas de educação no agregado de consumo de bens não-alimentares.

A **Tabela 5.3** abaixo mostra que todos os Estados-Membros da SADC, excepto as Seychelles e a Tanzânia, incluem a saúde e a educação nos seus agregados de consumo. As Seychelles não incluem a educação e a saúde no agregado de consumo porque o país usa o rendimento bruto para calcular o rendimento total dos membros do agregado familiar a ser gasto no consumo. A Tanzânia exclui as despesas de educação e da saúde com o fundamento de que a introdução da recuperação de custos no sector social na década de 1990 (e o consequente forte aumento da despesa privada) poderia comprometer a comparabilidade a longo prazo das estimativas de pobreza. Este estudo não chegou a considerar o tipo das despesas de saúde que são incluídas pelos diferentes países, dado que alguns países podem incluir apenas pequenas despesas, tais como as consultas de rotina, medicamentos regulares e excluir as despesas avultadas e pouco frequentes, como a hospitalização.

O estudo também revelou que a maioria dos países estudados não inclui as transferências, impostos e despesas cerimoniais nos agregados de consumo.

A partir da análise acima, pode-se concluir que a avaliação dos agregados de consumo de bens não-alimentares é semelhante na maioria dos Estados-Membros da SADC, excepto na Tanzânia e nas Seychelles. A Tanzânia não inclui a saúde e educação no agregado de bens não-alimentares, fazendo com que este não seja comparável ao nível de todos os Estados da SADC, enquanto as Seychelles usam o rendimento bruto para medir a pobreza.

**Quadro 5.3: Agregado de Consumo Não-Alimentar (Componentes Seleccionadas), Visão Geral por País**

| País e Inquéritos                              | <i>O agregado de consumo inclui:</i>                              |  |                           |                        |
|--|---|--|---------------------------|------------------------|
|  | Educação  | Saúde  | Transferências (Enviadas) | Despesas de cerimónias |
| <b>Angola</b> - (IDR 2018-2019)                | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Botswana</b><br>(BMTHS 2015/16)             | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Comores</b>                                 | Sim   | Sim  | Sim                       | Sim                    |
| <b>República Democrática do Congo</b>          | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Eswatini (Swazilândia)</b><br>(IES 2009/10) | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Lesoto</b> - (HBS 2017/2018)                | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Madagáscar</b><br>(ENSOMD 2012/2013)        | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Malawi</b> (IHS4 2016/17)                   | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Maurícias</b> - (HBS 2017)                  | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Moçambique</b> (IOF 2014/2015)              | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Namíbia</b><br>(NHIES 2015/16)              | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Seicheles</b><br>(HBS 2013)                 | Não, utiliza o rendimento bruto.<br>(Mas, faz a recolha para HBS) | Não, usa rendimento bruto (Mas,<br>faz a colecta para HBS) | Não                       | Não                    |
| <b>África do Sul</b><br>(LES 2014/2015)        | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Tanzânia</b> (HBS 2017/18)                  | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Zâmbia</b> (LCMS 2015)                      | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |
| <b>Zimbabwe</b><br>(PICES 2011/12)             | Sim   | Sim  | Não                       | Não                    |

Fonte: Relatórios oficiais sobre a pobreza e documentos correspondentes (vide as referências A)

## 5.4 Bens Duradouros

Bens Duradouros - Artigos de casa que duram por um longo período de tempo, tais como os electrodomésticos, computadores, rádios, televisores, carros e móveis, geralmente adquiridos uma vez mas que duram vários anos.

Os bens duradouros que são comprados durante os inquéritos ou aqueles que a família já possui têm um impacto sobre o bem-estar dos agregados familiares. Os bens de consumo duradouros perduram por vários anos e a sua aquisição custa somas avultadas, por isso foram tratados com cuidado no estudo. A razão é que a aquisição dos bens duradouros custa enormes somas de dinheiro, e isso significa que adicioná-los ao agregado do consumo iria estimar em excesso o bem-estar das famílias, considerando que esses bens são usados por um período de tempo longo. Da mesma forma, negligenciar a posse dos bens duradouros comprados antes do inquérito significaria subestimar o bem-estar que os agregados familiares desfrutam, visto que esses bens proporcionam alguns benefícios. Perante isso, o valor de uso de bens duradouros deve ser incluído no agregado de consumo, ou os benefícios que os agregados derivam da utilização desses bens. Por vezes, isso é designado como 'valor de aluguer' dado que os bens duradouros usam valores que correspondem teoricamente ao custo necessário para alugar os bens duradouros num mercado competitivo. (Deaton e Zaidi, 2002).<sup>1</sup>

Considera-se que o uso de bens duradouros normalmente está relacionado com o conjunto de bens que o agregado familiar possui. Existem diferentes fórmulas que são utilizadas na prática, dependendo do tipo de dados disponíveis em resultado dos inquéritos aos agregados familiares (ver caixa 1 referente ao método mais comumente utilizado). Idealmente, os inquéritos fornecem informações sobre (i) o valor actual de revenda dos bens duradouros, (ii) o preço de compra, e (iii) a idade do bem. Embora seja possível calcular o valor de uso sem o valor de compra ou sem o valor actual de revenda, uma destas duas variáveis deve estar disponível.

---

<sup>1</sup> Note-se que os bens duradouros não devem ser confundidos com activos produtivos, embora ambos os tipos de bens sejam normalmente incorporados na secção de activos dos inquéritos aos agregados familiares. Os activos produtivos são usados como insumos para o processo de produção e não devem ser incluídos no agregado de consumo.

### Caixa 1: Cálculo do valor de uso dos bens duradouros

Esta caixa mostra o método mais comumente usado para obter os valores de uso (UV) dos bens de consumo duradouros, de acordo com Deaton e Zaidi (2002). Isso requer dados sobre (i) o valor actual de revenda do bem duradouro ( $p_t$ ), (ii) o preço de compra ( $p_{t-T}$ ), E (iii) a idade do bem duradouro ( $T$ ). O valor de uso pode então ser calculado como sendo:

$$UV = S_t \cdot p_t \cdot (r_t - \pi_t + \delta) \quad (1)$$

Nesta expressão,  $S_t$  denota o número de bens disponíveis;  $r_t$  é a taxa de juro nominal,  $\pi_t$  a taxa de inflação e  $\delta$  a taxa de amortização. Para reduzir a sensibilidade dos valores de uso dos bens duradouros em relação às flutuações do mercado, pode-se calcular a média das taxas de juros nominais e das taxas de inflação ao longo de vários anos.

A taxa de amortização é obtida pela fórmula:

$$\delta = 1 - \left( \frac{p_t}{p_{t-T}} \right)^{\frac{1}{T}} + \pi \quad (2)$$

A aplicação da fórmula (2) resulta numa série de taxas de amortização possíveis ( $\delta$ ) para cada item captado durante o inquérito. Para reduzir o impacto dos casos anómalos, recomenda-se o uso da taxa de amortização média em todas as observações para um determinado item na fórmula (1), em vez da taxa de

Com a excepção da Zâmbia, os Estados-Membros não apresentaram um retracto completo do modo como recolhiam os dados de consumo referente aos bens de consumo duradouros. Isso ocorre porque é um tanto a quanto complicado e difícil de recolher a maioria dos dados. As informações sobre a idade, preço de compra e/ou valores de revenda bens itens tornam difícil calcular o valor de uso. A Zâmbia apresentou uma abordagem detalhada sobre a estimativa do valor de uso dos bens duradouros. Estados, como o Malawi, que calculam esses dados, não apresentaram muita informação sobre os procedimentos para a produção das estimativas.

## 5.5 Habitação e Serviços de Rede Pública

O estudo também analisou a forma como o Consumo de Serviços Públicos e a Habitação são tratados por diferentes serviços nacionais de estatística nos diferentes Estados-Membros. O agregado de consumo deve incluir o valor monetário do fluxo de benefícios de bem-estar que os agregados recebem decorrentes da habitação. Para os locatários, isso consiste tipicamente na renda paga pelo agregado familiar. Os problemas surgem porque muitas famílias possuem a sua própria habitação e, portanto, não incorrem em despesas regulares. Para esses agregados familiares, é necessária uma forma de 'equivalente de renda' (Hentschel e Lanjouw, 1995; Lanjouw, 2005)

As informações sobre a renda real paga encontram-se disponíveis tanto nos módulos de consumo assim como nos módulos de habitação. Além disso, os agregados familiares que

possuem as suas próprias casas foram solicitados a dizer qual seria o valor da renda que conseguiriam com o arrendamento da sua habitação. Os inquéritos também recolheram informações sobre um grande número de características da habitação, tais como os materiais de construção, e o acesso a água e saneamento. Esta informação permite estimar um modelo de regressão linear, que relaciona os valores de renda relatados por um subconjunto da população para as principais variáveis de habitação e localização. Os parâmetros utilizados para estimar o valor da habitação consistem no número de quartos, materiais das paredes/piso/cobertura, acesso a água, electricidade, colecta de lixo etc. e a localização da própria habitação em termos de zona rural/urbana e a província. As estimativas dos parâmetros desta regressão de habitação hedónica podem então ser utilizadas para imputar os valores de arrendamento aos agregados que não têm qualquer outra informação disponível (ver Deaton e Zaidi, 2002).

A variável da renda final é baseada num procedimento de três níveis:

- (a) Relativamente aos agregados que arrendam no mercado privado, usam-se as informações sobre a renda real paga de acordo com a secção sobre habitação;
- (b) Quanto aos outros agregados, a variável da renda reflecte a estimativa de arrendamento do agregado familiar; e
- (c) Se nenhuma destas informações estiver disponível, as rendas são imputadas usando o conceito de regressão de habitação hedónica.

Da mesma forma, se os agregados não apresentam o custo do consumo de água, electricidade e gás, por várias razões que possam ter ou efectivamente por omissão, então pode-se usar a regressão de imputação para atribuir valores a essas variáveis. Embora este processo possa ser igual a regressão de habitação hedónica, é possível a inclusão de alguns ajustamentos, por exemplo, a qualidade da água dos poços, rios, torneiras etc. Para executar uma tal regressão é necessário tratar uma fonte de água como um meio de controlo com base na sua qualidade. No entanto, devido às suas complicações, recomenda-se que este modelo não seja utilizado.

Este estudo examinou como a água e a electricidade são tratadas pelos serviços nacionais de estatística. A melhor prática de cálculo da pobreza aplica-se aos serviços de água e electricidade uma vez que estas são necessidades que melhoram o bem-estar dos agregados familiares. O principal problema aqui é que muitas famílias utilizam a rede de água e electricidade, mas não relatam qualquer pagamento. Nesses casos, as despesas de água e electricidade são imputados com base num modelo de regressão simples. A imputação é apenas feita com relação aos agregados que estão claramente ligados à rede pública. No caso da electricidade, estas são as famílias que usam a electricidade como a sua principal fonte de energia de iluminação; quanto a água, isso diz respeito as famílias que usam a rede de água canalizada pública ou privada, como a principal fonte de água potável.

A análise dos relatórios oficiais da pobreza revela que quase todos os Estados-Membros, excepto a Tanzânia, incluem a habitação nos seus cálculos de agregados de consumo dos serviços de habitação e dos serviços de redes públicas. Havia muita heterogeneidade em relação ao tratamento do valor da renda da habitação. Todos os Estados-Membros que relataram o uso do valor da renda usam o valor real quando disponível, mas imputam quando

o valor não se encontra disponível. O Malawi usa a renda real quando disponível e, caso não, recorre as estimativas da renda do respectivo proprietário. No entanto, o Malawi, África do Sul, Eswatini, Lesoto, Zâmbia e Zimbabwe usam a renda hedónica se a renda real e a renda estimada não estiverem disponíveis. Moçambique apresentou dados sobre a renda real, mas não indicou se era usada a renda estimada quando a renda real não estivesse disponível.

Os relatórios revelaram que os Estados-Membros incluem a água, electricidade para iluminação e, no caso de alguns países, o gás de cozinha nos seus agregados de consumo. Os relatórios não eram claros com relação a forma como os Estados-Membros lidavam com os dados em falta relativos aos serviços públicos, pois não apresentaram informações sobre as imputações.

**Quadro 5.4: Tratamento da Habitação e dos Serviços Públicos, Visão Geral por País**

| País e Inquéritos                        | Alojamento |  | Serviços de Utilidade Pública |   |
|--|------------|--|-------------------------------|---|
|  | Incluídos  | Tipos de Dados e Método  | Incluídos                     | Tipo de Dados e Método  |
| <b>Angola</b><br>(IDR 2018-2019)         | Sim        | (1) Actual (2) Renda de imputação estatística (regressão da habitação hedónica)  | Sim                           | Despesas de água, electricidade (imputações através de métodos estatísticos)  |
| <b>Botswana</b><br>(BMTHS 2015/16)       | Sim        | (1) Real, (2) Renda imputada estatisticamente (regressão da habitação hedónica)  | Sim                           | Despesas de Água, electricidade (imputações através de métodos estatísticos)  |
| <b>Comores</b>                           | Sim        | La régression hédonique pour le logement est utilisé pour le loyer imputé.   | Sim                           | Eau, électricité, les méthodes statistiques permettent de faire des imputations   |
| <b>Eswatini</b><br>(IES 2009/10)         | Sim        | 1) Real, (2) Renda imputada estatisticamente (regressão de habitação hedónica)   | Sim                           | Despesas de água, electricidade (sem informação em relação a Imputação)   |
| <b>Lesoto</b><br>(HBS 2017/2018)         | Sim        | n.a  | Sim                           | Despesas de água, electricidade (sem informação em relação à Imputação)   |
| <b>Madagáscar</b><br>(ENSOMD 2012 -2013) | Sim        | (1) Renda real, (2)Renda imputada estatisticamente (regressão de habitação hedónica)   | Sim                           | Despesas de água, electricidade (imputações através de métodos estatísticos)  |
| <b>Malawi</b><br>(IHS4 2016/17)          | Sim        | (1) Actual, (2) Estimativa do agregado familiar se faltar o real. (3) Renda estatisticamente imputada (regressão da habitação hedónica) se não estiverem disponíveis tanto o 1 como o 2. | Sim                           | Despesas de água, electricidade (sem informação sobre imputação)  |
| <b>Maurícias</b><br>(HBS 2017)           | Sim        | 1)Renda declarada por famílias que arrendam<br>2)Renda imputada declarada por famílias que não arrendam tendo em consideração o valor real da renda na região e tipo de edifício.        | Sim                           | Electricidade, gás, água ( <b>sem informação sobre imputação, o valor é o relatado pelos agregados familiares</b> )               |
| <b>Moçambique</b> (IOF 2014/2015)        | Sim        | (1) Real, (2) Imputado (nenhuma informação sobre o método)   | Sim                           | Despesas de água, electricidade e de gás (sem informação sobre imputação)   |
| <b>Namíbia</b><br>(NHIES 2015/16)        | Sim        | (1) Real, (2) Estimativa do agregado familiar se faltar o real. (3) Renda estatisticamente imputada (regressão da habitação hedónica) se não estiverem disponíveis tanto o 1 como o 2.   | Sim                           | Despesas de água, electricidade (serviço sanitário, gestão/ recusa de resíduos, gás), imputações através de métodos estatísticos. |
| <b>Seychelles</b><br>(HBS 2013)          | n.a        | n.a  | n.a                           | n.a   |
| <b>África do Sul</b><br>(LCS 2014/2015)  | Sim        | (1) Famílias reais (2) Renda imputada utilizando Rendimento de arrendamento compilado pelos Bancos   | Sim                           | Despesas de água, electricidade, gás (Imputação através de métodos estatísticos)  |
| <b>Tanzânia</b><br>(HBS 2017/18)         | Não        | n.a  | Sim                           | n.a   |
| <b>Zâmbia</b><br>(LCMS 2015)             | Sim        | (1) Renda real (2) estimativas dos agregados familiares (3) Renda estatisticamente imputada (regressão da habitação hedónica)  | Sim                           | Despesas de água, electricidade(Imputação através de métodos estatísticos)  |

| País e Inquéritos   | Alojamento |   | Serviços de Utilidade Pública |   |
|---|------------|---|-------------------------------|---|
|   | Incluídos  | Tipos de Dados e Método   | Incluídos                     | Tipo de Dados e Método  |
| <b>Zimbabwe</b><br>(PICES 2011/12)  | Sim        | 1) Real (2) estimativa do agregado familiar ou (3) renda estatisticamente imputada (regressão da habitação hedónica). |                               | Despesas de água, electricidade (Imputação através de métodos estatísticos) |
| <b>Fonte:</b> Relatórios oficiais sobre a pobreza dos Estados-Membros da SADC |            |   |                               |   |

## 5.6 Ajustamentos devidos as Diferenças na Composição do Agregado Familiar

Este estudo analisou a forma como os INE tratam os dados recolhidos ao nível dos agregados familiares. A semelhança da maior parte dos outros inquéritos aos agregados familiares, a maioria dos LCMS captam os dados de consumo ao nível dos agregados familiares e não da pessoa singular. É fácil ver que o consumo ao nível dos agregados familiares não é um bom indicador do bem-estar dos indivíduos salvo se forem feitos alguns ajustamentos para acomodar as diferenças no tamanho e composição do agregado familiar.

Uma opção seria simplesmente dividir o valor total do consumo do agregado familiar pelo número de membros do agregado familiar. Mas tal abordagem significaria não reconhecer que diferentes membros do agregado familiar podem ter necessidades de consumo distintas. Entretanto, constitui uma verdade o facto de as crianças consumirem produtos especiais, e elas certamente que requerem menos da maioria das coisas comparativamente aos adultos (Deaton, 1997). A abordagem dos serviços nacionais de estatística atribui pesos diferentes aos diferentes membros do agregado familiar sendo que as crianças contam como uma fracção de um adulto, e tal a fracção dependendo da idade. Por último, tamanho efectivo aplicado ao agregado é a soma dessas fracções, e não é medido pelo número de pessoas, mas de acordo com o número de adultos equivalentes. Portanto, o indicador de bem-estar dos INE para medir a pobreza na maioria dos Estados-Membros é o consumo do agregado por adulto equivalente.

A abordagem mais óbvia seria a de calcular o consumo per capita, dividindo o consumo total do agregado familiar pelo número de membros do agregado familiar. No entanto, isso não só presume que os recursos são partilhados de forma igual no seio das famílias, mas negligencia a idade e as diferenças específicas de cada sexo nas necessidades de consumo (por exemplo, as crianças pequenas consomem menos alimentos do que os adultos).<sup>2</sup> Ignora também a existência de bens públicos ao nível do agregado familiar, como bens não-alimentares usados por todos os membros do agregado familiar sem custos adicionais (por exemplo, habitação, iluminação, equipamentos de cozinha). Se estes bens existirem (e compreenderem uma parte não negligenciável do consumo do agregado familiar), os agregados mais numerosos ficam favorecidos em comparação aos menores, por causa do menor custo per-capita da aquisição (e, possivelmente, da manutenção) desse bem público. Da mesma forma, os agregados familiares mais numerosos beneficiam-se dos descontos nos preços, uma vez que compram em quantidades maiores do que os agregados menores. Esses fenómenos são designados economias de escala ao nível do agregado familiar. Uma abordagem comum para lidar com as diferenças nas necessidades de consumo e/ou economias de escala é a aplicação de escalas de equivalência, que procuram normalizar o consumo tendo em conta as diferenças na composição dos agregados familiares.

Apesar do apelo conceptual visando corrigir as diferenças decorrentes da composição dos agregados familiares, é bastante difícil estimar escalas de equivalência na prática (ver Deaton, 1997, para uma descrição geral da ampla literatura teórica e empírica sobre escalas de equivalência). Por causa destas dificuldades, a maior parte da investigação aplicada recorre a escalas ad-hoc que, no geral, parecem ser consistente com a literatura relevante e não procuram estimar as escalas de equivalência numa base caso-a-caso. Uma fórmula

---

<sup>2</sup> A ideia de diferenças nas necessidades de consumo pode ser estendida a outras categorias, por exemplo, níveis de actividade física (Hentschel e Lanjouw, 1995).

comummente usada (Jenkins e Cowell, 1994), que incorpora as diferentes necessidades de consumo das crianças (em comparação com os adultos) e economias de escala, é a seguinte:

$$AE = (A + \alpha K)^\theta$$

Em que AE é o número de adultos equivalentes, A denota o número de adultos no agregado e K o número de crianças.  $\alpha$  situa-se entre 0 e 1 e representa o custo de uma criança em relação ao custo de um adulto. O parâmetro  $\theta$ , que também tem valores entre 0 e 1, corrige as economias de escala ao nível do agregado familiar. Deve-se notar que, se tanto  $\theta$  assim como  $\alpha$  estão definidos para a unidade, esta fórmula simplesmente descreve o consumo per capita. A prática comum, no entanto, é definir  $\alpha$  perto de 0,3 e  $\theta$  perto a 1 para os países pobres (Deaton e Zaidi, 2002). Isso pressupõe, basicamente, que as crianças (principalmente as crianças de tenra idade) consomem cerca de um terço do consumo de um adulto, e que a maioria dos bens consumidos são privados (tipicamente substanciado por uma elevada proporção dos alimentos no orçamento total).

**Quadro 5.5: Ajustamentos para diferenças na Composição do Agregado Familiar, Visão Geral por País**

| <b>País e Inquéritos</b>                 | <b>Por Equivalente Adulto ou Consumo Per Capita</b> | <b>Considera as diferenças nas necessidades por Idade/Sexo</b>  | <b>Considera as economias de escala</b> |
|--|---|---|---|
| <b>Angola</b><br>(IDR 2018-2019)         | Por equivalente adulto                              | Idade, (escala local, origem desconhecida)  | Não                                     |
| <b>Botswana</b><br>(BMTHS 2015/16)       | Por equivalente adulto                              | Idade, (escala local, origem desconhecida)  | Não                                     |
| <b>Comores</b>                           | Por equivalente adulto                              | Idade   | Não                                     |
| <b>Eswatini</b><br>(IES 2009/10)         | Por equivalente adulto                              | Idade, (escala local, origem desconhecida)  | Não                                     |
| <b>Lesoto</b><br>(HBS 2017/2018)         | Por equivalente adulto                              | Idade e sexo (escala local, recomendações da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) para os países da África Austral) | Não                                     |
| <b>Madagáscar</b><br>(ENSOMD 2012 -2013) | Por equivalente adulto                              | Idade, (escala local, origem desconhecida)  | Não                                     |
| <b>Malawi</b><br>(IHS4 2016/17)          | Per Capita  | n.a   | Não                                     |
| <b>Maurícias</b><br>(HBS 2017)           | Por equivalente adulto                              | Idade (Com base na escala de equivalência não linear do Bank & Johnson, tal como recomendado pelo Banco Mundial)                  | Sim                                     |
| <b>Moçambique</b><br>(IOF 2014/2015)     | Per Capita  | Idade e sexo (Escala local)   | n.a                                     |
| <b>Namíbia</b><br>(NHIES 2015/16)        | Por equivalente adulto                              | Idade, (escala local, origem desconhecida)  | Sim                                     |
| <b>Seychelles</b><br>(HBS 2013)          | Por equivalente adulto                              | Idade (Escala local)  | Não                                     |
| <b>África do Sul</b><br>(LCS 2014/15)    | Per capita  | n.a   | Não                                     |
| <b>Tanzânia</b><br>(HBS 2017/18)         | Por equivalente adulto                              | Idade, sexo (Escala da OMS e da FAO)  | Não                                     |
| <b>Zâmbia</b><br>(LCMS 2015)             | Por equivalente adulto                              | Idade (Comissão Nacional de Alimentação e Nutrição / Comissão de Preços e Rendimento)   | Não                                     |
| <b>Zimbabwe</b><br>(PICES 2011/12)       | Por equivalente adulto                              | n.a (OMS, FAO)  | Não                                     |

**Fonte:** Revisão dos relatórios oficiais sobre a pobreza e documentos correspondentes (vide as referências A)

Na maioria dos outros Estados africanos, tais economias de escala iriam presumir que as necessidades de consumo dos agregados familiares não aumentam de forma linear quando mais pessoas são adicionadas (porque alguns itens nos agregados familiares, por exemplo, habitação, serviços públicos, bens duradouros, podem ser partilhados). Embora tais efeitos possam ter um papel, os mesmos são muito difíceis de quantificar na prática.

Os relatórios oficiais da pobreza revelaram que o Malawi e Moçambique usam o factor per capita para ajustar as economias de escala, enquanto os restantes Estados-Membros utilizam as escalas de adulto equivalente para ajustar em função das diferenças de consumo nos agregados familiares. Eles ajustam principalmente em função da idade para acomodar as crianças do agregado familiar e colocá-las ao mesmo nível que os adultos quanto aos níveis de consumo. A maioria dos países usa as escalas locais, que são ajustados para acautelar as diferenças de consumo. A maioria dos Estados-Membros não efectua ajustamentos em função das diferenças de nutrição com base no sexo por causa da impressão de que o pressuposto de necessidades de consumo mais reduzidas para as mulheres poderia afectar a credibilidade das estimativas de pobreza.

## **5.7 Ajustamentos devido as Diferenças do Custo de Vida**

Os agregados familiares em diferentes partes do país podem possuir diferentes níveis de bem-estar, se confrontados com diferentes preços de mercado. Este problema refere-se às variações de preços temporais e espaciais.

Os deflatores de preços espaciais são necessários porque as diferenças de preços entre regiões são susceptíveis de fazer com que as comparações dos dados sobre o consumo nominal entre os agregados familiares (por adulto) sejam enganosas. Por exemplo, os agregados familiares com o mesmo nível de consumo nominal (por adulto) podem possuir diferentes níveis de bem-estar, se confrontados com diversos preços de mercado para os mesmos bens.

As diferenças dos preços poderiam ser causadas pela inflação, e a sazonalidade pode influenciar os preços durante o período do inquérito. Em segundo lugar, o custo de vida pode diferir significativamente entre regiões, especialmente em locais com infra-estruturas pouco desenvolvidas. O desafio da diferença de preços pode ser solucionado através do cálculo do índice de preços, que ajusta o consumo de um conjunto comum de preço de referência.

O índice de Paasche e o índice de Laspeyre estão citados pela maior parte da literatura como os dois métodos que podem ser usados. O peso das despesas no índice de Paasche é adaptado ao padrão de consumo de cada agregado familiar, ao passo que o peso no índice de Laspeyre refere-se a um cabaz de consumo de referência fixo, sendo estas as principais diferenças entre estes dois índices de preços.<sup>3</sup> Por outras palavras, o índice de Paasche usa pesos de despesas específicos para o agregado familiar, enquanto os pesos do índice de Laspeyre são os mesmos para todos os agregados familiares.<sup>4</sup> Um terceiro índice, que pode ser usado para a deflação de preços temporal e/ou regional, é o índice de Fisher, que é

---

<sup>3</sup> Deaton e Zaidi (2002) argumentam que os pesos do índice de Laspeyre utilizados para a análise da pobreza devem reflectir os padrões de consumo em torno da linha de pobreza.

<sup>4</sup> Num quadro temporal, os pesos do índice de Paasche referem-se ao período corrente, ao invés do período de base. Num contexto espacial, os pesos referem-se ao agregado familiar em análise, ao invés do agregado de referência (Deaton e Zaidi, 2002).

calculado como a média geométrica dos índices de Paasche e Laspeyre. Independentemente da escolha do índice, o consumo ajustado ao preço é sempre obtido dividindo o consumo nominal pelo deflator de preço.

Deaton e Zaidi (2002) recomendam o uso de um deflator de preços de Paasche referenciado nos preços nacionais médios. Isso porque o índice de Paasche, com os seus pesos específicos para o agregado familiar, corresponde ao conceito de utilidade métrica-monetária e tem, por isso, uma interpretação conveniente na teoria da escolha do consumidor. No entanto, muitas agências de estatística usam o índice de Laspeyre, principalmente porque é o que mais se aproxima do índice de preços ao consumidor (CPI) e, marginalmente, mais conveniente na perspectiva computacional. A análise dos relatórios da pobreza dos países mostra que Angola, Botswana, Eswatini, Malawi e a maior parte dos Estados-Membros utilizam o índice de Laspeyre, excepto a Tanzânia e Angola, que usam o índice de Fisher e o Malawi usa o índice de Paasche. Também importa notar que não dispomos de qualquer informação sobre o índice usado por Moçambique. Na Tanzânia, o consumo é medido em termos nominais, mas o índice de preços é usado para ajustar a linha de pobreza nacional para ter em conta as diferenças dos preços regionais. Note-se que esses índices muitas vezes fazem ajustamentos simultaneamente por causa das diferenças de preços regionais e temporais, embora noutros países (por exemplo, na Tanzânia) o índice seja utilizado apenas para a deflação regional.

**Quadro 5.6: Acertos para as diferenças de preços (dentro do inquérito), visão geral por País**

| País e Inquéritos                           | Deflação de preços | Deflação Espacial e/ou Temporal   | Tipo de Deflator  | Parte do Consumo (Alimentares/Não-Alimentar)                           | Fontes de Dados:              |
|---|--------------------|---|---|--|-------------------------------|
| <b>Angola</b> (IDR 2018-2019)               | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Pescadores  | Alimentares/Não-Alimentar  | Base de dados do CPI          |
| <b>Botswana</b> (BMTHS 2015/16)             | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Laspeyres   | Alimentares/Não-Alimentar  | Base de dados do CPI          |
| <b>Comores</b>                              | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Laspeyres   | Alimentares/Não-Alimentar  | Base de dados do CPI          |
| <b>Eswatini (Swazilândia)</b> (IES 2009/10) | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Laspeyres   | Alimentares/Não-Alimentar  | Base de dados do CPI          |
| <b>Lesoto</b> (HBS 2017/2018)               | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Paasche   | Alimentares/Não-Alimentar  | Preço baseados nos inquéritos |
| <b>Madagáscar</b> (ENSOMD 2012 -2013)       | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Laspeyre  | Alimentares/Não-Alimentar  | Base de dados do CPI          |
| <b>Malawi</b> (IHS4 2016/17)                | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Paasche   | Alimentares/Não-Alimentar  | Base de dados do CPI          |
| <b>Maurícias</b> (HBS 2017)                 | Sim                | Deflação de preços apenas a nível nacional e ao longo do tempo. Sem informação espacial | Laspeyres   | Alimentares/Não-Alimentar  | Base de dados do CPI          |
| <b>Moçambique (IOF 2014/2015)</b>           | Sim                | Temporal  | Sem informação  | Apenas os preços dos alimentos, não - alimentares assumidos constantes | Sem informação                |
| <b>Namíbia</b> (NHIES 2015/16)              | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Laspeyres   | Alimentares e não alimentares  | Informação CPI                |
| <b>Seychelles*</b> (HBS 2013)               | Sim                | Espacial  | Laspeyres   | Alimentares e não alimentares  | Base de dados do CPI          |
| <b>África do Sul</b>                        | Não                | Espacial e temporal (duas fases)  | Laspeyres   | Alimentares/Não-Alimentar  | Base de dados do CPI          |
| <b>Tanzânia*</b> (HBS 2017/18)              | Sim *              | Espacial e temporal de uma fase bidimensional   | Índice Fisher antes do Inquérito 2017/18 e agora usando o Índice Paashe | Alimentares/Não-Alimentar  | Inquérito baseado             |
| <b>Zâmbia</b> (LCMS 2015)                   | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Laspeyres   | Apenas preços de alimentos, não alimentares assumidos constantes       | Base de dados do CPI          |
| <b>Zimbabwe</b> (PICES 2011/12)             | Sim                | Espacial e temporal (duas fases)  | Laspeyres   | Alimentares/Não-Alimentar  | Base de dados do CPI          |

**Nota:** A Tanzânia deflaciona a linha de pobreza em vez dos agregados de consumo. Desde 2017/18, a Tanzânia migrou da utilização do Índice Fisher para o Índice Paashe. As Seicheles recolhem dados tanto sobre produtos alimentares como não alimentares, embora utilizem o rendimento para calcular a pobreza.

**Fonte:** Relatórios oficiais de pobreza e documentos correspondentes (Vide a referência A).

As melhores práticas dos estudos sobre a pobreza recomendamos que os INE façam ajustamentos para levar em conta a deflação de preços regional dos produtos alimentares. Isso é conseguido através da computação dos deflatores dos preços dos alimentos segundo o método de Laspeyre ao nível das províncias, que expressam todo o consumo de alimentos em preços nacionais médios. Os deflatores de preços, que se baseiam em produtos alimentares essenciais, são calculados de acordo com a seguinte fórmula (ver Deaton e Zaidi, 2002):<sup>5</sup>

$$P_{FL}^h = \sum w_k^z \left( \frac{P_k^h}{P_k^o} \right) \quad (3)$$

em que  $p_k^h$  representa o preço pago pelo agregado familiar  $h$  pelo item  $k$  (aqui aproximado ao *preço mediano do nível provincial*) e  $p_k^o$ , corresponde ao preço de referência para o bem  $k$  (aqui o *preço mediano nacional*). Sendo que  $w_k^z$  representa os pesos das despesas, neste caso adaptados aos padrões de consumo dos agregados familiares perto da linha de pobreza ( $z$ ). Os pesos empíricos  $w_k^z$  de cada produto alimentar são derivados da porção do consumo observado dos agregados familiares nos decis 5º a 6º da distribuição do consumo da ronda do LCMS considerada.

O deflator geral dos preços é calculado como a média ponderada dos deflatores de preços de produtos alimentos e não-alimentos, sendo que este último é ajustado para a unidade:

$$P_L^h = w_F^z \cdot P_{FL}^h + (1 - w_F^z) \quad (4)$$

Em que  $w_F^z$  representa a participação média dos alimentos nos agregados familiares perto da linha de pobreza ( $z$ ). Isso pressupõe efectivamente que os preços dos bens não-alimentícios são constantes no espaço. A componente não alimentar, portanto, tem um efeito "estabilizador" sobre o deflator de preços.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Deaton e Zaidi (2002) preferem o uso de Paasche em relação ao deflator de preços de Laspeyre.

<sup>6</sup> Embora o tipo dos bens alimentares incluídos no deflator de preços dos alimentos não mude ao longo do tempo, o peso de cada bem do deflator difere ligeiramente entre os diferentes LMS quando se comparam LCMs do mesmo país. Dado que a dimensão dos efeitos de substituição no consumo de alimentos difere de uma província (regiões do mesmo país) para outra, dependendo das mudanças dos preços de bens específicos ao nível provincial, os INE preferem introduzir um "efeito estabilizador" no deflator de preços globais, presumindo que os preços dos bens não-alimentares não variam entre as províncias. Além disso, é muito mais difícil encontrar os preços de bens não-alimentares representativos, visto que as diferenças de qualidade não observáveis jogam um papel muito maior nesse caso. Como consequência, muitos serviços nacionais de estatística decidiram não fazer nenhum ajustamento por causa das variações dos preços de bens não-alimentares ao nível das províncias.

# CAPÍTULO 6: LINHA DA POBREZA

---

## 6.1 Considerações gerais

Enquanto o capítulo anterior discute a construção do agregado de consumo, esta secção centra-se no cálculo e actualização da linha de pobreza. Em geral, existem dois conceitos principais para medir a pobreza e para definir as linhas de pobreza: Primeiro, há a noção de *pobreza absoluta*, que procura manter um nível de bem-estar fixo ao longo do tempo e espaço. As linhas de pobreza absolutas tipicamente especificam a quantidade de dinheiro necessária para assegurar um padrão de vida mínimo, tais como os requisitos nutricionais básicos e as necessidades não-alimentares essenciais (vestuário básico, habitação, etc.) Em segundo lugar, o conceito de *pobreza relativa* define a pobreza em relação ao nível médio do bem-estar na sociedade; assim, as linhas de pobreza relativa tipicamente sobem quando se verifica a melhoria geral dos padrões de vida. Enquanto as linhas de pobreza relativa são comuns em muitas regiões industrializadas do mundo (por exemplo, nos países europeus), a maioria dos países em vias de desenvolvimento recorrem ao conceito de pobreza absoluta, pelo menos no curto e médio prazo (Kakwani, 2003).<sup>7</sup> É por esta razão, bem como por causa da tradição já antiga das linhas de pobreza absoluta na Zâmbia, que este relatório se concentra nas linhas de pobreza absoluta ao invés das linhas de pobreza de relativa.<sup>8</sup>

Existem duas abordagens principais para a definição de linhas de pobreza absoluta: o método do custo das necessidades básicas (CBN) e o método da ingestão de alimentos energéticos (FEI) (ver Ravallion 1998, 2008, para uma análise detalhada). Ambas as metodologias são discutidas em detalhe na secção 3.2; a parte final deste capítulo (secção 3.3) comenta sobre como actualizar as linhas da pobreza ao longo do tempo.

## 6.2 Determinação da Linha de Pobreza

### 6.2.1 Método do Custo das Necessidades Básicas (CBN)

Um dos métodos mais antigos de definição de linhas de pobreza absoluta é a abordagem do Custo das Necessidades Básicas, que remonta ao estudo pioneiro de Seebom Rowntree sobre a pobreza em Iorque, nos finais do século 19 (Rowntree, 1901). A ideia principal é definir uma cesta de bens que reflecte as necessidades de consumo mínimo de um representante do agregado familiar e estimar a linha de pobreza como o custo dessa "Cesta de Necessidades Básicas". Esta metodologia é hoje utilizada por muitos países de todo o mundo, incluindo todos os Estados-Membros da SADC. Alguns dos países que se destacam no uso de alguma variante da abordagem de Rowntree para definir a linha de pobreza oficial incluem os Estados Unidos (Citro e Michael, 1995), bem como vários países desenvolvidos (Kakwani, 2003).

---

<sup>7</sup>No longo prazo, os países podem redefinir o seu 'padrão de vida mínimo', movendo-se assim gradualmente para um conceito de pobreza mais relativa. No entanto, no curto a médio prazo, as linhas de pobreza nacionais nos países em vias de desenvolvimento são geralmente fixadas em termos reais (Ravallion, 2009).

<sup>8</sup>Para além disso, este relatório não discute as linhas de pobreza subjectivas (Ravallion, 2008).

A linha de pobreza alimentar é primeiro determinada para se definir a abordagem do Custo das Necessidades Básica e, em seguida, adicionam-se os bens básicos não-alimentares para implementá-lo. Uma vez que é difícil estabelecer normativamente o que constitui necessidades não alimentares "essenciais" (como não há equivalente para a âncora de calorias na definição de necessidades alimentares fisiológicos) e porque poucos inquéritos recolhem informações sobre as quantidades e os preços dos produtos não alimentares consumidos, a componente não alimentar da linha de pobreza geral é tipicamente modelada como uma proporção da linha de pobreza alimentar (Lanjouw e Lanjouw, 2001).<sup>9</sup>

A abordagem do custo das necessidades básicas (CBN) requer, subsequentemente, três passos distintos (Ravallion, 1998; Haughton e Khandker, 2009): Primeiro, é necessário definir um limiar de calorias considerado como mínimo para uma nutrição adequada. Isso normalmente tem como base as recomendações emanadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) ou (se aplicável) pelas comissões nacionais de nutrição. Em segundo lugar, a linha de pobreza alimentar é estimada como o custo da aquisição de uma cesta de alimentos, que proporciona as calorias acima indicadas, e em que os pesos relativos dos diferentes bens alimentares correspondem ao comportamento observado do consumidor. A ideia principal aqui é usar os agregados familiares que estão 'perto da linha de pobreza' como um grupo de referência para a composição da cesta de alimentos, por forma a garantir que tal cesta reflecta as necessidades de subsistência. Na prática, o cálculo da cesta é normalmente baseado num processo iterativo e o 'primeiro palpite' sobre a magnitude provável da incidência da pobreza. O terceiro passo é, adicionalmente, contemplar produtos não alimentares essenciais, tais como abrigo ou roupa. Isso é muitas vezes feito através da escalada da linha de pobreza alimentar de acordo com a proporção da despesa média em bens alimentares dos agregados familiares que estão perto da linha da pobreza. (Ver Figura 6.1); ela é então considerada como a linha da pobreza geral.

### **6.2.2 Consideração das necessidades não alimentares ao abrigo da abordagem do Custo das Necessidades Básicas**

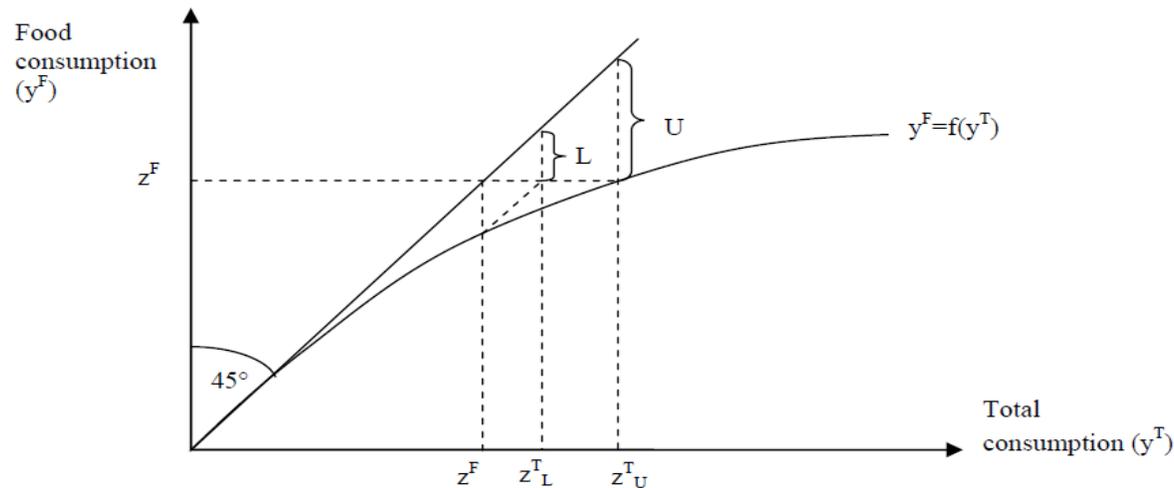
Definir a componente não alimentar da linha de pobreza geral é muitas vezes considerado como a parte mais controversa do método do CBN. Não só existem muitas variantes usadas na prática, mas os métodos utilizados para calcular a componente não alimentar muitas vezes não são bem descritas nos relatórios e estudos relevantes (Ravallion, 1998).

Do ponto de vista teórico, é possível definir um limite superior e um limite inferior para a linha da pobreza geral. Isto é melhor ilustrado através da representação gráfica do consumo de alimentos contra o consumo total:

#### **Figura 6.3: Limite superior e inferior da componente não alimentar ao abrigo da abordagem CBN**

---

<sup>9</sup> Os problemas associados à definição normativa das necessidades básicas não-alimentares e à determinação dos custos de uma cesta de pobreza completa, contendo bens alimentares e não alimentares, são discutidos por Ravallion e Lokshin (2006) no contexto das linhas de pobreza oficiais da Rússia.



No gráfico acima,  $z^T_L$  é o limite inferior,  $z^T_U$  a estimativa do limite superior da linha de pobreza geral. Ambas as linhas de pobreza gerais baseiam-se na mesma linha de pobreza alimentar subjacente ( $z^F$ ) mas diferem no que diz respeito à consideração dos requisitos não alimentares (L vs. U).

Para obter a estimativa do limite inferior ( $z^T_L$ ), a componente não-alimentar baseia-se nos agregados cujo *consumo total* apenas se iguala à linha de pobreza alimentar. Certamente, esses agregados têm de ser muito pobres pois os seus recursos totais são apenas o suficiente para satisfazer as necessidades alimentares básicas. O facto de eles mesmo assim consumirem alguns bens não alimentares, renunciando, desse modo, necessidades alimentares essenciais, é um argumento para considerar este consumo de bens não alimentares como um limite inferior bastante austero da componente não alimentar (L).

De igual modo, a estimativa do limite superior ( $z^T_U$ ) baseia a componente não-alimentar nos agregados cujo *consumo alimentar* apenas se iguala à linha de pobreza alimentar. Esses agregados familiares já estão a consumir alimentos suficientes para satisfazer as necessidades básicas de nutrição. Uma vez que na margem eles deveriam valorizar o consumo não alimentar tanto quanto o consumo de alimentos, o seu consumo de bens não-alimentares pode ser visto como um limite superior mais generoso para o componente não-alimentar (U).

Na prática, quer a estimativa do limite superior quer a do limite inferior pode ser derivada parametricamente ou não parametricamente. Isso é muitas vezes feito examinando os agregados cujo consumo total (limite superior) ou consumo de alimentos (limite inferior) se situa dentro de um pequeno intervalo em torno da linha de pobreza alimentar (Ravallion 1998, Ravallion e Bidani, 1994).

### 6.2.3 Método da Ingestão de Alimentos Energéticos (FEI)

Uma abordagem alternativa para a definição da linha de pobreza alimentar consiste no método da Ingestão de Alimentos Energéticos (FEI). A semelhança da metodologia do Custo das Necessidades Básicas, a abordagem da ingestão de alimentos

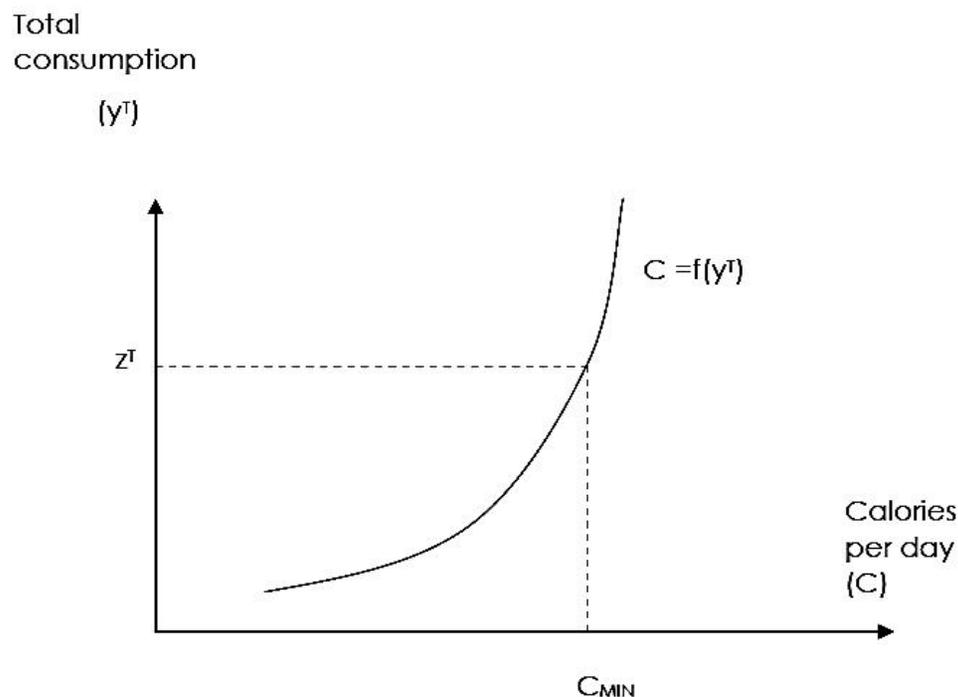
energéticos está ancorada no requisito nutricional básico. Definir a norma de calorias mínimas seria, assim, seguir as mesmas recomendações descritas acima (passo um do método CBN).

No entanto, a principal diferença entre os dois métodos é a forma como a nutrição básica é 'traduzida' em valor monetário para a linha de pobreza. Embora a abordagem de CBN estima o custo de uma cesta de alimentos contendo a norma de calorias pré-determinada, o método FEI investiga a relação empírica entre a ingestão de alimentos energéticos e o consumo total. Isto pode ser conseguido, por exemplo, através de uma regressão não paramétrica do consumo total (em unidades monetárias por dia) sobre a ingestão de calorias (em calorias por dia). A linha da pobreza geral é então estimada como o nível de consumo total no qual as necessidades nutricionais básicas são satisfeitas, em média (ver figura 2 para uma ilustração gráfica).<sup>10</sup> Dado que a FEI explora a relação entre a ingestão de calorias e o consumo total (não apenas o consumo de alimentos), a linha de pobreza resultante inclui automaticamente uma provisão para as necessidades básicas não alimentares.

---

<sup>10</sup> Uma alternativa é a regressão da ingestão de calorias sobre o consumo total e, em seguida, efectuar a inversão. As duas abordagens são conceptualmente muito semelhantes, mas não têm de gerar as mesmas linhas de pobreza (Ravallion, 1998; Ravallion e Lokshin, 2006).

**Figura 6.4: Abordagem da Ingestão de Alimentos Energéticos**



Comparando as duas abordagens, muitas vezes, argumenta-se que o método FEI é o menos intensivo em termos de dados e, computacionalmente, o mais simples do que a abordagem CBN. Acima de tudo, a FEI pode não exigir dados sobre preços, o que é muitas vezes visto como a sua principal vantagem. Isto, no entanto, presume que todo o consumo de alimentos é registado em quantidades por período de referência e que as quantidades podem ser facilmente convertidas para o sistema métrico (e, subsequentemente, em calorias). Ambas as hipóteses podem não se aplicar a muitos conjuntos de dados, como se pode ilustrar facilmente no caso dos Estados-Membros da SADC. Além disso, a informação sobre a quantidade dos bens alimentares resultantes da própria produção e de ofertas é muitas vezes registada em unidades de medição local (por exemplo, amontoados, molhos, latas), que não podem ser facilmente convertidas para o sistema métrico. Perante tal situação, a implementação da abordagem FEI pode até ser mais exigente do que a implementação do método CBN.

Na perspectiva teórica, muitos autores salientam que o método FEI apresenta algumas deficiências graves (Ravallion, 1998; Banco Mundial 2009). O principal problema é que a ingestão de calorias é influenciada por uma série de outros factores para além do consumo, como por exemplo, as diferenças de gosto, preços relativos ou estrutura de emprego. Isso pode levar a inconsistências se a abordagem FEI for usada para derivar linhas de pobreza para os diferentes sub-grupos (por exemplo, linhas de pobreza urbana e rural, ou linhas de pobreza para os diferentes anos de inquérito). Por exemplo, as diferenças de preços

relativos e actividades físicas podem causar uma situação em que os agregados das zonas urbanas gastam menos com comida (e, portanto, consomem menos calorias) do que os agregados das zonas rurais, em qualquer nível de consumo total. As linhas da pobreza geradas pelo método FEI seriam, assim, consideravelmente mais altas nas zonas urbanas do que nas zonas rurais, embora essa diferença possa não resultar das diferenças nos níveis de preços absolutos. Por outras palavras, as diferentes linhas de pobreza poderiam de fato espelhar níveis muito diferentes do consumo real, o que é contra a noção de linhas de pobreza absolutas. Com efeito, Ravallion e Bidani (1994) praticamente não encontram qualquer correlação entre as classificações de pobreza para a Indonésia com base nas linhas de pobreza de FEI e CBN. Em particular, eles constataram que usando as linhas de pobreza baseadas na FEI, a pobreza é mais acentuada nas zonas urbanas do que nas zonas rurais, um resultado que não só é intuitivamente improvável, mas também está em desacordo com os resultados baseados nas linhas de pobreza de CBN (que revelam nitidamente maiores níveis de pobreza rural). Na mesma óptica, Wodon (1997) ilustra uma situação em que as linhas de pobreza de FEI baixaram ao longo do tempo, apesar de um aumento generalizado dos preços.

Deve-se notar que tais inconsistências não ocorrem unicamente com relação a abordagem de FEI mas também podem aplicar-se o método de CBN, por exemplo, se este último permite diferenças nos padrões de consumo entre os sub-grupos, ou ao longo do tempo. Por exemplo, se os agregados familiares urbanos são mais ricos do que os agregados rurais e, portanto, consomem, em média, calorias mais caras, as linhas de pobreza com base na abordagem de CBN seriam contaminadas pelas diferenças no rendimento real (ver Appleton, 2003, para uma discussão sobre o Uganda). No entanto, o problema é menos grave para o CBN do que para a abordagem FEI. Em primeiro lugar, o conceito de uma cesta de alimentos faz com que seja mais transparente (e alterável) a medida em que as diferenças nas linhas de pobreza nominais entre os sub-grupos são causadas por diferenças nos níveis de preços absolutos, o que legitimamente faria com que as linhas de pobreza nominais variassem, e as diferenças nos padrões de consumo, que só deveriam ser permitidas se não forem motivadas pelas diferenças nos rendimentos reais. Em segundo lugar, as linhas de pobreza baseadas na FEI tendem a ter uma elasticidade muito maior em relação ao consumo médio do que as linhas de pobreza do CBN, comportando-se assim mais como linhas de pobreza relativa (Ravallion e Bidani, 1994). Para resumir, tanto o método CBN assim como o método FEI podem deparar-se com problemas de consistência, mas a questão é mais grave na abordagem FEI (Ravallion e Lokshin, 2006).

A discussão anterior também demonstrou que é necessário decidir se se vai calcular apenas uma única linha de pobreza regional ou várias linhas de pobreza nacionais (por exemplo, provinciais ou urbanas/rurais). Isso depende da medida em que os preços e padrões de consumo diferem entre as regiões e das razões subjacentes. Ao lidar com linhas de pobreza do tipo CBN, é importante discriminar entre as variações espaciais dos preços e das quantidades (a composição da cesta de alimentos). É consensual que as diferenças nos níveis de preços absolutos entre as regiões não deve determinar o estado da pobreza. Assim, o agregado do consumo ou a linha de pobreza (mas não ambos!) devem ser corrigidos em função das diferenças de preços espaciais, ou o vector do preço de referência do deflator deve ser usado para calcular o custo da cesta de alimentos. Fica muito menos claro se a composição da cesta de alimentos deve ser diferente entre as regiões. Como descrito anteriormente, as diferenças na estrutura de consumo puramente motivadas por diferenciais de rendimentos não devem ser reflectidas nas linhas de pobreza. Se, por outro lado, grandes diferenças do clima e/ou dos preços relativos entre as regiões resultarem em importantes fortes diferenças nos padrões de despesa, uma única cesta alimentar nacional pode não ser defensável. Não só essa cesta trans-regional teria pouca correspondência com os padrões de consumo reais dos agregados

familiares numa dada região, como também uma cesta fixa excluiria os efeitos de substituição e, assim, introduziria uma tendência de alta nas linhas de pobreza (DNPO, Economic Research Bureau, IFPRI, 2004). Uma vez que é na prática difícil isolar completamente o efeito do rendimento, há uma certa compensação entre a especificidade, no sentido de permitir diferenças genuínas na dieta entre as regiões, e consistência, no sentido de manter um padrão fixo dinâmico (Ravallion e Bidani, 1994; Kakwani de 2003, Ravallion e Lokshin, 2006).<sup>11</sup> A escolha entre cestas básicas fixas ou variáveis é, portanto, baseada no contexto específico.

Enquanto a discussão anterior se concentrou nas vantagens teóricas e implicações das abordagens de Custo das Necessidades Básicas e da Ingestão de Alimentos Energéticos para definir as linhas de pobreza, este parágrafo volta para as metodologias utilizadas pelas agências de estatística da África Subsariana para determinar as linhas de pobreza. A partir do estudo dos relatórios da pobreza torna-se claro que a abordagem de CBN ganhou uma aderência considerável na região. A maioria dos países relativamente aos quais existe informação sobre a definição da linha de pobreza faz a computação das linhas de pobreza de acordo com o CBN; incluem-se aqui todos os países da região, excepto as Maurícias. As normas de calorias subjacentes das linhas de pobreza alimentar variam marcadamente e, por vezes, são expressas numa base *per capita*, ou por adulto (equivalente), o que restringe a comparabilidade entre países. Em termos adultos equivalentes, Angola, Eswatini, Lesoto e outros que usam 2100 calorias por pessoa estão ancorados no valor de calorias mais baixo. As linhas de pobreza da Tanzânia estão ancorados no valor calórico (2 200 calorias por dia), Madagáscar está ancorado em 2400 calorias por dia, enquanto a Zâmbia está ancorada em 2800 calorias por dia).

---

<sup>11</sup> Ravallion e Lokshin (2006) distinguiram entre a utilidade e a consistência da capacidade. Para facilitar a apresentação, esta distinção é ignorada aqui.

**Quadro 6.1: Computação da Linha de Pobreza, Visão Geral por País**

| País  | Conceito de Pobreza Absoluta ou Relativa | Abordagem para a fixação da Linha de Pobreza                                | Norma calórica diária (se aplicável)        | Linhas de pobreza nacionais ou regionais? |
|---|--|---|---|---|
| <b>Angola (IDR 2018-2019)</b>   | Absoluto                                 | CBN   | 2100 calorias por pessoa                    | A nível nacional                          |
| <b>Botswana (BMTHS 2015/16)</b>   | Absoluto                                 | CBN   | n.a.  | A nível nacional                          |
| <b>Comores ((Enquête 123 , 2014)</b>  | Relativa                                 | CBN   | 2100 calorias por pessoa                    | A nível nacional                          |
| <b>Eswatini (Swazilândia) (IES 2009/10)</b>   | Absoluto                                 | CBN   | 2100 calorias por pessoa                    | A nível nacional                          |
| <b>Lesoto (HBS 2017/2018)</b>   | Absoluto                                 | CBN   | 2700 calorias por pessoa adulta equivalente | A nível nacional                          |
| <b>Madagáscar (ENSOMD 2012 -2013)</b>   | Absoluto                                 | CBN   | 2133 Calorias por pessoa                    | A nível nacional                          |
| <b>Malawi (IHS4 2016/17)</b>  | Absoluto                                 | CBN   | 2400 calorias por pessoa                    | A nível nacional                          |
| <b>Maurícias (HBS 2017)</b>   | Relativa                                 | 50% do rendimento mensal médio do agregado familiar por equivalente adulto. | n.a   | A nível nacional                          |
| <b>Moçambique (IOF 2014/2015)</b>   | Absoluto                                 | CBN   | 2,150 calorias por pessoa (aproximadamente) | A nível Regional                          |
| <b>Namíbia (NHIES 2015/16)</b>  | Absoluto                                 | CBN   | 2100 calorias por pessoa                    | A nível nacional                          |
| <b>Seychelles (HBS 2013)</b>  | Relativa                                 | CBN   | 2100 calorias por pessoa                    | A nível nacional                          |
| <b>África do Sul (LCS 2014/2015)</b>  | Absoluto                                 | CBN   | 2100 calorias por adulto                    | A nível nacional                          |
| <b>Tanzânia (HBS 2017/18)</b>   | Absoluto                                 | CBN   | 2,200 calorias por adulto                   | A nível nacional                          |
| <b>Zâmbia (LCMS 2015)</b>   | Absoluto                                 | CBN   | 2800 calorias por pessoa                    | A nível nacional                          |
| <b>Zimbabwe (PICES 2011/12)</b>   | Absoluto                                 | CBN   | 2100 calorias por pessoa                    | A nível nacional                          |
| <b>Fonte:</b> Relatórios oficiais de pobreza e documentos correspondentes (Vide referência A) |  |   |   |   |

Existem também desvios consideráveis no que diz respeito à componente não alimentar da linha de pobreza geral. Moçambique usa estimativas de limite inferior seguindo a abordagem de Ravallion. O Malawi calcula a linha de pobreza geral de acordo com a abordagem de limite superior, enquanto a Namíbia usa tanto o limite inferior assim como o limite superior para a componente não alimentar.<sup>12</sup> A Tanzânia calcula a linha de pobreza geral em função do consumo não alimentar dos 25% dos agregados familiares mais pobres da população; Usando, nesse sentido, uma abordagem de certa forma ad-hoc. A África do Sul calcula três linhas que são a linha de pobreza alimentar, a linha de limite inferior e a linha limite superior para ambos as componentes, a alimentar e a não alimentar.

---

<sup>12</sup> Enquanto a maioria dos países usa a linha de pobreza alimentar para medir a pobreza severa e a linha de pobreza geral para medir a pobreza total, a Namíbia e a África do Sul usam a estimativa de limite inferior da linha de pobreza geral para medir a estimativa severa e a estimativa do limite superior para a medição da pobreza absoluta.

**Quadro 6.2: Detalhes sobre o cálculo das Linhas de Pobreza CBN, Visão Geral por País**

| <b>País e Inquéritos</b>   | <b>Cálculo da Cesta Básica de Alimentos / Referência para Padrões de Consumo</b> | <b>Cálculo da componente não alimentar</b>                      | <b>Rácio entre a alimentação e a linha de pobreza global</b> |
|--|--|---|--|
| <b>Angola</b><br>(IDR 2018-2019)   | Decil 5 - 6 da distribuição do consumo   | Limite superior (Ravallion, 1998)                               | 0,62   |
| <b>Botswana</b><br>(BMTHS 2015/16)   | Cesta alimentar pré-determinada  | Pré-determinado   | 0,70   |
| <b>Comores</b>   | Decil 5 - 6 da distribuição do consumo   | Limite superior (Ravallion, 1998)                               |  |
| <b>Eswatini (Swazilândia)</b><br>(IES 2009/10)   | Decil 5 - 6 da distribuição do consumo   | Limite superior (Ravallion, 1998)                               | 0,62   |
| <b>Lesoto</b><br>(HBS 2017/2018)   | Decil 2 - 5 da distribuição do consumo   | Limites superior e inferior (Ravallion, 1998)                   | 0.62 (LB) 0.57 (UB)  |
| <b>Madagáscar</b><br>(ENSOMD 2012 -2013)   | Decil 5 - 6 da distribuição do consumo   | Limite superior (Ravallion, 1998)                               | 0,60   |
| <b>Malawi</b><br>(IHS4 2016/17)  | Decil 5 - 6 da distribuição do consumo   | Limite superior (Ravallion, 1998)                               | 0,62   |
| <b>Maurícias</b><br>(HBS 2017/18)  | n.a  | n.a   | n.a  |
| <b>Moçambique</b><br>(IOF 2014/2015)   | 48% mais pobres da população   | Limite inferior (Ravallion, 1998)                               | 0,626 – 0,812  |
| <b>Namíbia</b><br>(NHIES 2015/16)  | Decil 2 - 5 da distribuição do consumo   | Limites superior e inferior (Ravallion, 1998)                   | 0.689 (lb)/<br>0.484 (ub) *                                  |
| <b>Seychelles</b><br>(HBS 2013)  | Decil 3 - 4 da distribuição do consumo   | Sem informação  | 0,62   |
| <b>África do Sul</b><br>(LCS 2014/15)  | Decil 2 - 4 da distribuição do consumo   | Pobreza alimentar, limite superior e inferior (Ravallion, 1998) | 0.68 (lb)/0.44 (ub) *  |
| <b>Tanzânia</b><br>(HBS 2017/18)   | Decil 2 - 5 da população da distribuição do consumo                              | Método de limite inferior Ravallion, 1998                       | 0. 0,599   |
| <b>Zâmbia</b><br>(LCMS 2015)   | Decil 5 - 6 da distribuição do consumo   | Limites superior e inferior (Ravallion, 1998)                   | 0,60   |
| <b>Zimbabwe</b><br>(PICES 2011/12)   | Decil 5 - 6 da distribuição do consumo   | Limites superior e inferior (Ravallion, 1998)                   | 0,60   |
| <b>Fonte:</b> Relatórios oficiais sobre a pobreza e documentos correspondentes ( <b>ver Referência A</b> ) |  |   |  |

Por último, deve-se notar que a maioria dos países utiliza apenas uma linha de pobreza nacional (por exemplo, Angola, Malawi, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue), mas existem algumas exceções: alguns países, como Moçambique, que calcula 13 linhas de pobreza regionais e a composição da cesta de alimentos e a comparticipação não alimentar variam de uma região para outra. A Tanzânia também relata linhas de pobreza separadas para três regiões (Dar-es-Salam, outras zonas urbanas, zonas rurais), mas estas parecem ser calculadas ajustando uma linha de pobreza nacional em função das diferenças de preços espaciais; assim, as linhas de pobreza da Tanzânia não podem ser consideradas como linhas de pobreza regionais.<sup>13</sup>

Em consonância com a predominância das linhas de pobreza de CBN na África Subsaariana, as linhas de pobreza revistos dos Estados-Membros da SADC são calculadas de acordo com o conceito do Custo das Necessidades Básicas.

### **6.3 Actualização da Linha de Pobreza ao Longo do Tempo**

Como indicado anteriormente, a característica fundamental das linhas de pobreza absoluta é que elas deveriam implicar um padrão de vida constante. Assim, é fundamental garantir que as linhas de pobreza representam um valor real fixo ao longo do tempo. Isso é quase análogo ao cálculo das linhas de pobreza regionais, onde a principal preocupação era manter o padrão de vida constante ao longo do tempo. Para as linhas de pobreza baseadas no CBN é mais uma vez útil distinguir entre as diferenças de preço e da quantidade. Inequivocamente, nos casos de inflação positiva, o valor nominal da linha de pobreza tem de aumentar ao longo do tempo, para reflectir um padrão de vida constante.

Há duas alternativas principais que explicam essas mudanças de preços. Em primeiro lugar, é possível reavaliar uma cesta de produtos constante com preços de referência novos e específicos para cada produto. Em segundo lugar, pode-se aplicar um índice de preços compostos, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ou IPC para Produtos Alimentares. Teoricamente, a primeira abordagem é preferível em relação a esta última, porque a aplicação de um índice de preços compostos implica necessariamente uma aproximação e, por conseguinte, tem menos precisão do que quando se recalcula o custo da cesta. Em termos práticos, a aplicação de um índice de preços compostos é computacionalmente muito mais fácil, considerando que não requer uma base de dados de preços específicos do produto, mas apenas as tabulações do IPC prontamente disponíveis na maioria das agências de estatística. O grau de tendência introduzido através do uso do índice de preço composto depende de dois factores-chave, a cesta de referência do índice de preço e a duração do período para o qual é necessária a actualização. Idealmente, o índice composto deve corresponder tanto quanto possível à cesta subjacente da linha de pobreza alimentar, espelhando, assim, de forma adequada a variação de preços dos produtos para a satisfação das necessidades alimentares básicas ao longo do tempo (isto é, o IPC dos produtos alimentares teria preferência em relação ao IPC geral). Da mesma forma, o período de duração é um elemento crítico, uma vez que desvios tendem a acumular-se ao longo do tempo. Na prática, tem-se constatado muitas vezes que a elaboração do IPCI não espelha adequadamente as mudanças nos preços dos bens para as necessidades básicas e que as actualizações com base no IPC podem introduzir sérias situações tendenciosas (Günther e

---

<sup>13</sup> A maioria dos países corrige o agregado de consumo ao invés das linhas de pobreza para levar em consideração as diferenças de preços espaciais; mas essas abordagens são conceptualmente similares.

Grimm, 2007).

Para além da actualização dos preços, é possível actualizar a composição da cesta de alimentos (em termos de quantidades) ao longo do tempo. Superficialmente, a âncora nutricional da metodologia CBN parece garantir alguma forma de consistência, enquanto a norma de calorias subjacente é mantida constante. No entanto, este não pode não ter validade tendo em conta os argumentos apresentados anteriormente, que sugerem uma relação entre o rendimento médio e o preço médio por caloria. A medida que os agregados se tornam mais ricos, eles são mais propensos a consumir calorias caras, por exemplo, carne ou produtos lácteos, em vez de alimentos básicos ricos em amido. Isso aumentaria o valor das linhas de pobreza CBN ao longo do tempo, para níveis acima da variação dos preços. Por outro lado, manter a cesta fixa causa problemas se o comportamento de consumo observado dos pobres mudar de forma significativa durante o período de interesse, por outras razões que não sejam mudanças no rendimento (por exemplo, mudanças dos preços relativos, choques de preferência). Uma abordagem pragmática seria manter a cesta alimentar constante no curto prazo, mas monitorizar a composição da cesta e permitir actualizações discricionários. Essas actualizações devem, então, ser acompanhadas por análises de sensibilidade que medem o efeito das mudanças na cesta de alimentos nas estimativas de pobreza (possivelmente reportando sobre conjuntos de estimativas da pobreza ao longo de um período de transição).<sup>14</sup>

Todas as linhas de pobreza alimentar podem ser interpretadas como o custo de aquisição de um cabaz idêntico de bens alimentares aos preços médios nacionais vigentes. A proporção de alimentos em relação a linha da pobreza geral também é mantida constante ao longo do tempo.

O estudo dos relatórios oficiais da pobreza revelou que todos os Estados-Membros adoptavam novas linhas de pobreza sempre que realizavam um novo inquérito. Isto significava que os novos dados sobre a pobreza resultantes de cada estudo reflectiam as novas linhas de pobreza e, conseqüentemente, definiam-se novos valores com base no cálculo de novas linhas de pobreza ou na actualização das existentes. Todos os Estados-Membros da SADC usam a abordagem de Custo das Necessidades Básicas e apresentam uma nova cesta de alimentos sempre que se realiza um novo inquérito, portanto, não tinham um ano base para a cesta. Porque a linha de pobreza alimentar é nova, não há necessidade de actualizá-la e não é necessária uma metodologia para o reajuste de preços.

---

<sup>14</sup> Infelizmente, existe muito pouca orientação, teoricamente, sobre se e como a componente não alimentar da linha de pobreza geral deve ser actualizada ao longo do tempo. Isso está relacionado com o facto de que as abordagens utilizadas para calcular a componente não alimentar da linha de pobreza são muitas vezes de certo modo *ad-hoc*, para começar, e não permitem que se distinga entre os efeitos do rendimento e a variação dos preços da componente não-alimentar.

**Quadro 6.3: Actualização da linha de pobreza (apenas linhas de pobreza CBN), visão Geral por País**

| País e Inquéritos                              | Cálculo de novo ou actualização do limiar de pobreza existente? | Se actualizar a linha de pobreza existente: |  |
|--|---|---|--|
|  |   | Ano de base para a cesta                    | Metodologia utilizada para ajustamento de preços |
| <b>Angola</b><br>(IDR 2018-2019)               | Nova  | n.a   | n.a  |
| <b>Botswana</b>                                | Actualização  | 1989  | n.a  |
| <b>Comores</b>                                 | Actualização:   | 2014  | n.a  |
| <b>Eswatini (Swazilândia)</b><br>(IES 2009/10) | Nova  | n.a   | n.a  |
| <b>Lesoto</b><br>(HBS 2017/2018)               | Nova  | n.a   | n.a  |
| <b>Madagáscar</b><br>ENSOMD 2012-2013          | Actualizado:  | 2012/13                                     | n.a  |
| <b>Malawi</b><br>HIS 4 (2016/17)               | Actualizado:  | 2005  | n.a  |
| <b>Maurícias</b><br>(HBS 2017)                 | n.a   | n.a   | n.a  |
| <b>Moçambique</b><br>(IOF 2014/2015)           | Nova  | n.a   | n.a  |
| <b>Namíbia</b><br>(NHIES 2015/16)              | Nova  | n.a   | n.a  |
| <b>Seychelles</b><br>(HBS 2013)                | Nova  | n.a   | n.a  |
| <b>África do Sul</b><br>(LCS 2014/15)          | Actualizado:  | 2010/2011                                   | n.a  |
| <b>Tanzânia</b><br>(HBS 2017/18)               | Nova  | n.a   | n.a  |
| <b>Zâmbia</b><br>(LCMS 2015)                   | Actualizado:  | 1991  | n.a  |
| <b>Zimbabwe</b><br>(PICES 2011/12)             | Actualizado:  | 2011/2012                                   | n.a  |

**Fonte:** Relatórios oficiais sobre a pobreza e documentos correspondentes (Ver Referência A)

## CAPÍTULO 7: MEDIÇÃO DA POBREZA

---

O estudo dos relatórios oficiais da pobreza de muitos Estados-Membros apurou que a sua definição de pobreza é relativamente a mesma. Todos os Estados-Membros da SADC definem a pobreza com base no consumo de alimentos suficientes que permitam que um indivíduo tenha os nutrientes necessários de modo a obter a absorção calórica necessária para se manter vivo.

A análise do agregado de consumo e das linhas de pobreza gerou informação suficiente para determinar o estado de pobreza dos agregados e dos indivíduos. Portanto, o consumo mensal por adulto equivalente é comparado com as linhas de pobreza alimentar e de pobreza geral (em moeda local por mês). A maioria dos Estados-Membros usa as seguintes definições:

- Pobreza (total): um agregado é classificada como pobre, se o consumo total por adulto equivalente se situar abaixo da linha de pobreza geral.
- Pobreza extrema: um agregado é classificado como extremamente pobre se o consumo total por adulto equivalente se situar abaixo da linha de pobreza alimentar.
- Pobreza alimentar: um agregado é classificado como pobre em termos alimentares se o consumo de alimentos por adulto equivalente se situar abaixo da linha de pobreza alimentar.

No entanto, estimar a pobreza ao nível da população como um todo ou em certos sub-grupos exige medições da pobreza que traduzem o bem-estar ao nível do agregado e ao nível do indivíduo num número agregado (Coudouel, Hentschel e Wodon, 2002). A seguinte lista enumera as medições mais comuns da pobreza; todos os três índices são tabulados nos relatórios de Estados-Membros da SADC.

- Incidência da pobreza: Esta é a proporção da população com consumo abaixo da linha de pobreza.
- Intervalo/profundidade da pobreza: Esta medida indica o intervalo médio de pobreza na população (o défice do consumo agregado dos pobres dividido pela população) expresso como uma fracção da linha de pobreza. A medição do intervalo da pobreza apresenta informações sobre quão longe da linha de pobreza os agregados pobres se encontram. Esta também pode ser usada para calcular o total dos recursos necessários para elevar todos os pobres para o nível da linha de pobreza.
- Gravidade da pobreza: Esta medição leva em conta a desigualdade entre os pobres através da estimativa dos intervalos de pobreza a nível individual antes da agregação de toda a população.

As medições da pobreza acima referidas pertencem todas à classe FGT de medição da pobreza e podem ser resumidas pela seguinte fórmula (ver Foster, Greer, Thorbecke, 1984):

$$P_{\alpha} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q \left( \frac{Z - Y_i}{Z} \right)^{\alpha}$$

onde N é o tamanho da população, q o número de pessoas pobres, Z a linha de pobreza, e  $Y_i$  consumo por adulto equivalente. Para  $\alpha = 0$  a medição FGT torna-se a incidência da pobreza, para  $\alpha = 1$  o intervalo da pobreza, e para  $\alpha = 2$ , o índice de gravidade da pobreza.

Estudos dos relatórios oficiais da pobreza dos Estados-Membros revelam que todos os Estados-Membros calculavam as medições da pobreza com base em três medições da pobreza geralmente usadas, a da proporção da população abaixo da linha de pobreza, a proporção do Intervalo da Pobreza e medição da gravidade da pobreza. Todos os Estados-Membros usam as cestas alimentares e não alimentares do Custo das Necessidades Básicas para medir a pobreza. A cesta do Custo das Necessidades Básicas é o método mais comumente usado para o cálculo da pobreza métrica monetária pelos Estados-Membros da SADC.

## CAPÍTULO 8: DESIGUALDADE

---

A desigualdade ou desigualdade económica refere-se às diferenças entre ricos e pobres, os que têm e os que não têm. A desigualdade é demonstrada pela distribuição económica através das diferenças de riqueza, salários e renda entre as pessoas. A desigualdade é grande numa sociedade onde poucas pessoas possuem uma quantidade desproporcional do bolo económico. A desigualdade denota os diferentes níveis de padrões de vida da sociedade. A desigualdade é um conceito mais amplo do que a pobreza. Ela é definida em torno de toda a população, e não se concentra apenas nos pobres. A desigualdade é, alternativamente, medido pela renda e/ou despesas. A desigualdade da renda apresenta-nos um breve retrato das diferenças de renda no seio da população. A desigualdade na despesa explica-nos mais sobre as diferenças no longo-prazo ou permanentes, nos padrões de vida entre as pessoas.

### 8.1 Medição da Desigualdade na Região

As medições da desigualdade são usadas para ilustrar as diferenças entre grupos e dentro de grupos. Existem várias medições da desigualdade que têm sido utilizadas por muitos países ao longo das últimas quatro décadas. No entanto, a medição mais aceite da desigualdade é o Coeficiente de Gini. Este estudo analisou o Coeficiente de Gini coeficiente que os INE usam. As melhores práticas recomendam o uso de dados do rendimento para efectuar a medição da desigualdade. Este estudo analisou os diversos estudos dos INE e adoptou o método da melhor prática de medição que usa o rendimento enquanto ao mesmo tempo valida outros métodos, especialmente o que usa os dados das despesas.

O estudo também explorou a forma como as medições da desigualdade foram tratadas por diferentes INE e como estes definem os conceitos. O objectivo era assegurar que a definição fosse calibrado ao nível de toda a região. As definições mais aceites para alguns conceitos de rendimento são os seguintes:

#### 8.1.1 Rendimento Médio Mensal per Capita

Isto denota o rendimento médio mensal de um membro do agregado familiar, calculado como o quociente do rendimento mensal total do agregado e o número total de pessoas no agregado familiar.

#### 8.1.2 Rendimento Médio Mensal dos Agregados Familiares

Esta é o rendimento médio mensal de um agregado e é calculado como o quociente do rendimento mensal total de todos os agregados familiares e o número total de agregados familiares do país. Relacionado com a média, o rendimento mensal é o rendimento modal que representa o rendimento recebido pela maioria dos agregados familiares.

O estudo dos relatórios oficiais da pobreza dos Estados-Membros da SADC revelou que todos os Estados-Membros da SADC calculam os níveis de desigualdade nos respectivos países utilizando o Coeficiente de Gini. Através do Coeficiente de Gini calculado, eles são capazes de descrever os resultados usando a curva de Lorenz e também os decis. Todos os Estados-Membros da SADC usam dados do rendimento para calcular a desigualdade, excepto a Tanzânia e a Zâmbia, que medem a desigualdade usando tanto dados dos rendimentos e também das despesas.

Nos questionários do estudo que foram circulados a todos os Estados-Membros, a maioria indicou que as suas medições da desigualdade usam o rendimento, o que o torna comparável em toda a região.

Depois de todos os rendimentos dos cidadãos dos Estados-Membros serem convertidos para uma moeda universal, ficaria mais fácil encontrar um indicador da desigualdade para todos os países membros.

**Quadro 8.1: Cálculos de Desigualdade, Visão Geral por País**

| País e Inquérito                       | Será que o país calcula as medidas de desigualdade? | Coeficiente de Gini | Curva de Lorenz | Decil de rendimentos | Dados utilizados para o cálculo da desigualdade |  |
|--|---|---------------------|-----------------|----------------------|---|--|
|  |   |                     |                 |                      | Receita   | Despesas   |
| <b>Angola</b> (IDR 2018-2019)          | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | Sem informação   |
| <b>Botswana</b> (BMTHS 2015/16)        | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | ✓  |
| <b>Comores</b>                         | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    |   | ✓  |
| <b>Eswatini</b> (IES 2009/10)          | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | Sem informação   |
| <b>Lesoto</b> (HBS 2017/2018)          | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | ✓  |
| <b>Madagáscar</b> (ENSOMD 2012 - 2013) | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | Sem informação   |
| <b>Malawi</b> (IHS4 2016/17)           | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | Sem informação   |
| <b>Maurícias</b> (HBS 2017)            | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | O coeficiente de Gini baseado na despesa pode ser calculado. |
| <b>Moçambique</b> (IOF 2014/2015)      | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | Sem informação                                  | ✓  |
| <b>Namíbia</b> (NHIES 2015/16)         | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | Sem informação   |
| <b>Seychelles</b> (HBS 2013)           | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | Sem informação   |
| <b>África do Sul</b> (LCS 2014/15)     | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | ✓  |
| <b>Tanzânia</b> (HBS 2017/18)          | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | n.a   | ✓  |
| <b>Zâmbia</b> (LCMS 2015)              | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | ✓  |
| <b>Zimbabwe</b> (PICES 2011/12)        | Sim   | ✓                   | ✓               | ✓                    | ✓   | Sem informação   |

**Fonte:** Relatórios oficiais sobre a pobreza e documentos correspondentes (Ver Referência A)

### 8.3 Decis do Rendimento Per Capita

Esta é a representação tabular da distribuição do rendimento da população. Os decis do rendimento per capita dividem a distribuição do rendimento dispostos em ordem crescente ou decrescente em 10 partes iguais ou decis. Para cada decil, a percentagem do rendimento total é calculado, bem como a percentagem do total da população que recebe o rendimento total nos decis. A diferença entre as duas percentagens varia directamente com a desigualdade na distribuição do rendimento.

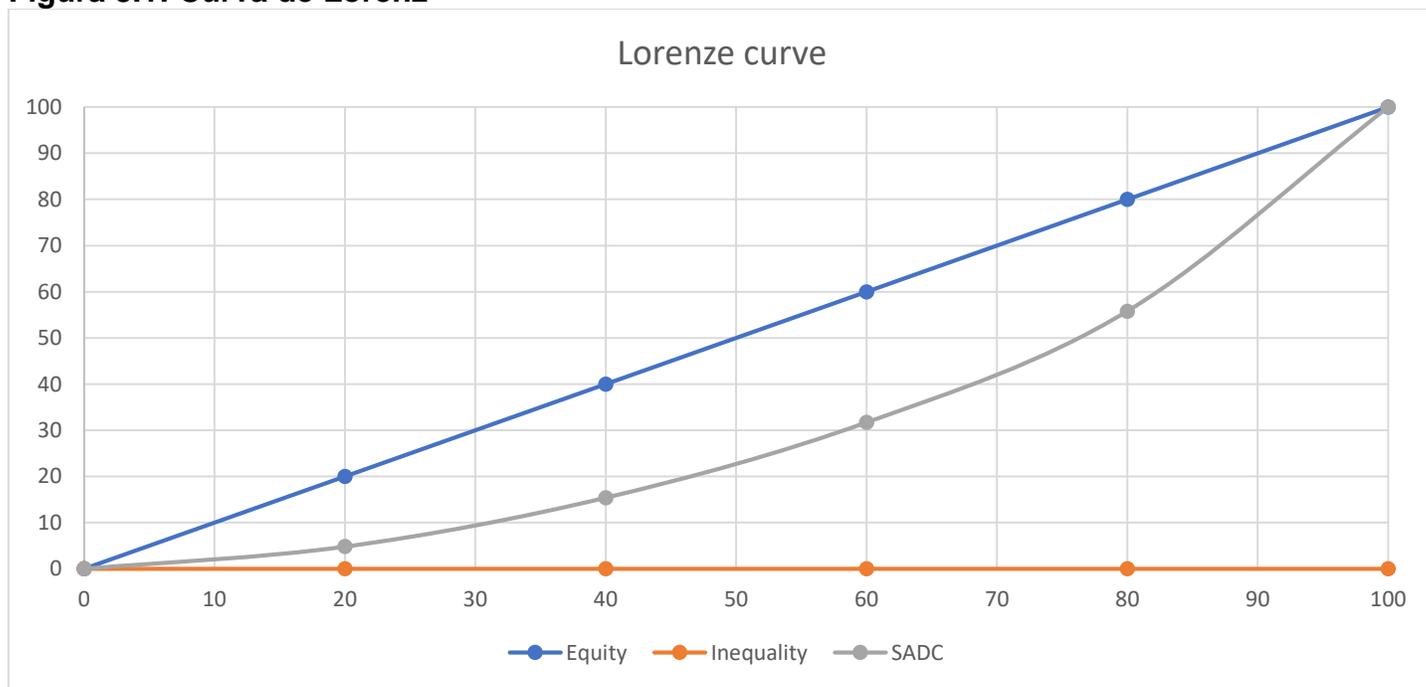
### 8.4 Curva de Lorenz

Uma curva de Lorenz é uma representação gráfica da distribuição do rendimento de uma população. Ela mostra as diferentes proporções do rendimento total que vai para as diferentes proporções da população. A curva retrata a desigualdade de rendimento na medida em que se afasta da linha de distribuição do rendimento equivalente. A linha de distribuição do rendimento equivalente é uma linha recta que une as extremidades da curva de Lorenz e representa a igualdade total na distribuição do rendimento. Cada ponto na linha de distribuição do rendimento equivalente é tal ordem que uma dada percentagem da população recebe uma parte igual do rendimento total. Isto implica que 10% da população recebe 10% do rendimento total, 90% da população recebe 90% do rendimento total, e assim por diante.

### 8.5 Coeficiente de Gini

Este coeficiente mede a distribuição do rendimento do agregado familiar usando o índice da desigualdade. O coeficiente apresenta um grau numérico do qual a curva de Lorenz se afasta da linha de distribuição do rendimento equivalente.

Figura 8.1: Curva de Lorenz



Na Figura acima, a linha recta é a linha de distribuição do rendimento equivalente, enquanto a curva representa a curva de Lorenz. O coeficiente de Gini é o rácio da área na curva que vamos chamar de

A em relação a soma das áreas A e B (a área um pouco abaixo da curva); portanto, o coeficiente de Gini é obtido assim:

$$G = A / (A+B)$$

O coeficiente de Gini sempre varia de 0 a 1. O coeficiente de 0 representa a igualdade total na distribuição do rendimento, enquanto que um coeficiente de 1 representa uma desigualdade total. Um coeficiente como o de 0,66 pode ser considerado como representando uma alta incidência de desigualdade na distribuição do rendimento, enquanto que um coeficiente como o de 0,15 representa uma distribuição mais equitativa do rendimento.

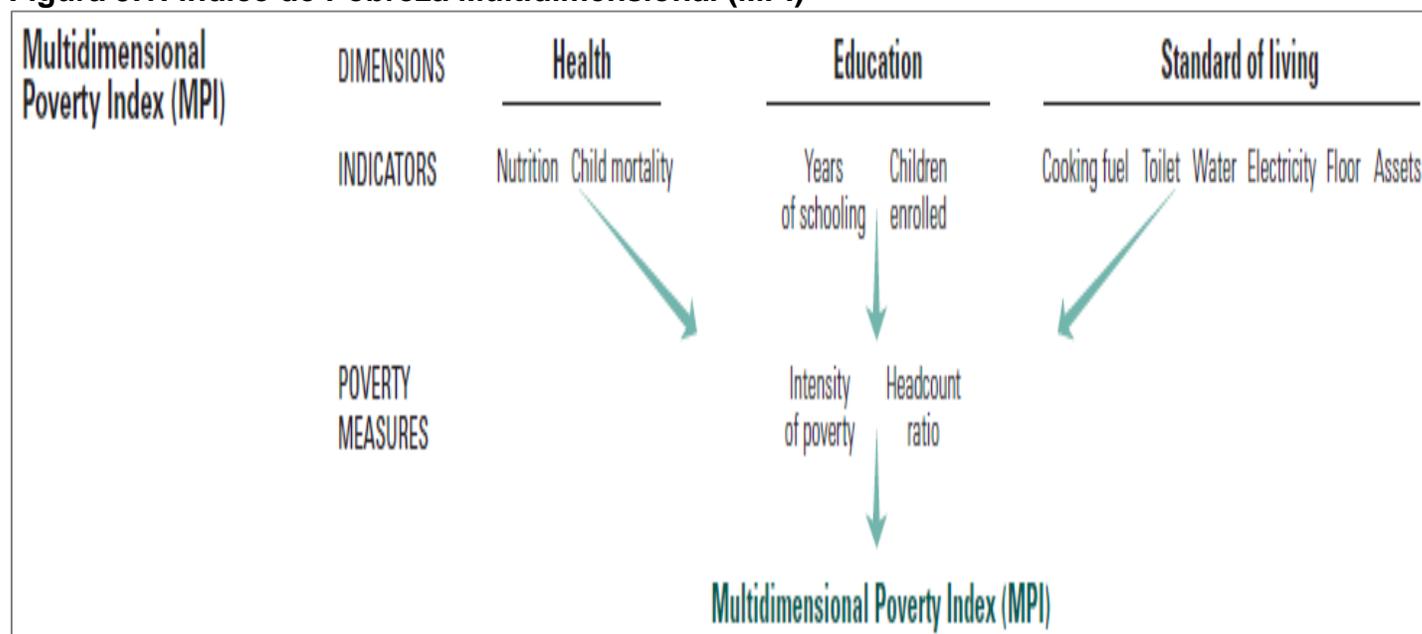
# CAPÍTULO 9: ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

## 9.1 Considerações gerais

O estudo também procurou determinar se algum dos INE calculava o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI). Na situação em que o INE calcula o MPI, o estudo tentava perceber o tipo de metodologia que esse INE usa para calcular o MPI. Em situações em que o INE utiliza a sua própria metodologia, o estudo teve que determinar a variável usada e por que ela foi escolhida.

O Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) é um índice que identifica múltiplas privações no agregado familiar e a nível do indivíduo em termos de saúde, educação e padrão de vida. O Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) complementa as medições monetárias da pobreza, ao considerar as privações sobrepostas sofridas pelos agregados familiares e pelos indivíduos ao mesmo tempo. A Organização das Nações Unidas (ONU) calcula o índice MPI através da identificação de privações em três dimensões que são a saúde, educação e padrão de vida, que as pessoas pobres e os agregados familiares pobres têm enfrentar. A figura abaixo ilustra as variáveis usadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para efectuar o cálculo do índice.

**Figura 9.1: Índice de Pobreza Multidimensional (MPI)**



Em Março de 2013, um seminário regional da SADC foi organizado para efeitos de sensibilização sobre o MPI. Um dos resultados desse seminário foi a identificação da necessidade de uma definição harmonizada da pobreza para a região da SADC. Foi a partir desse seminário regional que se considerou que a abordagem MPI deveria ser parte desta tarefa.

Este estudo revelou que apenas a África do Sul, as Seychelles e as Maurícias calculavam o seu próprio Índice de Pobreza Multidimensional usando seus próprios parâmetros para identificar as suas próprias dimensões e indicadores. As Maurícias designam o seu MPI como **Índice de Privação Multidimensional**. Os três países", a África do Sul, as Seychelles e as Maurícias, contam com um MPI

comportando todas as dimensões utilizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para calcular o MPI, mas incluíram suas próprias dimensões com seu indicador. Os dois países adicionaram a taxa de desemprego como mais uma dimensão e isso mede o emprego de pessoas com 15 anos de idades ou mais, e outros indicadores como o emprego informal ou formal. Os indicadores inseridos no âmbito da actividade económica podem diferir de país para país. Da mesma forma, os indicadores enquadrados em cada uma das outras categorias também podem não ser os mesmos. O outro aspecto que pode diferir são os pesos utilizados para cada indicador de país para país. Embora a maioria dos Estados-Membros da SADC tenham indicado que eles calculam o MPI, não há nenhum outro país, para além da África do Sul e as Seychelles, que tenha publicado o seu próprio relatório, e a maioria dos países usa a metodologia global da ONU para experimentar diferentes conjuntos de dados. A maioria dos Estados-Membros da SADC quando inquiridos nos questionários do estudo responderam que calculam algum MPI, mas isso não é corroborado pelos relatórios oficiais.

**Quadro 9.1: Cálculos do Índice de Pobreza Multidimensional, Visão Geral por País**

| País e Inquérito                            | Será que o NSO calcula o Índice de Pobreza Multidimensional? | Saúde    |                      | Educação             |                      | Energia de cozinha       | Padrão de vida |      |               |           |         | Outras variáveis |                      |
|---|--|----------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|----------------|------|---------------|-----------|---------|------------------|----------------------|
|   |  | Nutrição | Mortalidade infantil | Anos de escolaridade | Frequência das aulas | Combustível para cozinha | Saneamento     | Água | Electricidade | Pavimento | Activos |                  |                      |
| <b>Angola (IIMS 2015-2016)</b>              | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>Botswana (Bmths 2015/16)</b>             |  | X        | X                    | x                    | x                    | x                        | x              | x    | x             | x         | x       | x                | x                    |
| <b>Comores</b>                              | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>República Democrática do Congo</b>       | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>Eswatini (Swazilândia) (Ies 2009/10)</b> | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>Lesoto (2017) 2018</b>                   | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>Madagascar (Ensomd 2012 - 2013)</b>      | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>Malawi (Ihs4 2016/17)</b>                | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>Maurícias (Hbs 2017)</b>                 | A nível nacional   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | Actividade Económica |
| <b>Moçambique (IOF 2014/2015)</b>           | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>Namíbia (Nhies 2015/16)</b>              | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>Seychelles (Hbs 2013)</b>                | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |
| <b>África do Sul (Lcs 2014/2015)</b>        | A nível nacional   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | -         | ✓       | ✓                | Actividade Económica |
| <b>Tanzânia</b>                             | Global   | ✓        | ✓                    | ✓                    | ✓                    | ✓                        | ✓              | ✓    | ✓             | ✓         | ✓       | ✓                | x                    |

|  |        |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|--|--------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| (HBS<br>2017/18)   |        |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| <b>Zâmbia</b><br>(Lcms<br>2015)  | Global | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | x |
| <b>Zimbabw<br/>e</b><br>(Pices<br>2011/12)   | Global | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | x |
| <b>Fonte:</b> Relatório de Desenvolvimento Humano, Relatórios Oficiais de Pobreza e Documentos Correspondentes. <b>(Vide a Referência A)</b> |        |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |

# CAPÍTULO 10: LIMITAÇÕES E RISCOS

---

## 10.1 Limitações

**Constrangimentos de Tempo:** o volume de trabalho foi enorme para o consultor. Ele teve que analisar relatórios de pobreza de todos os Estados-Membros da SADC. Alguns relatórios não tinham a informação devidamente estruturada para que se pudesse extrair a informação pretendida atempadamente. Todavia, foi necessário dedicar tempo suficiente para obter a maior parte da informação valiosa que foi recolhida.

**Mitigação:** O Consultor teve de dedicar muitas horas de trabalho para fazer face a limitação de tempo.

**Âmbito do Trabalho:** O Âmbito do Trabalho continha muitas etapas que foram alcançadas. Essas etapas possuíam diversos relatórios, resultados a alcançar e produtos finais que deveriam ser gerados nos prazos acordados.

**Mitigação:** O Consultor tudo fez para cumprir com todos os prazos, assegurando que todos os relatórios, resultados e produtos finais pretendidos fossem conseguidos a tempo. Onde isso não foi feito novos prazos foram acordados e o consultor tudo fez cumpri-los.

## 10.2 Riscos

Os dados necessários para o estudo nem sempre estavam prontamente disponíveis. Isso exigiu o controlo adequado do trabalho. A maior dos dados disponíveis já se encontrava no formato resumido e alguma informação essencial do estudo tinha-se perdido no processo de resumir o relatório.

**Mitigação:** Os meios propostos de recolha de dados visavam mitigar a disponibilidade limitada de dados.

O consultor também teve que entrar em contacto com alguns Estados-Membros telefonicamente, para obter a informação adicional necessária.

**Mitigação:** O consultor teve de depender dos relatórios oficiais de pobreza produzidos pelos institutos nacionais de estatística sempre que necessário, para obter dados fiáveis.

# CAPÍTULO 11: HARMONIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NA REGIÃO DA SADC

---

Este Capítulo vai primeiro considerar a medição harmonizada da desigualdade para a região da SADC no seu todo. Depois da harmonização da medição da desigualdade, os dados da desigualdade de todos os Estados-Membros serão comparáveis em todos os países e isso fará com que seja mais fácil para o Observatório Regional da Pobreza da SADC acelerar as reformas e a execução das estratégias nacionais de redução da pobreza que ajudarão a região a reduzir os níveis de pobreza nos Estados-Membros.

## 11.1 Harmonização da Desigualdade

O estudo revelou que existem duas medições de desigualdade nos Estados-Membros com base no rendimento ou na despesa, e este estudo foi mais longe e analisou a diferença entre ambos.

Estudos têm demonstrado que o consumo é a alternativa mais próxima do rendimento disponível. O consumo ou a despesa de consumo, uma variável que é muitas vezes preferida nos países em vias de desenvolvimento, uma vez que é mais facilmente medido nesses países do que o rendimento, já que muitas pessoas nessas sociedades não têm um emprego assalariado. O consumo pode ficar nivelado com o passar do tempo e, portanto, é menos volátil e menos dependente da variação sazonal do que o rendimento, especialmente em sociedades agrícolas (Deaton e Grosh 2000). Um outro argumento a favor do consumo é que o bem-estar (utilidade) é uma função dos bens e serviços efectivamente consumidos.

Um outro argumento a favor do consumo é que este está mais estreitamente relacionado com o rendimento permanente ou recursos da vida inteira do que o rendimento corrente. Isto significa que as despesas revelam desigualdades profundas, enquanto o rendimento revela apenas a desigualdade da componente transitória.

A proporcionalidade simples entre consumo e o rendimento permanente no problema de base da optimização do consumidor inter-temporal linha de base não tem sustentação, se algumas das suas hipóteses básicas são formas descontraídas e simples de heterogeneidade pessoais e se são introduzidas em áreas como os efeitos da poupança ou riqueza herdada, o grau de altruísmo inter-geracional, a variabilidade dos rendimentos do trabalho incerto, e a capacidade de obter crédito, apenas para citar alguns exemplos. No entanto, os argumentos a favor do rendimento são que o rendimento confere o poder económico real que um indivíduo ou agregado familiar possui, enquanto a despesa ou o consumo retractam o padrão de vida real.

Finalmente, há o problema da medição do consumo "verdadeiro" nas sociedades ricas. Muito poucos inquéritos tentam medir o consumo real, porque as compras de bens duradouros, como os electrodomésticos de vulto, automóveis e, especialmente, habitação devem todas ser distribuídas pelo tempo de vida útil de um bem que é comprado num período, mas consumido noutro. Como mencionado anteriormente, Haig (1921) e Simons (1938)

reconheceram que o rendimento representa a possibilidade de consumir e, assim, criaram a sua famosa identidade. É verdade que a informação sobre despesa é fácil de recolher, e a maioria das pessoas ricas não declara a totalidade dos seus rendimentos. No entanto, na maioria das vezes, a escolha entre rendimento e despesas é uma questão de disponibilidade que é desfavorável ao rendimento, por nem sempre estar disponível. Também deve-se afirmar que os ricos não consomem a maior parte do seu rendimento porque têm boas tendências de poupança, em comparação com os pobres. Perante isso, sentimos que o rendimento é a melhor medição da desigualdade numa sociedade, uma vez que mostra a diferença real que existe numa sociedade quando seu agregado é devidamente elaborado.

Para as medições da desigualdade, a coisa mais importante é padronizar a metodologia em todos os Estados-Membros. As fontes dos rendimentos a serem agregados devem ser a normalizadas em todos os Estados-Membros. Isso implicaria que os questionários dos Estados-Membros terão de ser padronizados em todos os Estados-Membros, algo que pode ser uma tarefa tediosa, mas que acabará por trazer resultados positivos ao longo do tempo. Entre as fontes de rendimento a ser padronizadas estão as seguintes:

- Rendimento da produção agrícola
- Rendimentos de negócios não-agrícolas
- Rendimento em espécie
- Rendimentos de imóveis próprios arrendados
- Rendimentos de remessas
- Rendimentos de pensões, subsídios e juros
- Os rendimentos de juros ou dividendos de ações, obrigações, títulos mobiliários, bilhetes do tesouro, etc.
- Rendimento imputado em resultado do consumo de bens e serviços de produção própria.
- Qualquer outro rendimento acrescido de uma pessoa

Depois de todos estes rendimentos serem recolhidos e agregados, pode-se calcular a medição da desigualdade, através do coeficiente de Gini, Curva de Lorenze, distribuição de decis, coeficiente de variação e outros relativamente a cada país nas respectivas moedas locais. Isso produziria o índice da desigualdade de cada Estado Membro que seria comparável em todos os Estados-Membros.

## **11.2 Linha da Pobreza Harmonizada da SADC**

Para chegar a uma medição da pobreza harmonizada nos países da SADC seria necessário definir uma linha de pobreza da SADC harmonizada. Nos capítulos anteriores, o estudo analisou a medição da pobreza em diferentes níveis do Estado, avaliando as diferenças e semelhanças das medições de pobreza existentes e praticadas em cada Estado Membro da SADC e um foram identificadas notáveis diferenças e semelhanças. Como resultado dessas diferenças e de outros factores, o Secretariado da SADC está a analisar o eventual mérito de se usar uma abordagem harmonizada da pobreza, que seja específica para a SADC.

O estudo apurou que poderia haver algum mérito na definição de uma linha de pobreza específica da SADC com um método consistente, usando abordagens baseadas no consumo considerando que a maioria dos Estados-Membros da SADC são considerados países em vias de desenvolvimento onde a maioria dos seus cidadãos dependem das economias do sector informal para a sua sobrevivência. Seria especificamente para definir uma linha da pobreza apenas da SADC através de um método consistente de geração de linhas da pobreza nacionais usando as moedas nacionais, em vez de gerar uma linha de pobreza ajustada a PPP em dólares internacionais (ver também Klasen 2013a e Klasen et al.) 2015). É importante que essa linha de pobreza também considere a pobreza relativa na sua avaliação para reflectir as aspirações crescentes dos Estados-Membros da SADC (ver Ravallion e Chen 2011; Chen e Ravallion 2013). Em termos de linhas de pobreza multidimensional, há mérito na formulação de um Índice da Pobreza Multidimensional (MPI) específico para a SADC, que leva em conta as condições de vida específicas dos Estados-Membros da SADC.

### **11.2.1 Vantagens e Desvantagens de uma Linha da Pobreza Harmonizada da “SADC”**

Este estudo mostrou por que é importante definir uma linha de pobreza harmonizada da SADC. Quando se discute uma linha de pobreza da SADC, é importante perguntarmo-nos se é importante tê-la ou não. Aqui, consideramos quatro possíveis argumentos a favor de uma linha de pobreza da SADC. Em primeiro lugar, pode-se argumentar que as condições nos Estados-Membros da SADC são diferentes de outras partes do mundo pelo que se justifica uma linha de pobreza diferente, no sentido de que, ela iria reflectir essas circunstâncias distintas. A urbanização vem-se enraizando na maioria dos Estados-Membros da SADC e isso significa que algumas pessoas estão as suas zonas rurais e, por conseguinte, a debilitar os laços familiares. Em alguns casos, existem duas economias sendo que as zonas rurais consistem principalmente em economias baseadas na agricultura de subsistência de pessoas pobres, enquanto as zonas urbanas compreendem um misto de uma economia formal assalariada, cobrindo poucas pessoas, e uma economia do sector informal baseada principalmente na venda. Em alguns Estados da SADC a provisão de serviços públicos é deficiente e, em certos casos, totalmente inexistente, enquanto noutros Estados as áreas rurais são totalmente negligenciadas. Isso pode justificar uma linha de pobreza mais baixa, medida em termos de rendimento per capita privado porque menos rendimentos privados são necessários para atingir um certo nível de bem-estar. Mas não é óbvio que estas diferenças aparentes justificam uma linha de pobreza peculiar da SADC porque a heterogeneidade nos Estados-Membros nestas estruturas económicas e sociais é muito grande em consequência da história da colonização. Além disso, seria preciso primeiro investigar a importância empírica dessas afirmações e a sua relevância para um determinado Estado Membro da SADC antes que se possa chegar a conclusões definitivas sobre isso. Isso deveria também levar, logicamente, a diferentes linhas de pobreza nos Estados-Membros da SADC, dependendo de circunstâncias específicas. Por isso, seria particularmente difícil usar este argumento como uma motivação para uma linha de pobreza uniforme baseada nas despesas e que seja apropriada para todos os Estados-Membros da SADC.

Os níveis de diferença em termos económicos e as tendências de desempenho económico deveriam ser reflectidos na definição de uma linha de pobreza. Alguns Estados-Membros da SADC, como o Botswana, Angola, África do Sul, Zâmbia e outros têm registado um rápido crescimento económico, afectando a média do rendimento/despesas, enquanto outros, como o Zimbábwe, que permaneceu estagnado ao longo das duas últimas décadas devido

às sanções impostas pelos países ocidentais. Com o crescimento do rendimento que se verifica nos outros Estados-Membros da SADC, isso pode justificar o uso de uma linha de pobreza da SADC que reflecte as despesas/rendimento e, acima de tudo, que reflecte o desempenho económico da SADC. Tal abordagem harmonizada da pobreza deveria conter um elemento relativo, ou seja, subida em função do aumento da prosperidade na região da SADC. O elevado crescimento económico da região da SADC pode ser visto como um contra-argumento da uma linha de pobreza única e exclusivamente da SADC.

Em terceiro lugar, argumenta-se que a definição de uma linha da pobreza harmonizada da SADC estaria mais estreitamente alinhada com as linhas de pobreza nacionais dos Estados-Membros e, assim, a desconexão entre a medição nacional e internacional da pobreza seria, conseqüentemente, menor (ver Dotter e Klasen 2014A; Klasen 2013) . Isto é, fundamentalmente, uma questão empírica. Argumenta-se que a linha de pobreza de US\$ 1,25 por dia está muito ligada aos países da África Subsariana. No entanto, a linha de pobreza de US\$ 1,25 foi bastante condenada por muitos estudiosos como ilustrado no tratamento do tópico pela metodologia do Banco Mundial dos US\$ 1,25 analisada abaixo.

O quarto argumento refere-se a medição da pobreza multidimensional dos Relatórios de Desenvolvimento Humano. A medição de pobreza multidimensional mais proeminente e internacionalmente comparável é o MPI do PNUD (ver PNUD 2010, Ch. 5; Alkire e Santos 2014), que usa os mesmos indicadores e pontos de corte em todo o mundo em desenvolvimento. Por causa das diferenças do clima, situação económica e social, preferências sociais, bem como da natureza e estado dos serviços públicos, pode-se argumentar que um MPI da SADC deveria reflectir isso em termos de indicadores e pontos de corte. Por exemplo, o papel da educação para a promoção pessoal é visto como particularmente importante nos Estados-Membros da SADC, e um MPI deve reflectir isso, dando mais peso a educação e, possivelmente, argumentar a favor de um ponto de corte mais elevado. Uma outra variável importante que deve merecer maior precedência é o emprego, especialmente para os jovens. A maioria dos países da SADC precisa de criar mais empregos para os seus cidadãos como uma forma directa de reduzir a pobreza. Esta é a razão pela qual os poucos países da SADC que calculam o MPI incorporaram o emprego como uma das variáveis a ser medida. Claro que, como referido acima, a heterogeneidade na SADC é um problema para esta linha de raciocínio. Ao se considerarem as medições de pobreza multidimensional abaixo, esta questão será novamente analisada. Deve-se também mencionar que existem desvantagens importantes que resultam da geração de uma linha de pobreza específica do continente. As comparações entre os Estados-Membros são difíceis e não transparentes, tanto em termos de níveis e das tendências.

Para concluir essa discussão, não fica óbvio que uma abordagem da pobreza harmonizada e específica da SADC seja desejável. Os argumentos mais convincentes são de que ela poderia reflectir os níveis de despesa e o progresso económico mais rápido melhor do que uma medição global; que pode ser mais estreitamente associada às linhas de pobreza nacionais na SADC; e que isso pode reflectir de forma singular as condições e a situação da SADC numa medição multidimensional. Mas há custos inerentes e isso sugere que não se deve abandonar a medição global a favor da adopção de uma medição da SADC, mas apenas considerar uma eventual linha de pobreza da SADC como complementar da avaliação global.

### **11.2.2 Opções para Calcular a Linha da Pobreza Harmonizada da SADC**

Existem diferentes opções para desenvolver uma linha de pobreza harmonizada e específica da SADC.

Na definição de uma linha de pobreza harmonizada, é preciso primeiro distinguir entre uma linha de pobreza de métrica monetária/despesa e uma linha de pobreza multidimensional. Para calcular uma linha de pobreza baseada nas despesas, são consideradas três opções. Usando apenas os Estados-Membros da SADC na estimativa, a primeira opção é copiar o método de estimativa do Banco Mundial de geração da linha de pobreza de US\$ 1,25 por dia; em segundo lugar, a opção seria usar o mesmo conjunto de países para produzir uma linha de pobreza 'ligeiramente relativa' (Ravallion e Chen 2011; Chen e Ravallion 2013); e a terceira opção baseia a linha de pobreza de um Estado Membro da SADC na medição da pobreza nacional (ver Klasen 2013, 2013b). Assim, juntamente com uma linha de pobreza multidimensional específica da SADC, são ao todo quatro as opções consideradas.

### **11.2.3 Linha da Pobreza baseada no Consumo Absoluto usando os Métodos do Banco Mundial**

Desde 1990 que o Banco Mundial tem vindo a gerar uma linha de pobreza internacional; (Ravallion, Datt e van de Walle 1991). A linha de pobreza tem vindo a mudar de US\$ 1,02 em 1985, tendo o valor em dólares sido ajustado ao PPP em 1990; em 2000, foi ajustado para US\$ 1,08 e em 1993 o valor em dólares foi ajustado ao PPP (Banco Mundial 2000; Chen e Ravallion 2001); e, em 2008, foi ajustado para US\$ 1,25 após o ajustamento do valor em dólares ao PPP em 2005 (Ravallion, Chen e Sangraula 2009). Actualmente, a nova linha de pobreza encontra-se fixado em US\$ 1,90 usando os preços de 2011. Os métodos de obtenção da linha de pobreza internacional têm sido essencialmente os mesmos (embora com diferenças de alguns detalhes referentes aos dados utilizados) e o nosso foco foi sobre a última revisão completa que ficou concluída em 2011. Ravallion, Chen e Sangraula (2009) explicam como o Banco Mundial deriva a linha de pobreza internacional baseada no consumo, usando os seguintes passos. Primeiro, as linhas de pobreza nacionais disponíveis de 74 países em desenvolvimento são convertidas em linhas de pobreza expressas em dólares americanos ajustadas ao PPP a preços de 2005.

Ao longo dos anos, os dados de consumo nacional de mais de 74 países são recolhidos por funcionários do Banco Mundial que, em seguida, aplicam a mesma metodologia. O consumo per capita é então expresso em dólares internacionais usando a Paridade do Poder de Compra (PPP). Depois aplicam uma linha de pobreza internacional de US\$1,90 com base no preço de PPP de 2011. Todos os indivíduos cujo consumo per capita esteja abaixo da linha da pobreza definida são considerados pobres, enquanto aqueles acima são considerados não pobres. Assim, utilizar uma amostra dos Estados-Membros da SADC não resultaria numa linha de pobreza diferente da obtida com o uso da amostra global se for usado o mesmo método para fazer a estimativa. No entanto, a questão que se levante é decidir qual método preferível para fazer a estimativa.

Globalmente, o estudo sugere que este método não iria gerar uma estimativa muito fiável e robusta para uma linha de pobreza específica da SADC baseada na despesa. Para além dessas questões sobre a estimativa, existem preocupações mais sérias e críticas de toda esta abordagem que foram discutidas extensivamente na literatura (por exemplo, Reddy e Pogge 2009; Klasen 2013, 2013b; Klasen et al. 20015; Deaton 2010; Dotter e Klasen 2014a). Destacamos quatro das questões mais importantes que foram discutidos na literatura. Em primeiro lugar, este método é bastante instável e altamente dependente da amostra de países incluídos na estimativa e as taxas de câmbio de PPP utilizadas. Quando, em 2008, o Banco Mundial deixou de usar a PPP de 1993 e a amostra de países utilizada para estimar a linha de pobreza, isso levou à mudança da linha de pobreza internacional de US\$ 1,08 com base no valor do dólar de 1993 para US\$ 1,25 com base no valor do dólar de 2005. Actualmente, problemas semelhantes estão a surgir com a nova PPP de 2011, o que poderia levar a reavaliações sérias dos níveis de pobreza no mundo e em diferentes regiões (Klasen et al. 2015). Uma questão mais sério é que a revisão de 2008 levou a uma mudança ascendente de grande vulto na pobreza global para todos os anos, por exemplo, de cerca de 29% em 1990 para cerca de 41% no mesmo ano; Assim, o ano base dos primeiros ODM foi alterado substancialmente com um grande impacto sobre o que reduzir para metade a pobreza global significaria. O ritmo de redução da pobreza, contudo, foi menos afectado (Chen e Ravallion 2010). Como ilustrado por Deaton (2010) e Greb et al. (2012), a principal razão para o aumento de vulto nos níveis de pobreza global observada não foi a alteração da PPP, mas a alteração na amostra de países usado para estimar a pobreza global. Deaton (2010) também observou que a mudança na amostra trouxe alguns efeitos perversos. Em particular, ele observou o caso da Índia. Enquanto a Índia fazia parte do grupo de referência de países que compunham a linha de pobreza global usando o valor do dólar de 1993, o subsequente alto crescimento assegurou que a Índia

deixou de integrar o grupo de referência na sequência da avaliação usando o valor do dólar de 2005. Porque a linha de pobreza da Índia é bastante baixa, a exclusão da Índia do grupo de referência resultou na subida da linha de pobreza global, o que, por sua vez, levou ao aumento da pobreza medida na Índia usando essa nova linha. Em certo sentido, o crescimento rápido dos rendimentos na Índia resultou no incremento da pobreza observado na Índia usando a linha de pobreza internacional, claramente um efeito problemático. Em suma, parece haver problemas substanciais e incertezas associadas às alterações da PPP e das linhas de pobreza nacionais usados para estimar a linha de pobreza global. A PPP de 2011 sugere que as avaliações anteriores dos rendimentos ajustados a PPP subestimavam os rendimentos per capita da RPC e da Índia, e de algumas outras economias asiáticas. Se estes forem usados para gerar uma nova linha de pobreza internacional, isso pode ter implicações substanciais para a pobreza nestes países, em comparação com outras regiões, bem como em relação à pobreza global. Uma segunda linha de crítica relaciona-se com a utilização da PPP de um modo mais geral, para este tipo de avaliação (Deaton 2010; Klasen 2013b; Reddy e Pogge 2009). Uma das críticas é que as PPP são geradas para comparar os níveis de preços gerais, não os níveis de preços para os pobres; pior ainda, eles podem ser sensíveis a alterações no nível de preços de bens não relacionados com os pobres (Reddy e Pogge 2009). Uma outra crítica é que a PPP apenas é válida para um ano de referência específico, mas não ao longo do tempo. Assim, a questão de saber se se deve usar apenas um ano de referência da PPP (como está a ser feito na abordagem do Banco Mundial para a medição da pobreza), ou vários anos de referência (como se fez para as Tabelas Globais de Penn que também usam os dados de rendimento ajustados ao PPP). Uma terceira crítica é que a linha de pobreza internacional com base no rendimento tem relevância limitada para as avaliações da pobreza ao nível dos países, porque a diferença entre as linhas de pobreza com base no consumo a nível dos países e a linha de pobreza internacional com base no consumo é substancial (Dotter e Klasen 2014A).

Este ponto, que foi anteriormente mencionado acima, é bem visível na estimativa da linha de pobreza da SADC. Como se pode ver, a diferença entre as linhas de pobreza de cada país e a linha de pobreza estimada do Banco Mundial é substancial. No Lesoto e Madagáscar, a pobreza, usando a linha de pobreza do Banco Mundial, é menor do que quando se usam as estimativas da pobreza nacional, enquanto no resto dos Estados-Membros a pobreza é muito maior. Na verdade, não há um padrão regional claro para a diferença entre as linhas de pobreza nacionais e a linha de pobreza do Banco Mundial. Os Estados-Membros da SADC, na sua maioria, têm a sua estimativa da pobreza abaixo da linha estimada, ou seja, a pobreza é mais baixa usando as linhas de pobreza nacionais do que a linha de pobreza internacional (ver tabela B no Anexo).

Esta linha de pobreza enfrenta desafios quando se regista o aumento do crescimento económico em alguns Estados-Membros. Isto foi observado em alguns países asiáticos, como Índia e China, que registaram algum nível de prosperidade. Estes países aumentaram a sua linha de pobreza nacional para torná-la mais relevante para a formulação de políticas nacionais. Neste contexto, surge a pergunta se se deve ajustar a linha de pobreza por causa da crescente prosperidade. Esta é precisamente a sugestão de Ravallion e Chen (2011) de uma linha de pobreza internacional 'ligeiramente relativa', que discutimos mais adiante.

Perante estes argumentos, pode-se resumir que a posição a favor de uma linha de pobreza da SADC, usando o método do Banco Mundial de derivar a linha de pobreza de US \$ 1,90 é fraca. Não resultaria numa linha de pobreza substancialmente diferente. Ela quase que não está

ligada as linhas de pobreza nacionais, é instável devido à ligação com a PPP e com o método de estimativa, e seria cada vez mais irrelevante para algumas das economias da SADC que estão a registar um crescimento rápido.

#### 11.2.4 Linha da Pobreza 'Ligeiramente Relativa' usando a Abordagem do Banco Mundial

A linha de pobreza internacional 'ligeiramente relativa' foi proposta por Ravallion e Chen (2011). Este método sugere que, se todos os rendimentos aumentam (reduzem) na mesma proporção, então a medição da pobreza agregada deve baixar (aumentar). Em qualquer medição padrão da pobreza isso será salvaguardado desde que a elasticidade da linha da pobreza em relação ao mediano não exceda a unidade.

A medição da pobreza agregada, para Ravallion e Chen (2011), significa os resultados da medição da pobreza, tais como o índice de incidência ou o índice de intensidade da pobreza. Como eles explicam, a abordagem da pobreza ligeiramente relativa será aplicável para qualquer medição da pobreza padrão, desde que a elasticidade da linha de pobreza em relação ao rendimento mediano seja inferior a um. A utilidade em si, no entanto, é assumida como sendo uma função do rendimento próprio e do rendimento relativo, tornando assim a pobreza algo relativo no concernente ao rendimento. Aceitando a tipologia de Ravallion e Chen (2011), e presumindo que o padrão de vida social pode ser captado através do rendimento nacional médio, e isso pode ser facilmente representado formalmente. Utilidade é  $(y, r)$ , onde  $y$  é o rendimento próprio e  $r$  é rendimento relativo, e a utilidade é presumida como sendo uniformemente não decrescente em  $y$  e  $r$  (Ravallion e Chen, 2011). O nível de pobreza de utilidade  $U$  portanto, é definido em termos da linha de pobreza do rendimento de tal forma que utilidade é  $(y, r)$ , em que  $y$  é o rendimento próprio e  $r$  é o rendimento relativo, e a utilidade é presumida como sendo uniformemente não decrescente em  $y$  e  $r$  (Ravallion e Chen, 2011). O nível de pobreza de utilidade  $U$  portanto, é definido em termos da linha de pobreza do rendimento de tal modo que

$$U = (y, r). \quad (1)$$

Se a utilidade derivada do rendimento relativo for diferente de zero, deve mudar visto que muda, para que  $U$  permaneça fixo. À luz disto, Ravallion e Chen (2011) mostram que a elasticidade de  $U$  em relação a  $r$  é dada por

$$= \frac{r}{y+r}.$$

$$(0 \leq \leq 1), \quad (2)$$

No conceptualização de bem-estar isto essencialmente impõe um limite no peso que pode ser ligado a privação relativa na determinação da linha da pobreza. Em termos da equação 2, isso implica que, enquanto as pessoas podem derivar a utilidade do rendimento relativo  $r/y$ , eles também derivam pelo menos alguma utilidade do rendimento absoluto (Ravallion, 2012). Na conceptualização das capacidades isso limita a importância das necessidades de inclusão social, ou presume que o custo da inclusão social é menor que a unidade elástica em relação ao rendimento nacional médio.

A elasticidade da linha de pobreza ligeiramente relativa é substancialmente inferior a um (mas aumenta com o aumento dos rendimentos), o que a distingue da linha puramente relativa. Tal

linha de pobreza ligeiramente relativa tem diversas características que a tornam vantajosa para ser utilizada para uma linha de pobreza da SADC no seu todo (ver Klasen 2013; Klasen et al. 2015) Primeiro, ela ajusta a linha de pobreza 'automaticamente' com o aumento da prosperidade nos Estados-Membros da SADC, resolvendo assim o problema da crescente irrelevância da linha de pobreza muito baixa de US \$ 1,90 por dia. Dado que esta linha de pobreza aumenta desproporcionalmente com o rendimento médio, vai suceder que o crescimento de distribuição neutra irá reduzir a pobreza 'ligeiramente relativa', mas vai fazê-lo a um ritmo menor do que quando se utiliza uma linha puramente absoluta. Portanto, a linha de pobreza 'ligeiramente relativa' tem algumas vantagens, tais como:

- (i) Ela ajusta a linha de pobreza automaticamente com o aumento da prosperidade, resolvendo assim o problema da crescente irrelevância da linha de pobreza de US \$ 1,90 por dia
- (ii) Dado que esta linha de pobreza aumenta pouco proporcionalmente com o rendimento médio, vai suceder que o crescimento de distribuição neutra irá reduzir a pobreza 'ligeiramente relativa', mas vai fazê-lo a um ritmo menor do que quando se utiliza uma linha puramente absoluta. (Klasen 2013)

Ao mesmo tempo, todas as outras desvantagens do método do Banco Mundial permanecem de modo que não fica claro se este é o melhor caminho a seguir. Mas claramente parece ser superior simplesmente para derivar uma linha de pobreza absoluta da SADC do que usando o método do Banco Mundial.

### **11.2.5 Uso das Linhas de Pobreza Nacional para Medir a Pobreza nos Estados-Membros da SADC**

Em terceiro lugar, trata-se de uma metodologia padronizada que segue as melhores práticas internacionalmente aceites, coordenando um processo de definição de linhas de pobreza nacionais dos Estados-Membros de uma forma harmonizada. Embora estas linhas de pobreza nacionais seriam expressas na moeda nacional ainda assim poderiam ser agregadas ao nível de todos os Estados-Membros, de forma consistente, se as linhas de pobreza forem derivadas consistentemente. Esta proposta foi apresentada por Reddy, Visaria e Attali (2008) e mais tarde por Klasen (2013, 2013b) e Klasen et al. (2015) Uma vantagem é que evita os problemas associados à taxas de câmbio da PPP. A segunda vantagem é que tal linha de pobreza seria mais intimamente ligada à medição da pobreza nacional e, assim, teria uma relevância maior. Ao mesmo tempo, uma série de questões teriam de ser respondidas antes essa proposta possa ser implementada (ver Klasen (2013b) para uma discussão detalhada). Em primeiro lugar, como essa linha de pobreza pode ser obtida? A abordagem mais promissora seria usar o método mais comumente usado para definir as linhas de pobreza nacionais pela maioria dos Estados-Membros da SADC - o Método dos Custos das Necessidades Básicas (Ravallion 1994).

Cada Estado Membro da SADC já possui uma cesta de alimentos. Há necessidade de avaliar as cestas de alimentos e assegurar que estas sejam constituídas seguindo o mesmo padrão. Se esse não for o caso, então há necessidade de criar uma nova cesta de alimentos, começando com a identificação de um grupo de referência de agregados familiares nos Estados-Membros (que estejam perto da linha de pobreza), cujo padrão de despesas seria usado para obter a distribuição das despesas numa cesta de bens e serviços utilizada para avaliar a pobreza. Numa segunda etapa, as despesas alimentares que compõem a cesta são transformadas em

calorias e, em seguida, a cesta é escalado para cima (ou para baixo) para alcançar a norma calórica necessária para os agregados familiares.

Esta cesta (incluindo bens não alimentares), em seguida, define as quantidades de bens alimentares e não alimentares a serem consumidos na linha de pobreza. O custo dessa cesta, desse modo, gera a linha da pobreza. Esta linha de pobreza é então actualizada na sequência da variação dos preços dos bens incluídos na cesta ao longo dos anos. Mas ao longo de períodos de tempo mais prolongados, a cesta é ajustada para reflectir mudanças nos padrões de despesa. Numa economia em rápido crescimento, isso normalmente significa que a cesta muda através da redução da comparticipação dos alimentos e do aumento dos bens de maior qualidade. Desta forma, as considerações sobre pobreza relativa podem ser analisadas quando a cesta de pobreza é ajustada. Embora os métodos sejam simples e claros e tenham sido aplicados em muitos países (incluindo nos Estados-Membros da SADC), a determinação dessas linhas de pobreza de uma forma consistente em todos os países constitui um desafio. A primeira e melhor opção seria os países participantes chegarem a acordo sobre um sistema consistente de medição da pobreza usando esta abordagem. Seria ideal também incluir a coordenação dos inquéritos aos agregados familiares para que os questionários sejam semelhantes o suficiente para que possam ser usados de forma consistente. O modelo seria o mesmo que o Sistema de Contas Nacionais, em que um processo coordenado e semelhante de métodos padrão é aceite em todo o mundo. Ao mesmo tempo, é improvável que tal processo coordenado de definição das linhas de pobreza nacionais seja acordado rapidamente. Entretanto, uma segunda melhor opção seria a utilização de inquéritos aos agregados familiares existentes nos Estados-Membros da SADC e aplicar linhas de pobreza consistentes nesses inquéritos, mesmo que essas linhas não sejam as abordagens actuais usadas pelos governos. Desta forma, pode-se demonstrar a viabilidade desta abordagem e, em função disso, prosseguir com o debate. Assim, esta abordagem é promissora, mas requer um processo mais a longo prazo para a sua implementação plena. Mas, conforme sugerido, é possível encurtar o processo, e é pertinente ilustrar a viabilidade desta abordagem. Este método permitiria a racionalização dos custos dado que a SADC usará dados recolhidos pelos Estados-Membros às expensas dos Estados-Membros. A única área onde a SADC teria de aplicar alguns recursos seria na verificação dos níveis de padronização dos questionários e de todas as ferramentas dos inquéritos.

### **11.3 Cálculo de um MPI específico da SADC?**

A SADC pode considerar efectuar o cálculo de um MPI específico da SADC visto que a pobreza é amplamente reconhecida como um fenómeno multidimensional. Foram feitas tentativas na África do Sul e nas Maurícias de calcular o MPI seguindo de perto o MPI Global, mas com pequenas modificações. Para obter o MPI da SADC, o desafio seria definir um conjunto de indicadores e pesos que permitam uma análise consistente da pobreza ao longo do tempo e espaço. Com a publicação do MPI em 2010 (UNDP 2010), foi feita a primeira tentativa de criar tal medição da pobreza comparável. Ele usa o chamado método de ponto de corte duplo proposto por Alkire e Foster (2011), onde o primeiro ponto de corte define se um agregado passa privações numa dada dimensão, e um segundo ponto de corte define se um agregado passou os limiares de privações para ser considerado pobre em termos multidimensionais. Embora existam muitas questões de detalhes que ainda carecem de resposta (Dotter e Klasen, 2014b), agora parece viável criar uma versão específica da SADC para tal MPI. Dois Estados-Membros da SADC (África do Sul e Maurícias) já estão a calcular a sua própria versão do MPI

e seria encorajador adoptar a sua metodologia e realizar um MPI semelhante em todos os Estados-Membros.

Com este desenvolvimento em curso, e como discutido acima, primeiro seria necessário reflectir sobre como e por que um MPI da SADC teria indicadores, pontos de corte ou pesos diferentes. Esta não é uma questão tão simples e tem de levar em conta a grande heterogeneidade entre os Estados-Membros da SADC. Embora se possa argumentar que, devido a diferenças do clima, estruturas sociais ou valores, em particular, os Estados-Membros da SADC poderiam escolher indicadores, pontos de corte e pesos apropriados para gerar MPIs para estas sub-regiões diferentes, mas seria difícil desenvolver um MPI para toda a SADC. A única forma de sair deste dilema seria seguir o processo já iniciado pela África do Sul e pelas Maurícias para chegar a um entendimento comum relativamente aos indicadores, pesos e pontos de corte, embora não seja de esperar que um tal consenso possa ser alcançado facilmente.

A segunda maneira pela qual se poderia conceber um MPI da SADC que difira menos fundamentalmente seria ajustar os pontos de corte para reflectir melhor o desempenho médio das economias da SADC nestes indicadores do MPI. Por exemplo, um ponto de corte de cinco anos de escolaridade de um único membro do agregado familiar para considerar todo o agregado familiar não-pobre, como sucede actualmente no MPI, pode ser demasiado baixo para muitos Estados-Membros da SADC. Assim, a ideia seria afastar-se de um indicador absoluto da pobreza multidimensional aguda para uma (ligeiramente) relativa que considera o desempenho das economias da SADC com relação a estes indicadores. Isto também significaria incluir a variável da força de trabalho visto que muitos Estados-Membros da SADC enfatizam a criação de emprego como uma outra maneira de retirar os cidadãos da pobreza.

Uma terceira abordagem seria a de alterar os pesos utilizados para uma linha de pobreza multidimensional baseada na SADC (Pasha 2014). Esta seria usar a análise da componente principal para derivar pesos estatísticos para os indicadores a serem incluídos no MPI. Isso criará diferenças substanciais nos pesos relativos a saúde, educação, nutrição e padrões de vida etc. dos vários países. Usar diferentes pesos resultaria em diferentes medições da pobreza multidimensional e pode trazer novas revelações interessantes sobre os países. Claro que isso reduziria a capacidade de comparar os níveis e as tendências entre os países. Mas claramente que esta é uma questão que vale a pena explorar ainda mais.

Um outro aspecto que deve ser devidamente considerado é que dados podem ser usados para calcular o índice de pobreza multidimensional. Os dois conjuntos de dados, ou seja os conjuntos de dados do censo ou dos inquéritos demográficos de saúde (DHS), seria o ideal. O uso do DHS é mais adequado visto que os dados são recolhidos mais frequentemente, em intervalos de 5 anos. Os questionários do DHS e do censo são muito homogêneos entre os Estados-Membros e seriam comparáveis, embora haja necessidade de verificá-los por causa de pequenas diferenças que podem ser facilmente padronizadas entre os Estados-Membros.

## **11.4 Conclusão**

A partir das discussões acima, pode-se concluir que harmonizar a medição da pobreza e da desigualdade ao nível dos Estados-Membros da SADC não seria uma tarefa simples. Em particular, tem-se argumentado que não há boas razões para ajustar a abordagem de US \$ 1 por dia do Banco Mundial para chegar a uma definição da SADC. Muitos dos problemas com

a linha de pobreza internacional do Banco Mundial iriam ser transferidos para a versão da SADC; para além disso, a base de dados para estimar tal linha de pobreza seria ainda mais pequena, levantando questões sobre a fiabilidade e robustez. Ademais, a grande heterogeneidade das linhas de pobreza existentes nos Estados-Membros da SADC iriam contrapor-se a esta proposta. Uma opção mais promissora é a de considerar uma linha da pobreza 'ligeiramente relativa' para a SADC e baseada no consumo, que leva em conta a rápida elevação das condições de vida e aspirações em muitas economias da SADC. Mas muitas das desvantagens da actual linha de pobreza internacional iriam transitar para o caso da linha de pobreza 'ligeiramente relativa'. Ainda mais promissor poderia ser o processo coordenado de criação de linhas de pobreza baseadas em elementos métricos monetários nacionais, em que a medição da pobreza nacional se baseia na concepção comum de pobreza. Esta é uma agenda de longo prazo que necessitaria de muita coordenação entre as economias da SADC, mas há muito mérito em se continuar a ponderar sobre a questão. Outra opção seria a criação de um MPI específico da SADC, possivelmente um que se ajusta automaticamente às condições de vida que estão a melhorar, através do ajustamento dos pontos de corte. Mas todas estas propostas teriam de ser rigorosamente testadas para ver se podem ser implementadas e gerar novos conhecimentos que não são visíveis nas abordagens actuais de medição da pobreza nos Estados-Membros da SADC. As discussões sobre as mudanças na linha de pobreza internacional para reflectir os resultados de PPP de 2011 mostram a dificuldade de manter uma linha de pobreza internacional fiável, consistente e robusta (Klasen et al. 2015). Deste modo, torna-se deveras importante ponderar sobre as alternativas.

## CAPÍTULO 12: O PAPEL DO OBSERVATÓRIO REGIONAL DA POBREZA DA SADC NA POBREZA E DESIGUALDADE HARMONIZADAS

---

SADC através da sua estratégia regional de integração económica formulou uma estratégia de Erradicação da Pobreza rumo ao desenvolvimento sustentável. Isto deve ser alcançado através de um Quadro Regional de Redução da Pobreza. O Quadro Regional de Redução da Pobreza procura dar forma e traduzir as áreas de intervenção prioritária do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional que visam a erradicação da pobreza num quadro de implementação. Isso tem o efeito de ajustar a agenda regional de erradicação da pobreza e constitui uma ponte para alinhar as estratégias nacionais de redução da pobreza com as intervenções regionais.

O Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional da SADC revisto (RISDP 2015-2020) e o Quadro Regional de Redução da Pobreza (revisto) (RPRF) são instrumentos regionais que promovem estratégias de desenvolvimento e de redução da pobreza. E o Observatório Regional da Pobreza (RPO) funciona como um mecanismo de monitorização da implementação do Quadro Regional de Redução da Pobreza da SADC. A SADC registou avanços significativos no sentido de desenvolver um mecanismo de monitorização através da RPO.

Os objectivos definidos para o Observatório Regional da Pobreza incluem:

- apoiar os Estados-Membros através da harmonização de normas, métodos e indicadores
- acelerar as reformas e a execução de estratégias nacionais de redução da pobreza;
- Proporcionar melhores práticas regionais para complementar os padrões de referência; e
- Permitir a análise comparativa do desempenho dos programas de desenvolvimento dos Estados-Membros.

O Comité do Observatório Regional da Pobreza (RPO) iria coordenar **Membros com** vista ao desenvolvimento de metodologias padronizadas de pobreza, através da harmonização da medição da pobreza seguindo as melhores práticas internacionalmente aceites. Ao trabalhar em estreita colaboração com o Programa Estatístico Regional da SADC, o RPO vai formar técnicos de estatísticos dos Estados-Membros da SADC para a área da pobreza e assegurar que estes vão padronizar a colecta de dados e a metodologia relativa a pobreza na região. Os seguintes passos devem ser seguidos para que os Estados-Membros desenvolvam a medição harmonizada da pobreza na região:

- (i) Os Estados-Membros devem harmonizar os instrumentos de recolha de dados. Isso iria incluir a coordenação dos inquéritos aos agregados familiares para que os questionários sejam semelhantes o suficiente para que possam ser usados de forma consistente. Os questionários métricos monetários são de alguma forma semelhantes por serem coordenados pelo Banco Mundial, mas há necessidade de os sincronizar ainda mais. Isso visa assegurar que estes sejam adicionalmente padronizados, de

modo a recolher dados usando as mesmas definições, e medir a pobreza usando os mesmos parâmetros.

- (ii) Os Estados-Membros devem recolher os dados seguindo a mesma metodologia. A primeira parte da recolha de dados consistiria em todos os Estados-Membros recolherem dados por um período padronizado de um ano. Alguns Estados-Membros utilizam o método de memorização, enquanto outros usam o método de registo. Nesta abordagem, todos os Estados-Membros deverão recolher dados utilizando o método de registo. O RPO deve encorajar todos os Estados-Membros a usarem o diário por apresentar menos desvantagens comparativamente ao método de memorização.
- (iii) A Cesta de Alimentos usada para a recolha de dados deve ser constituída usando a mesma metodologia. A metodologia padrão acabará por ser usada para a definição da linha de pobreza de cada Estado Membro.
- (iv) O RPO deve encorajar os Estados-Membros a padronizarem a recolha de dados, evitando a medição não métrica de bens alimentares, tal como latas ao invés do peso e incentivar os membros a usarem a pesagem com relação a recolha de dados sobre os alimentos.
- (v) O RPO deve encorajar os Estados-Membros a investirem em métodos electrónicos de recolha de dados que usam tabulações. Isso resulta em menos erros nos dados recolhidos.
- (vi) O RPO deve formar analistas de dados dos Estados-Membros para seguirem os mesmos passos de acordo com a metodologia escolhida de recolha de dados durante a análise de dados. Depois de se fazer isso, teremos a certeza de ter uma medição da pobreza harmonizada em todos os Estados-Membros.
- (vii) Em caso de resistência à adopção de uma metodologia por alguns Estados-Membros da SADC, isso significaria que a SADC mesmo assim poderia tentar obter os dados brutos e aplicar uma metodologia padronizada para a sua harmonização regional e ainda apelar a participação dos Estados-Membros.

A medição harmonizada da pobreza na região da SADC irá permitir que o RPO tenha acesso facilmente a informações fiáveis que serviriam de base para as iniciativas de desenvolvimento. A harmonização dos dados da pobreza significaria que o impacto dos programas de desenvolvimento poderia ser avaliado com base nos mesmos parâmetros em toda a região. Isto também significa que a monitorização dos programas de redução da pobreza ficaria facilitada tendo em conta que todo o progresso alcançado poderia ser avaliado usando dados harmonizados.

O RPO irá utilizar dados harmonizados para efeitos de monitorização da conformidade com as políticas regionais acordadas como um elemento importante do mandato das organizações regionais.

O Observatório Regional da Pobreza (RPO) utilizando dados harmonizados da pobreza através do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) vai reforçar o quadro regional que vai orientar a SADC para alcançar os seus objectivos de desenvolvimento através

de um crescimento económico robusto e sustentável e da integração económica mais aprofundada. O RISDP deve conceber programas virados para a erradicação da pobreza no âmbito da sua prioridade global de integração regional da SADC, e estar em condições de monitorizar o seu desempenho através dos dados da pobreza harmonizados. O RISDP com dados da pobreza harmonizados vai aprofundar a integração da SADC com vista a acelerar a erradicação da pobreza e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em conclusão, o estudo concluiu que, através da harmonização dos indicadores da pobreza e da desigualdade na região, os esforços do RPO de monitorização da pobreza ficarão facilitados e o objectivo do Quadro Regional de Redução da Pobreza de promover a integração regional através da redução da pobreza na região será facilmente alcançado.

## APÊNDICE

### QUADRO A. LISTA OFICIAL DE RELATÓRIOS DE POBREZA E PRINCIPAIS RELATÓRIOS DE INQUÉRITO REVISTOS

| <b>País e Inquéritos</b>              | <b>Inquéritos</b>   | <b>Ano</b>               |
|---------------------------------------|---|--------------------------|
| <b>Angola</b>                         | Inquérito de despesas e receitas e emprego em Angola (IDREA)                          | 2008/09, (IDR 2018-2019) |
| <b>Botswana</b>                       | Inquérito de Medição Multi-Tema do Botswana (BMTMS)                                   | 2015/16                  |
| <b>Comores</b>                        |   |                          |
| <b>República Democrática do Congo</b> | Enquete Nationale Sur le Suive Des Objectifs du Millenaire poure Development (ENSOMD) | 2019                     |
| <b>Eswatini (Swazilândia)</b>         | Inquérito de despesas e receitas (IES)  | 2009/10                  |
| <b>Lesoto</b>                         | Inquérito ao Orçamento das Famílias (HBS)   | 2017/2018                |
| <b>Madagáscar</b>                     | Enquete Nationale Sur le Suive Des Objectifs du Millenaire poure Development (ENSOMD) | 2012 -2013               |
| <b>Malawi</b>                         | Inquéritos de agregados familiares Integrado 4 (IHS4)                                 | 2016/2017                |
| <b>Maurícias</b>                      | Inquérito ao Orçamento das Famílias (HBS)   | 2017                     |
| <b>Moçambique</b>                     | Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar (IOF)                     | 2014/15                  |
| <b>Namíbia</b>                        | Inquérito Nacional às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares (NHIES)            | 2015/2016                |
| <b>Seychelles</b>                     | Inquérito ao Orçamento dos Agregados Familiares (HBS)                                 | 2013                     |
| <b>África do Sul</b>                  | Inquéritos sobre os padrões de vida (LCS)   | 2014/2015                |
| <b>Tanzânia</b>                       | Inquérito ao Orçamento dos Agregados Familiares (HBS)                                 | 2011/2015, 2017-18       |
| <b>Zâmbia</b>                         | Inquérito de Monitorização das Condições de Vida (LCMS)                               | 2010, 2015               |
| <b>Zimbabwe</b>                       | Inquérito à Pobreza Rendimento Consumo e Despesa (PICES)                              | 2014/2015                |

Fonte: Pesquisa do Consultor

## Quadro B. DIVERSOS TIPOS DE MEDIÇÃO DE POBREZA POR VALORES E DESIGUALDADES

| País e Inquérito       | Diversos tipos de Medição de pobreza                            |                     |   |         |   |             | Desigualdade |            |
|------------------------|---|---------------------|---|---------|---|-------------|--------------|------------|
|                        | Taxa de contagem do limiar de pobreza nacional (% da população) | Ano e Relatório     | Rácio do número de habitantes pobres a \$1,90 por dia (PPP 2011) % da população | Ano     | Índice Global de Pobreza Multidimensional | Ano         | Gini         | Ano        |
| Angola -               | 40,6  | (IDR 2018/19)       |   |         | 0,264                                     | 2015/16 D   | 0,51         | 2018       |
| Botswana               | 16,3  | (BMTHS 2015/16)     | n.a   | 2015/16 | n.a                                       | 2015/16     | 0,52         | 2015/16    |
| Comores                |   | Enquête 1-2-3, 2014 | 35  | 2014    | 0,181                                     | 2012 DM     | <i>0,372</i> | 2014       |
| RDC                    | 77,1  | 2012                | 63,9  | 2012    | 0,378                                     | 2013/14D    | n.a          |            |
| Eswatini (Swazilândia) | 63  | (IES 2009/10)       | 63  | 2009    | 0,083                                     | 2014 M      |              |            |
| Lesoto -               | 49,7  | (HBS 2017/18)       | 27,3  | 2017    | 0,146                                     | 2014 D      | 0,45         | 2017/2018  |
| Madagáscar             | 77,8  | (ENSOMD 2012/2013)  | 70,7  | 2012    | 0,453                                     | 2008/09 D   |              |            |
| Malawi                 | 51,5  | (IHS4 2016/17)      | 51,5  | 2016    | 0,244                                     | 2015/16 D   | 0,46         | 2016/2017  |
| Maurícias:             | 10,4  | (HBS 2017)          | < 1%  | 2017    | n.a                                       | n.a         | 0,400        | 2017       |
| Moçambique             | 46,1  | (IOF 2014/15)       | 46,1  | 2014    | 0,45                                      | 2014/2015 D | 0,47         | 2014       |
| Namíbia                | 17,4  | (NHIES 2015/16)     | 28,7  | 2009    | 0,183                                     | 2013 D      | 0,56         | 2015/16    |
| Seychelles             | 39,3  | (HBS 2013)          | n.a   |         | n.a                                       | n.a         | 45,9         | 2013       |
| África do Sul          | 40,0  | (LES 2014/2015)     | 18,8  | 2015    | 0,032                                     | 2014/15 N   | 0,68         | 2014/15    |
| Tanzânia               | 26,4  | (HBS 2017-18)       | n.a   | 2019    | 0,275                                     | 2015/16 D   | 0,38         | 2017-18    |
| Zâmbia                 | 54,4  | (LCMS 2015)         | 54,4  | 2015    | 0,262                                     | 2014/15 D   | 0,56         | 2010, 2015 |
| Zimbabwe               | 62,6  | (PICES 2011/12)     | n.a   |         | 0,149                                     | 2015 D      | n.a          |            |

**Nota sobre o IPM:** D indica dados de Inquéritos Demográficos Saudáveis (DHS), M indica dados de Inquéritos Múltiplos e N indica dados das Fontes de Inquéritos Nacionais: Revisão dos relatórios oficiais da pobreza, Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD, Relatórios do Banco Mundial, Povcal,2017 e documentos correspondentes (vide referências A).

Relativamente à África do Sul, Linha Inferior de Pobreza Limiar

## Quadro C. PESSOAS CONSULTADAS

| PAÍS  | NOME                        | DESIGNAÇÃO  |
|---|-----------------------------|---|
| Angola  | 1. Paula Fouseca            | Chefe de Estatísticas Económicas  |
|   | 2. Maria Costa              | Chefe de Índice de Preços ao Consumidor   |
|   | 3. Ana Paula Machado        | Chefe   |
| Botswana  | 1. Dr. Burton S. Mguni      | Especialista de Estatístico Geral   |
|   | 2. Moffat Malepa            |   |
|   | 3. Kutlwana Seblaaphuti     |   |
| República Democrática do Congo                  | 1. Prosper Juma             | Director-Geral Adjunto do Instituto Nacional de Estatística   |
|   | 2. Jeba Mukunda             | Director de Estatística Económica, Instituto Nacional de Estatística  |
| Seychelles                                      | Sheena Saldanha             | Economista Sénior, Ministério das Finanças, Comércio, Investimento e Planeamento Económico                            |
| África do Sul                                   | Nozipho Shabalala           | Director Chefe para as Estatísticas sobre Pobreza e Desigualdade - StatsSA  |
| Madagáscar                                      | Sr. Idaraja                 | Director, INSTAT Madagáscar   |
|   | Sr. Rasolonjatovo Ferdinard | Chefe de Secção de Património e Condições de Vida   |
|   | Sra. Irene Ranaivoson       | Chefe do Departamento do Sector Administrativo e Produtivo, do Ministério da Economia e Planeamento, Antananarivo     |
| Zâmbia  | Sr. Lovemore Zonde          | Chefe do Sector de Monitorização das Condições de Vida  |
| Comunidade de Desenvolvimento da África Austral | 1. Dr. Mubita Luwabelwa     | Director de Políticas, Planificação e Mobilização de Recursos   |
|   | 2. Sr. Maxwell Mkumba       |   |
|   | 3. Deepchandsingh Jagai     |   |
|   | 4. Sr. Essiah Tjelele       | Oficial de Programa - Culturas, Unidade de Segurança Alimentar  |
| GIZ - Congo                                     | Dr. Andreas Kalka           | Director Residente, GIZ, Kinshasa, República Democrática do Congo   |
| GIZ - Botswana                                  | Simone Berg                 | GIZ, Botswana, Gaborone   |
| Banco Mundial - Madagáscar                      | Serge Radert                | Consultor para a área da Pobreza e Equidade, Escritório Nacional do Banco Mundial, Madagáscar. Sraidert@worldbank.org |

Fonte: Pesquisa do Consultor

## Quadro D. ESCALA DE ADULTO EQUIVALENTE

| IDADE (ANOS)                                 |                    | CALORIAS * (kcal) | ADULTO EQUIVALENTE FACTOR DE CONVERSÃO |
|--|--------------------|-------------------|--|
| Recém-nascido                                | PERÍODO DE 0 - 3   | 750               | 0,29                                   |
| Crianças                                     | 1 - 3              | 1 300             | 0,51                                   |
|  | 4 - 6              | 1 800             | 0,71                                   |
|  | 7 - 10             | 2 000             | 0,78                                   |
| Homens                                       | 11 - 14            | 2 500             | 0,98                                   |
|  | 15 - 18            | 3 000             | 1,8                                    |
|  | 19 - 24 **         | 2 900             | 1,14                                   |
|  | 25 - 50            | 2 900             | 1,14                                   |
|  | 51+                | 2 300             | 0,90                                   |
| Mulheres                                     | 11 - 14            | 2 200             | 0,86                                   |
|  | 15 - 18            | 2 200             | 0,86                                   |
|  | 19 - 24 **         | 2 200             | 0,86                                   |
|  | 25 - 50            | 2 200             | 0,86                                   |
|  | 51+                | 1 900             | 0,75                                   |
| Mulheres em fase amamentação (+500 kcal) *** | 11 - 14            | 2 700             | 1,06                                   |
|  | 15 - 18            | 2 700             | 1,06                                   |
|  | 19 - 24 **         | 2 700             | 1,06                                   |
|  | 25 - 50            | 2 700             | 1,06                                   |
|  | 51+                | 2 400             | 0,94                                   |
| Mulheres grávidas (+300 kcal)                | PERÍODO DE 11 - 14 | 2 500             | 0,98                                   |
|  | 15 - 18            | 2 500             | 0,98                                   |
|  | 19 - 24 **         | 2 500             | 0,98                                   |
|  | 25 - 50            | 2 500             | 0,98                                   |
|  | 51+                | 2100              | 0,82                                   |

**Fonte:** Estimativas per capita em relação a estimativas por adulto equivalente de calorias disponíveis segundo o inquérito aos orçamentos dos agregados familiares; Rafael Moreira Clara, Renanta Bertazzi Levy, Lenise Mondini, Daniel Bandoni, Rio de Janeiro, 2010, [www.scielo.br/pdf/csp/v26n11/20](http://www.scielo.br/pdf/csp/v26n11/20)

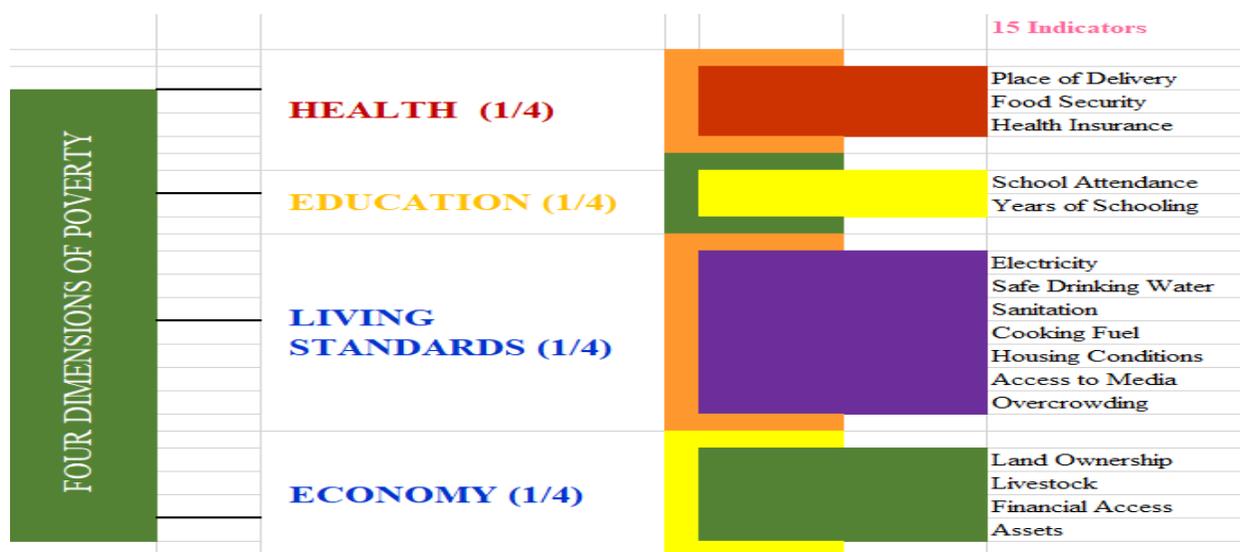
\* De acordo com a Dose Nutricional Recomendada (RDA) para 1989  
 \*\* Faixa etária usada como referência para a definição das necessidades de calorias médias de um adulto  
 \*\*\* 500 kcal adicionais para a amamentação, de acordo com a RDA  
 #300 kcal adicionais para o estado de gravidez, de acordo com a RDA

## Quadro E. ESCALA DE ADULTO EQUIVALENTE PARA ZÂMBIA

| Faixa Etária              | Escala de Equivalência |
|---------------------------|------------------------|
| 0-3 anos                  | 0,37                   |
| 4 – 6 anos                | 0,64                   |
| 7 – 9 anos                | 0,79                   |
| 10 – 12 anos              | 0,80                   |
| Adulto (acima de 12 anos) | 1,0                    |

**Fonte:** CSO, 2005  
**Nota:** A escala de adulto equivalente com base em recomendações específicas para a ingestão de calorias do NFNC da Zâmbia em calorias por dia).

## Figura A: ÍNDICE DE PRIVAÇÃO RELATIVA DAS MAURÍCIAS



## Quadro F: MPI DAS SEYCHELLES, DIMENSÕES E INDICADORES

| <b>DIMENSÕES</b> | <b>INDICADORES</b>   |
|------------------|--|
| Nível de vida    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Superlotação</li> <li>- Habitação</li> <li>- Electricidade</li> <li>- Água potável</li> <li>- Criminalidade</li> </ul>                  |
| Saúde            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Subnutrição</li> <li>- Obesidade</li> <li>- Consumo/abuso de drogas</li> <li>- Gravidez adolescente</li> </ul>                          |
| Ensino           | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Frequência escolar</li> <li>- Nível mais alto de educação atingido</li> </ul>   |
| Emprego          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de desemprego</li> <li>- Emprego informal</li> <li>- Jovens Fora do Emprego, do Sistema de Ensino ou da Formação (NEET)</li> </ul> |

## QUADRO H: MPI, DIMENSÕES E INDICADORES DA ÁFRICA DO SUL

| <b>Dimensão</b>      | <b>Indicador</b>  |
|----------------------|---|
| Saúde                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mortalidade infantil</li> </ul>  |
| Ensino               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Anos de escolaridade</li> <li>- Frequência escolar</li> </ul>  |
| Nível de vida        | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Combustível para iluminação</li> <li>- Combustível para aquecimento</li> <li>- Combustível para cozinhar</li> <li>- Acesso à água</li> <li>- Tipo de saneamento</li> <li>- Moradia</li> <li>- Titularidade dos bens</li> </ul> |
| Actividade económica | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desemprego</li> </ul>  |

## REFERÊNCIAS

---

- CSO, Central Statistical Office Zambia (2010b). " *Poverty Trend Report: 1996-2006*". Lusaka: CSO.
- CSO, Central Statistical Office Zimbabwe "Poverty in Zimbabwe 1995. Harare, Zimbabwe
- Deaton, A. (1997). "*The Analysis of Household Surveys*". The Johns Hopkins University Press, Baltimore, Maryland, USA.
- Deaton, A. and S. Zaidi (2002). "*Guidelines for Constructing Consumption Aggregates for Welfare Analysis*". Living Standards Measurement Study, Working Paper No. 135, Washington D.C.: The World Bank.
- Mangozho, N. (1983). "*Smearing estimate: a nonparametric retransformation method*". Journal of the American Statistical Association, Vol. 38, 605-610.
- Foster, J., J. Greer and E. Thorbecke (1984). "*A Class of Decomposable Poverty Measures*". *Econometrica*, Vol. 52, No. 3 (May), 761 – 766.
- Hentschel, J. and Lanjouw, P. (1996). "*Constructing an Indicator of Consumption for the Analysis of Poverty – Principles and Illustrations with Reference to Ecuador*". Papers 127. Banco Mundial – Living Standards Measurement.
- Hentschel, J. and Lanjouw, P. (1998). "*Household Welfare Measurement and the Pricing of Basic Services*". Policy Research Working Paper Series 2006. The World Bank.
- Miller, D.M. 1984) "*Reducing transformation bias in curve fitting*". The American Statistician, Vol. 38, 124-126.
- NFNC, National Food and Nutrition Commission (2007). "*Food Composition Tables*". Third Edition, Lusaka: NFNC.
- Namibian statistical Agency. Namibian household Incomes and Expenditure Survey, key Poverty Indicators 2015/2016, Windhoek, Namibia.
- Ravallion, M. (1998). "*Poverty Lines in Theory and Practice*". Living Standards Measurement Study, Working Paper No. 133, Washington D.C.: The World Bank.
- Ravallion, M. (2008). "*Poverty Lines*". In: "*The New Palgrave Dictionary of Economics*", 2nd edition. Durlauf, S. N. and L. E. Blume (eds). Londres: Palgrave Macmillan.
- StatsSA, Statistics South Africa, (2017). "Poverty Trends in South Africa, An Examination of absolute Poverty 2006 and 2015". Pretoria, África do Sul

UN, United Nations (2005). "*Handbook on Poverty Statistics: Concepts, Methods, and Policy Use*". United Nations Statistics Division, New York, USA.

UN, Human Development Report, 2018, United Nations Statistics Division, New York, USA.

Wodon, Q. (2007). "*Growth and Poverty Reduction in West Africa: A Brief Overview*". MPRA Paper 11086. University Library of Munich, Alemanha.

Zimstats, Zimbabwe Statistical Agency, (2016) "The food Poverty Atlas, small Area food Poverty Estimation." Harare, Zimbabwe

## CONCEITOS E DEFINIÇÕES

---

**Abordagem da Aquisição** - é uma abordagem que leva em linha de conta o valor total dos bens e serviços efectivamente adquiridos durante um determinado período, quer tenham sido totalmente pagos ou não durante esse período.

**Classificação de Consumo Individual de Acordo com o Propósito (COICOP)** - sistema internacional de classificação de bens e serviços com base no consumo individual de acordo com o propósito.

**Índice de Preços ao Consumidor (IPC)** - Um índice que mede o preço de uma cesta fixa de bens de consumo e serviços.

**Abordagem de Consumo** - A abordagem do consumo leva em conta o valor total de todos os bens e serviços consumidos (ou usados) durante um determinado período.

**Despesas de Consumo** - As despesas com bens e serviços adquiridos, e utilizado para fins particulares pelos membros do agregado familiar, incluindo os valores imputados para itens produzidos e consumidos pelo agregado familiar.

**Diário** - é um registo com a anotação separada da informação, organizada em função da data e que descreve as ocorrências verificadas ao longo de um período de tempo definido. No que diz respeito à IES e LCS, os diários registam todas as aquisições feitas pelo agregado familiar durante o período definido para o uso do diário. Isso incluía a descrição do produto, o seu valor, origem, finalidade, a área de compra e do tipo de retalhista.

**Bens Duradouros** - Artigos de casa que duram por um longo período de tempo, tais como os electrodomésticos, computadores, rádios, televisores, carros e móveis, geralmente adquiridos uma vez mas que duram vários anos.

**Unidade Domiciliar (UD)** - Estrutura ou parte de uma estrutura ou grupo de estruturas ocupadas ou destinadas a serem ocupadas por um ou mais agregados familiares.

**Área de enumeração (AE)** - A unidade geográfica mais pequena (pedaço de terra) em que o país se encontra dividido para fins de censo ou inquérito.

**Fazenda** - Uma área de terra, juntamente com os seus edifícios, dedicada ao cultivo de culturas ou criação de animais.

**Oferta** - Um bem recebido pelo agregado de pessoas que não são membros do agregado ou bens doados por membros do agregado a pessoas que não são membros do agregado, sem compensação.

**Agregado familiar** - Um grupo de pessoas que vivem juntas e providenciam, em conjunto, os seus alimentos e/ou outros produtos essenciais para a sua existência, ou uma única pessoa que vive sozinha.

**Chefe do Agregado Familiar** - Uma pessoa reconhecida como tal pelo agregado familiar, geralmente o principal tomador de decisões, ou a pessoa que possui ou arrenda a habitação, ou a pessoa que é a principal fonte de sustento da família.

**Rendimento familiar** - A totalidade da renda de todos os membros de um agregado, em dinheiro e em espécie, em troca de trabalho, ou em troca de investimento de capital, ou rendas obtidas de outras fontes, tais como subvenções sociais, pensões, etc.

**Rendimento (Individual)** - Todo o dinheiro recebido de salário, remunerações ou de negócio próprio; e outras regalias monetárias do empregador, tais como contribuições para a assistência médica e fundos de pensões; e todo o dinheiro de outras fontes, tais como actividades laborais adicionais, remessas dos membros da família que vivem em outros lugares, pensões ou subvenções do Estado, outras pensões ou subvenções, rendimentos de investimentos, etc.

**Renda em espécie/Despesas em espécie** - Isto refere-se a bens adquiridos pelo agregado familiar sem pagar pelos mesmos, por exemplo, bolsas, subsídios do empregador, serviços médicos gratuitos, uso privado de uma viatura da empresa ou veículo similar, o valor das propinas com desconto para fins educacionais, subsídios das escolas e outras instituições de ensino, excluindo ofertas e manutenção de outros membros do agregado familiar.

**Bens Perecíveis** - Bens do agregado familiar que não duram muito tempo, por exemplo alimentos e produtos para cuidados pessoais. Os agregados familiares normalmente adquirem tais bens numa base diária, semanal ou mensal.

**Produção própria** - Produção própria é a actividade de produção de bens que o agregado familiar pode consumir ou vender, para complementar o seu rendimento. Muitos agregados familiares, especialmente os de baixo rendimento, precisam de produzir os seus próprios alimentos como legumes, milho, etc., ou de criar galinhas ou gado para consumo e/ou venda, para que possam cuidar de si próprios mais adequadamente.

**Abordagem de Pagamento** - é uma abordagem que leva em conta o pagamento total efectuado por todos os produtos e serviços num determinado período, quer o agregado familiar tenha começado a consumi-los ou não.

**Unidade Primária de Amostragem (UPA)** - Área geográfica que compreende uma ou mais áreas de enumeração do mesmo tipo (mas não necessariamente contíguas) que juntas tenham pelo menos uma centena de unidades habitacionais.

**Zona Rural** - Fazendas e áreas tradicionais caracterizadas por baixas densidades populacionais, baixos níveis de actividade económica e baixos níveis de infra-estruturas.

**Amostra** - Parte da população relativamente a qual informações podem ser obtidas para inferir sobre toda a população a partir de unidades de interesse.

**Bens Semi-duradouros** - Bens que duram mais tempo do que os bens perecíveis, mas ainda assim precisam de ser substituídos mais frequentemente do que os bens duradouros, por exemplo roupa, calçado e tecidos para vestuário.

**Área Tradicional** - Terra que é propriedade colectiva sujeita a jurisdição de um líder tradicional.

**Zona Urbana** - Cidades formais e vilas caracterizadas pela grande densidade populacional, altos níveis de actividades económicas e altos níveis de infra-estruturas.

**Habitação desocupada** - Habitação que se encontra desabitada, ou seja, onde ninguém vive.

**Visitante (do agregado)** - Pessoa que visita ou esteja a residir com um agregado familiar mas que não é um membro habitual do agregado familiar.